

INFORMAÇÃO ANUAL 2011

INDICADORES FINANCEIROS

T.1

(Euro)

Consolidado (Auditado)	2011	2010	2009	2008
Margem Financeira	19.783.187	16.525.657	11.918.085	9.690.611
Comissões Líquidas	9.002.029	8.699.278	6.430.921	13.216.461
Resultados de Operações Financeiras (Liq.)	4.105.924	27.452.044	17.885.323	1.368.063
Outros Resultados de Exploração	285.387	-622.954	289.242	72.368
Produto Bancário	33.176.527	52.054.025	36.523.571	24.347.503
Custos com Pessoal	-8.837.318	-12.556.069	-11.043.138	-8.357.235
Outros Gastos Administrativos	-5.568.518	-6.019.658	-5.495.786	-4.361.652
Custos de Funcionamento	-14.405.836	-18.575.727	-16.538.924	-12.718.887
Cash Flow Operacional	18.770.691	33.478.298	19.984.647	11.628.616
Amortizações	-1.495.072	-1.607.394	-1.248.474	-1.141.907
Provisões	150.258	-7.670	-12.480	1.795
Imparidades	-13.986.727	-5.750.931	-3.115.429	-1.242.555
Resultados Operacionais	3.439.150	26.112.303	15.608.264	9.245.949
Resultados de Associadas	87.565	292.136	-792.932	-404.110
Resultados Antes de Impostos	3.526.715	26.404.439	14.815.332	8.841.839
Impostos Correntes	-909.833	-5.824.683	-2.723.286	-2.453.172
Impostos Diferidos	-111.287	-119.866	237.056	37.263
Resultado Líquido	2.505.595	20.459.890	12.329.102	6.425.930

Contas Individuais	2011	2010	2009	2008
Resultado Líquido *	2.464.443	20.196.409	12.314.862	7.172.217

* A diferença relativa ao resultado líquido consolidado resulta, essencialmente, dos resultados de associadas e de ajustamentos de consolidação relacionados com provisões

Indicadores Seleccionados	2011	2010	2009	2008
Total do Activo Líquido	828.983.481	900.762.575	703.349.940	563.068.380
Capitais Próprios	67.234.341	108.140.896	128.685.719	107.369.380
Fundos Próprios	146.510.409	123.177.367	106.451.029	94.543.031
Depósitos de Clientes	440.567.939	332.184.633	304.985.007	296.489.764
Crédito Vencido / Crédito Concedido	0,19%	0,27%	0,23%	0,39%
Crédito Vencido / Activo Líquido	0,04%	0,01%	0,02%	0,02%
Crédito Concedido / Depósitos de Clientes	36,16%	12,80%	18,60%	9,86%
Crédito Concedido / Activo Líquido	19,22%	4,72%	8,06%	5,19%
Activos sob Supervisão **	1.086.084.393	1.330.366.558	1.264.422.249	1.031.417.800

** Activos sob Gestão, sob Custódia e Depósitos de Clientes

Rendibilidade	2011	2010	2009	2008
Rendibilidade de Activos Médios (ROA)	0,29%	2,55%	1,95%	1,18%
Rendibilidade dos Capitais Próprios Médios (ROE)	2,86%	17,28%	10,45%	6,13%
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	3,84%	6,49%	5,77%	4,48%

Solvência	2011	2010	2009	2008
TIER 1	32,50%	36,20%	35,70%	32,70%
Rácio de Solvabilidade Ajustado ao Risco	32,50%	36,30%	32,80%	31,00%

Eficiência	2011	2010	2009	2008
Margem Financeira / Activo Remunerado	2,62%	1,98%	1,82%	1,94%
Custos Transformação / Produto Bancário	47,93%	38,77%	48,70%	56,93%
Custos Pessoal / Produto Bancário	26,64%	24,12%	30,24%	34,32%

Indicadores Financeiros

Relatório do Conselho de Administração

Perspectiva Global do Exercício de 2011
Organização
Análise: Resultado das Operações em 2011
Gestão de Risco e Controlo Interno

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstrações Consolidadas dos Resultados
Demonstração Consolidada do Rendimento Geral
Balanço Consolidado
Demonstração Consolidada de Alterações no Capital Próprio
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

**RELATÓRIO
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**

PERSPECTIVA GLOBAL DO EXERCÍCIO DE 2011

O Banco

O Banco de Investimento Global, S.A. (BiG, Banco BiG ou Banco) é uma instituição financeira especializada, não cotada, com sede em Lisboa. Fundado em 1998, o Banco é detido integralmente por um conjunto de investidores individuais e institucionais (Nota 34) e está autorizado a operar em todas as áreas de negócio abertas ao sector bancário em Portugal.

Os produtos e serviços do Banco destinam-se a Clientes Particulares e a Clientes Institucionais e Empresas. Aos Clientes Particulares, o Banco disponibiliza produtos de poupança, corretagem, custódia, gestão de patrimónios, serviços financeiros gerais e de pagamentos. Os serviços disponibilizados a Clientes Institucionais e Empresas, incluem soluções de gestão de risco, tesouraria, corretagem, custódia e assessoria financeira. Uma terceira linha de negócio é a área de tesouraria e mercados de capitais, focada na gestão de liquidez de Balanço, a qual desempenha um papel central na nossa cultura de gestão de riscos relacionados com o mercado. O Banco disponibiliza também cartões de crédito, produtos de crédito especializado ao consumo e soluções de crédito para Clientes Institucionais e Empresas. Adicionalmente aos serviços bancários tradicionais, o Banco disponibiliza à sua base de

Clientes várias plataformas de investimento, com o objectivo de facilitar o acesso dos aforradores e investidores a um amplo conjunto de produtos negociados em mercados regulados e em mercado de balcão.

O Banco gera todas as suas receitas em Portugal. Contudo, a composição das suas carteiras de activos remunerados e a sua origem geográfica pode variar ao longo do tempo. O Banco interage com os seus Clientes através de vários canais integrados: os Clientes de retalho são servidos por uma plataforma de investimento *online*, www.big.pt, e por *financial advisors* baseados em 13 agências com localizações chave, centrais e regionais. Equipas de vendas e de produto baseadas em Lisboa e no Porto trabalham com Clientes Institucionais.

O Banco é membro dos mercados Euronext e mantém parcerias com fornecedores globais de serviços financeiros de modo a proporcionar aos Clientes o acesso aos principais mercados mundiais de acções, opções e futuros. Como parte da sua oferta a Clientes, o BiG mantém acordos de subscrição e distribuição com as principais entidades gestoras de fundos de investimento, bem como competência interna para desenvolver produtos e gerir as necessidades e expectativas dos seus Clientes.

Resumo dos Resultados de 2011

(Para mais informações, consulte ANÁLISE: RESULTADOS DAS OPERAÇÕES EM 2011)

No exercício de 2011, o Banco de Investimento Global gerou proveitos de € 33,2 milhões, um valor 36% inferior ao registado em 2010. O Resultado Líquido Consolidado ascendeu a € 2,5 milhões, inferior em 88% ao resultado recorde obtido em 2010 de € 20,5 milhões. O resultado líquido em 2009 foi de € 12,3 milhões, representando nesse ano um aumento de 92% face ao registado em 2008. Os resultados por acção em 2011 foram de € 0,026, que comparam com € 0,23 em 2010 e € 0,14 em 2009. A rentabilidade dos capitais próprios médios diminuiu para 2,9% em 2011, face aos 17,3% registados em 2010 e 10,4% em 2009.

No final do ano, o rácio Tier 1 do Banco era de 32,5%, aproximadamente em linha com o valor de 36,2% registado no final de 2010. O rácio Tier 1 médio nos últimos cinco anos foi de 34,4%.

A redução das receitas e dos resultados foi uma consequência directa dos níveis inéditos de volatilidade registada nos mercados de dívida soberana e bancária Europeia. O enquadramento económico associado ao programa de resgate de Portugal no valor de € 78 mil milhões pela "troika" constituída pelo FMI, a

T.2

(Euro 000)

Resumo dos Resultados	2011	2010	Var (%)	2009	2008
Produto Bancário	33.177	52.054	-36,3%	36.524	24.348
Custos Operacionais	-29.737	-25.942	14,6%	-20.915	-15.102
Impostos	-1.021	-5.945	-82,8%	-2.486	-2.416
Resultado Líquido	2.506	20.460	-87,8%	12.329	6.426
Capitais Próprios	67.234	108.141	-37,8%	128.686	107.369
Fundos Próprios	146.510	123.177	18,9%	106.451	94.543
Total de Activos Líquidos	828.983	900.763	-8,0%	703.350	563.068
Crédito	159.331	42.533	274,6%	56.713	29.233
Depósitos de Clientes	440.568	332.185	32,6%	304.985	296.490
TIER 1 - Ajustado ao Risco	32,5%	36,2%	-10,2%	35,7%	32,7%
Rácio de Solvabilidade Ajustado ao Risco	32,5%	36,3%	-10,5%	32,8%	31,0%

União Europeia e o BCE, as condições de mercado extremamente negativas, e as imparidades registadas com impacto nos Resultados Antes de Impostos, constituíram factores críticos. Excluindo imparidades de natureza não recorrente, os Resultados Antes de Impostos ascenderam a € 17,5 milhões em 2011, o que compara com € 32,2 milhões em 2010.

A composição do Produto Bancário em 2011 reflecte o desempenho irregular das suas principais componentes. A margem financeira do Banco registou um aumento de 20% para € 20 milhões e as comissões líquidas aumentaram 4% face a 2010 para € 9 milhões. Por outro lado, as receitas da área de Tesouraria e Mercado de Capitais registaram uma redução de 90% face aos € 26 milhões registados em 2010 para € 2,6 milhões em 2011. Os custos operacionais antes de imparidades diminuíram 22% para € 15,8 milhões, fundamentalmente devido a uma redução de 30% nos custos com pessoal. O valor de impostos suportados pelo Banco registou uma redução devido à quebra dos resultados antes de impostos, não obstante o aumento da taxa de imposto para 29%, face a 22,7% em 2010 e 16,8% em 2009. O total de activos líquidos registou uma redução de 9% para € 829 milhões em 31/12/2011, em virtude da redução de activos líquidos de rendimento fixo. A carteira de crédito do Banco aumentou para € 159 milhões face aos € 42,5 milhões registados no ano anterior, em função de uma reclassificação de € 130 milhões de activos financeiros com colaterais de hipotecas (*residential mortgage backed securities* ou RMBS) em Julho de 2011. Excluindo esta reclassificação, o valor de crédito a Clientes no final de ano ascendeu a € 28,6 milhões, correspondente a 6,5% dos depósitos de Clientes registados na mesma data. Por comparação, o rácio Crédito / Depósitos de Clientes era de 12,8% no final de 2010 e de 18,6% em 2009. O rácio Crédito Vencido / Total de Activos Líquidos manteve-se em níveis relativamente reduzidos, ascendendo a 0,04% em 31/12/2011.

Resumo:

- **Redução de 36% no Produto Bancário para € 33 milhões, face a € 52 milhões em 2010;**
- **Aumentos de 20% na Margem Financeira e de 4% nas Comissões Líquidas;**
- **Diminuição de receitas líquidas da área de Tesouraria e Mercados de Capitais para € 2,6 milhões, face aos € 26 milhões registados em 2010;**
- **Redução dos Resultados por acção para € 0,026, face a € 0,23 em 2010 e € 0,14 em 2009;**
- **A rentabilidade dos capitais próprios médios foi de 2,9%, comparativamente a 17,3% em 2010 e 10,4% em 2009;**
- **Redução de 8% do Total de Activos Líquidos para € 829 milhões (USD 1,1 mil milhões);**
- **Crescimento de 33% nos Depósitos de Clientes para € 441 milhões (USD 571 milhões);**
- **Activos sob Supervisão em 31/12/2011 de € 1,1 mil milhões (USD 1,4 mil milhões);**
- **Rácio de Crédito / Depósitos de Clientes de 36,2% em 31/12/2011. Excluindo reclassificação: 6,5% comparativamente a 12,8% em 31/12/2010;**
- **Crédito Vencido / Total de Activos Líquidos de 0,04% em 31/12/2011, comparativamente a 0,01% em 31/12/2010;**
- **Rácio Tier I de 32,5% em 31/12/2011.**

Impacto da Crise de Dívida Soberana da Zona Euro na nossa Actividade em 2011

A crise de dívida soberana da Zona Euro decorre pelo seu terceiro ano e tem vindo a afectar o nosso negócio de diversas formas. Com elevada probabilidade, este cenário manter-se-á pelo menos durante 2012. Os principais aspectos incluem os diferentes níveis de responsabilidade fiscal por parte dos Governos da Zona Euro, as perspectivas do mercado sobre

a qualidade de crédito soberano, as consequências dessas perspectivas no sector bancário e na economia de cada país, e a resposta lenta à presente crise por parte dos líderes políticos. Estes aspectos, por sua vez, aumentaram as reservas do mercado sobre a sobrevivência do próprio Euro. Para além de revelarem as fraquezas da moeda única, as forças de mercado revelaram a medida em que o capitalismo globalizado superou a capacidade individual dos governos e do enquadramento jurídico e fiscal da Zona Euro para gerir a situação. A rápida alteração nos pressupostos de mercado, bem como o volátil enquadramento político e regulatório, teve impactos positivos e negativos no Balanço, receitas e volumes do Banco durante o ano transacto.

Políticas Contabilísticas Relevantes

A utilização do *justo valor* para avaliar instrumentos financeiros é fundamental no nosso processo de gestão do risco e constitui a política contabilística mais importante do Banco. Perante a ocorrência de eventos que reduzem a transparência e/ou liquidez nos mercados, como foi frequentemente o caso durante a actual crise de dívida da Zona Euro, a utilização desta política pode ter um impacto significativo na forma como os activos financeiros são avaliados pelo mercado e, consequentemente, nas demonstrações financeiras do Banco. Para mais informação, ver *Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas*.

De acordo com o definido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) na IAS 39, o justo valor é a quantia pelo qual um activo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transacção em que não exista relacionamento entre elas. Esta definição pressupõe a existência de partes interessadas, i.e. liquidez de mercado, facto que pode não se verificar com determinados activos durante períodos de alterações excepcionais no mercado. O conceito de justo valor através de

avaliações *mark to market* revela-se adequado em mercados eficientes e transparentes, e menos preciso em mercado ilíquidos ou inactivos.

Como regra, activos detidos para negociação são mensurados pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas na demonstração de resultados. Similarmente, activos detidos para venda são mensurados pelo justo valor, com as respectivas flutuações reconhecidas em reservas na rubrica de capital próprio, até que se reconheça uma imparidade, transferindo-se, nesse momento, as perdas reconhecidas em reservas para resultados. O Banco BiG não detém uma carteira de activos até à maturidade (*Held to maturity* de acordo com o definido pela IAS).

Políticas contabilísticas e eventos relevantes durante a crise incluem:

Pricing: Na determinação do justo valor de um determinado activo financeiro, o Banco considera o preço de compra disponível no mercado (*bid-price*). Na ausência de cotações ou na presença de preços de mercado que, na opinião do Banco, possam não ser realistas, o justo valor pode ser determinado com recurso a (i) avaliações baseadas em transacções recentes ou semelhantes, executadas sob condições de mercado normais, metodologias de *cash flows* descontados e modelos de avaliação baseados em opções, os quais podem ser customizados tendo em vista reflectir as circunstâncias de um determinado instrumento financeiro e (ii) avaliações baseadas em informação de mercado. *Controlo sobre avaliação de instrumentos*

financeiros: As infra-estruturas de controlo são independentes das áreas de geração de receitas. Estes processos, conjuntamente com as metodologias referidas, são definidos pela Administração e controlados pelas funções de controlo interno e auditoria externa do Banco.

Reclassificação: Conforme reportado em 2010, em Fevereiro desse ano, o Banco vendeu um conjunto de activos detidos até à maturidade, os quais, de acordo com a IAS 39, foram reclassificados como activos disponíveis para venda, e reavaliados pelo justo valor. Este facto resultou num proveito e, de acordo com a IAS 39, no impedimento do Banco deter activos até à maturidade durante esse ano e por um período adicional de dois anos.

Em Julho de 2011, conforme anteriormente referido, o Banco reclassificou um conjunto de activos financeiros com colaterais de hipotecas como crédito a Clientes, dada a inexistência de mercado activo, a dificuldade em obter preços de mercado credíveis nas condições verificadas de elevada volatilidade de mercado e ter a capacidade e intenção de os deter até à maturidade (Nota 21).

Impacto em Capital e Solvabilidade

O Banco aumentou o seu Capital em € 14,9 milhões durante o ano de 2011. Esta variação resultou (i) do aumento de capital de € 8,9 milhões por incorporação de prémios de emissão, aprovado na Assembleia Geral de 15 de Abril de 2011 e (ii) de € 6,0 milhões da subscrição de

acções pela Administração e por colaboradores do Banco, no âmbito de programas de opções de compra de acções a eles reservados, previamente aprovados. As flutuações da Reserva de Justo Valor reflectem essencialmente a redução do valor de mercado de activos de rendimento fixo detidos para venda. Grandes descontos nas cotações de mercado da dívida soberana de países periféricos, bem como um sentimento de mercado progressivamente negativo associado às sucessivas respostas políticas inadequadas anunciadas nas cimeiras de líderes Europeus, explicam o efeito contabilístico na principal categoria de activos do Banco, que não regista qualquer crédito vencido ou pagamentos em atraso. Os Fundos Próprios, calculados de acordo com os regulamentos do Banco de Portugal, ascendiam a € 147 milhões em 31/12/2011, valor superior aos € 123 milhões registados no final de 2010.

O rácio Tier 1 do Banco manteve-se consistentemente acima dos valores mínimos regulamentares, sob as condições de mercado mais exigentes, e posiciona o Banco confortavelmente distante das discussões políticas e regulatórias sobre os requisitos mínimos de capital dos bancos Portugueses. O elevado nível de solvabilidade reflecte a visão deliberadamente conservadora por parte da Administração em aspectos relacionados com a alavancagem, crescimento dos activos e rentabilidade sustentável dentro dos limites razoáveis de assunção de risco. Outros factores incluem o enquadramento com-

T.3

(Euro)

Capital	2011	2010	2009	2008	2007
Capital	104.000.000	89.088.810	87.570.000	87.570.000	75.082.920
Prémios de Emissão	1.362.281	9.343.753	8.886.393	8.886.393	5.756.889
Acções Próprias	-1.323.065	-1.583.087	-433.261	-2.116.274	-589.028
Reserva de Justo Valor	-87.279.347	-38.016.812	-2.917.071	-13.942.332	-2.347.115
Outras Reservas e Resultados Transitados	47.968.877	28.848.342	23.250.556	20.545.663	13.235.054
Resultado Líquido do Exercício	2.505.595	20.459.890	12.329.102	6.425.930	11.268.265
Capitais Próprios	67.234.341	108.140.896	128.685.719	107.369.380	102.406.985
Fundos Próprios	146.510.409	123.177.367	106.451.029	94.543.031	88.557.268
Rácio TIER 1	32,5%	36,2%	35,7%	32,7%	34,7%

petitivo e regulatório e a necessidade de assegurar que a assunção de risco é devidamente remunerada num período de alteração de paradigmas na Europa.

De entre os diversos testes de esforço efectuados diariamente pelo Banco, incluem-se testes de *stress* de solvabilidade, iniciados durante o ano 2011. Estes foram definidos para avaliar o impacto no nosso rácio Tier 1 de alterações improváveis, mas tecnicamente possíveis, no sentimento de mercado, com potencial impacto directo nos rácios de solvabilidade do Banco. Os resultados de alguns cenários extremos analisados pela Administração a 31/12/2011 são discutidos com maior detalhe na secção GESTÃO DE RISCO do presente relatório e na Nota 38. Os resultados dos testes apresentados seguidamente assumem a combinação de dois eventos extremos: (i) descontos na dívida soberana e (ii) o seu reconhecimento simultâneo como imparidade, com os correspondentes movimentos na Reserva de Justo Valor e nos resultados do Banco.

A tabela T.4 mostra os descontos assumidos em cada cenário face ao valor nominal de títulos de dívida de quatro países que se encontram no centro da crise da dívida soberana.

A tabela T.5 resume, para cada cenário, o impacto teórico no rácio de solvabilidade do Banco no final de Dezembro de 2011 em cada cenário seria o seguinte:

Os testes de *stress* apresentados são exclusivamente internos.

Impacto na Liquidez e Financiamento

Durante o ano de 2011, a Administração reduziu os activos líquidos em 8%, bem como a dimensão da carteira de activos detidos para venda em 27%, também como resultado de desvalorizações no mercado. Nesta categoria, alterámos as diferentes componentes, reforçando o peso de obrigações cobertas (*credit-secure covered bonds*). Ao nível do financiamento, o Banco reduziu a sua dependência de fundos do BCE, politicamente sensíveis, e aumentou substancialmente a base de depósitos de retalho. O crédito tradicional manteve-se como não estratégico.

Similarmente a anos anteriores, a maioria dos activos do Banco são activos financeiros razoavelmente líquidos, detidos para negociação ou investimento. Os investimentos são contabilizados como activos detidos para negociação ou

disponíveis para venda (AFS). Conforme anteriormente referido, o Banco não detém uma carteira de activos detidos até à maturidade (HTM). Desta forma, todos os activos são mensurados a valores de mercado, com os respectivos resultados reflectidos na Demonstração dos Resultados, no caso dos activos detidos para negociação, e na Reserva de Justo Valor do Balanço no caso dos AFS. Não obstante o impacto em resultados e capital, a Administração acredita que deter e negociar activos através das carteiras de activos detidos para negociação ou disponíveis para venda permite uma maior flexibilidade na gestão de posições, encoraja a disciplina nas tomadas de posição e tem resultado numa política de absoluta transparência na avaliação de activos financeiros. Estas políticas têm sido utilizadas como ponto de partida para gerir os eventos extraordinários vividos durante a presente crise.

O modelo de negócio do Banco é deliberadamente menos focado na concessão de crédito que o de outras instituições financeiras, conforme reflecte o rácio de Crédito/Depósitos de 36% no final do ano de 2011. Este valor inclui o efeito da reclassificação de € 130 milhões de crédito de activos financeiros de menor

T.4

Testes de Stress – Cenários Extremos	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5
Irlanda	Contabilizar	20%	15%		
Portugal	as reservas	60%	60%	60%	50%
Grécia	de reavaliação	75%	75%	75%	70%
Espanha	como resultados	10%			

T.5

Dezembro – Cenários Extremos – Rácio Tier 1 Teórico	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5
Core TIER I	24,1%	17,4%	18,5%	19,4%	22,2%
TIER I	24,1%	17,4%	18,5%	19,4%	22,2%
Core TIER II	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	24,1%	17,4%	18,6%	19,4%	22,3%

T.6

Impacto de Liquidez e Financiamento	2011	2010	2009	2008	2007
Crédito Concedido / Depósitos de Clientes	36,2%	12,8%	18,6%	9,9%	25,9%
Activos Remunerado Líquido / Total do Activo Líquido	72,0%	87,7%	64,8%	59,8%	73,5%
BCE	238.323	360.164	230.783	84.012	0
Outros Recursos	48.896	38.943	9.560	9.789	43.025
Depósitos de Clientes/ Total Passivo e Capital	53,1%	36,9%	43,4%	52,7%	53,8%

(Euro 000)

liquidez com colaterais de hipoteca. Excluindo a reclassificação, e numa base comparável com anos anteriores, o rácio Crédito/Depósitos registou um valor inferior a 6,5% no final de 2011, que compara com 12,8% no final de 2010. Esta redução da carteira de crédito, excluindo a reclassificação de activos, reflecte a menor procura por crédito para suportar as contas margem, as quais tendem a reduzir-se em condições de mercado mais voláteis ou negativas.

As principais fontes de financiamento durante 2011 foram **(i)** depósitos de Clientes de retalho, os quais aumentaram 33% face ao ano anterior para € 441 milhões, **(ii)** financiamento com base em acordos de recompra com o Banco Central Europeu (BCE), os quais diminuíram 34% para € 238 milhões, **(iii)** financiamento com base em acordos de recompra através da EUREX REPO, plataforma que o Banco BiG integrou enquanto membro durante 2011, e **(iv)** capitais próprios. O Banco não emite títulos de dívida no mercado e, consequentemente, não é afectado pelas dificuldades sentidas pelos bancos Europeus no acesso aos mercados internacionais. O Banco participa no mercado interbancário nacional, num nível reduzido e somente enquanto credor. Como política, o Banco mantém junto do BCE e da EUREX REPO uma almofada de liquidez por utilizar, constituída por títulos elegíveis detidos pelo Banco, cujo valor corresponde, num dado momento, a aproximadamente 1/3 dos depósitos de Clientes.

Impacto nos Resultados

O Produto Bancário no valor de € 33 milhões traduz uma redução de 36% face a 2010. Este valor foi, ainda assim, superior à média verificada no período 2007-2009, apesar da turbulência na Europa e da recessão em Portugal. O total de Produto Bancário inclui um aumento da margem financeira, um ligeiro crescimento das comissões líquidas e uma redução significativa face ao ano anterior das receitas relacionadas com as actividades de negociação e investimento, associada aos eventos de alteração de paradigma nos mercados de dívida soberana Europeia e as correspondentes imparidades. O aumento da margem financeira deve-se à combinação de duas tendências: (i) a oportunidade de aquisição de activos de rendimento fixo a grande desconto e com consequentes *yields to maturity* elevadas, e (2) o impacto de custos superiores associados aos depósitos de Clientes, uma vez que os bancos comerciais Portugueses visaram substituir o financiamento interbancário por depósitos, através da oferta de taxas agressivas. No que respeita às diferentes linhas de negócio (para mais informações, ver RESULTADOS DAS OPERAÇÕES), o negócio de retalho especializado registou um crescimento contínuo e sustentado, as áreas de Clientes institucionais e *Corporate Finance* registaram uma redução do volume de transacções e receitas ligeiramente inferiores, por comparação com o ano anterior, excluindo o efeito de *block trades*, e a área de Tesouraria e Mercados de Capitais apresentou prejuízos após consideradas as imparidades.

No que concerne aos custos, em função das quebras nas receitas a partir do terceiro trimestre de 2010, a Administração decidiu suspender a maioria dos novos investimentos no início de 2011 e iniciou um programa de redução de custos, que originou uma redução absoluta de 22% nos custos operacionais em 2011. Os custos com pessoal foram reduzidos em 30% reflectindo reduções voluntárias na componente fixa dos salários da Administração e a eliminação da componente variável relativa a 2011. Os custos com fornecimentos e serviços externos e depreciações registaram reduções médias de 7-8%.

As imparidades associadas a uma provisão de 65% na exposição do Banco a dívida soberana Grega e alguns investimentos em acções tiveram um impacto de € 14 milhões no Resultado Antes de Impostos. Consequentemente, o Resultado Antes de Impostos Consolidado ascendeu a € 3,5 milhões, por comparação com € 26,4 milhões registados no ano anterior. A taxa de imposto do Banco em 2011 aumentou para 29%, face à taxa de imposto efectiva em 2010 de 22,7%, e é uma consequência directa das medidas adoptadas no âmbito do programa de assistência financeira a Portugal e que afecta negativamente toda a economia. Estima-se que o imposto especial sobre os passivos do Banco, definido para tributar a parte do financiamento não coberta por depósitos de Clientes e capital, tenha um impacto de € 270.000 no ano.

T.7

(Euro 000)

Impacto nos Resultados	2011	2010	2009	2008	2007
Produto Bancário	33.177	52.054	36.524	24.348	34.020
Custos Operacionais (antes de imparidades)	-15.751	-20.191	-17.800	-13.859	-19.987
Imparidades	-13.987	-5.751	-3.115	-1.243	-59
Resultados de Associadas	88	292	-793	-404	51
Resultados Antes de Imposto	3.527	26.404	14.815	8.842	14.025
Impostos	-1.021	-5.945	-2.486	-2.416	-2.757
Resultado Líquido	2.506	20.460	12.329	6.426	11.268

T.8

(Euro)

Dividendos	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
Dividendo por Acção	- €	0,0325 €	0,065 €	0,050 €	0,050 €	0,040 €	0,030 €
% Resultado Distribuído Individual	0%	15%	46%	61%	34%	42%	42%

Impacto na Política de Dividendos

O Banco não mantém uma política rígida de distribuição de dividendos, estando a Administração livre de propor, e os accionistas livres de aceitar, aumentos ou reduções no pagamento de dividendos num determinado ano, de acordo com os resultados, as condições prevalentes de mercado, a estratégia de aplicação de capital e as limitações legais existentes. Em função das condições de mercado, da redução dos resultados e das recomendações do Banco de Portugal, a Administração decidiu propor o não pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2011. A tabela T.8 resume a evolução desde 2005 da distribuição de dividendos.

Impacto nos Planos de Crescimentos e Expansão

A estrutura do Banco é transparente e flexível e, por conseguinte, o actual enquadramento económico não determinou alterações na estratégia do Banco, excepto ajustamentos na gestão diária de cada uma das linhas de negócio. A Administração analisa continuamente as diferentes áreas de negócio e visa definir formas de aumentar receitas, reduzir custos e aumentar a eficiência interna. Esta prática deverá manter-se no futuro.

Durante 2011, o Banco prosseguiu com as melhorias planeadas dos sistemas, em curso desde 2010, com a abertura de duas agências (Aveiro e Estoril) e a instalação de ATMs, correspondendo a actual rede a um conjunto de 13 agências e 26 ATMs, que servem a estratégia de retalho especializado do Banco. Prosseguiram-se igualmente os trabalhos de *upgrade* significativo do site do Banco, www.big.pt, o qual deverá ser lançado ainda durante o primeiro trimestre de 2012, após a

proximadamente 2 anos de desenvolvimento interno. Os planos para a expansão da rede de agências foram suspensos temporariamente, e serão revistos no início de 2012, no âmbito do planeamento do Banco para o ano. Foram admitidos novos colaboradores para áreas específicas do Banco, tendo o número médio de colaboradores aumentado, apesar das reduções nos custos com pessoal referidas anteriormente.

A iniciativa do Banco de expansão da sua área de corretagem para o Brasil continuou em análise, aguardando-se a aprovação pelas autoridades Brasileiras. Os contactos com bancos comunitários (*community banks*) nos EUA, para os quais o Banco mandatou um banco de investimento americano, foram suspensos no final de 2011 em consequência dos eventos registados no mercado doméstico.

Resumo de Impactos: Aspectos Positivos e Negativos

Positivos:

- Tendência contínua para uma margem financeira mais estável;
- As comissões mantiveram-se estáveis;
- Redução de 22% em custos com pessoal e fornecimentos e serviços externos;
- Aumento de 33% nos depósitos de Clientes;
- Redução do financiamento junto do BCE em 34%;
- Integração na EUREX Repo enquanto membro;
- Política para manutenção de activos financeiros nas carteiras de activos detidos para negociação e activos detidos para venda: permite uma maior flexibilidade na realização de proveitos num mercado volátil e, simultaneamente, maximiza a transparência do Balanço;

- Continuação de quase inexistência de crédito vencido: 0,04% do Total dos Activos em 31/12/2011;
- Fundos Próprios elevados: Rácio Tier 1 de 32,5% a 31 de Dezembro de 2011;
- Níveis confortáveis de liquidez e níveis moderados de alavancagem;
- Angariação de novos Clientes acima da média.

Negativos:

- Aumento dos custos de financiamento: redução do financiamento junto do BCE, aumento de depósitos de Clientes, aos quais corresponde um custo superior dada a guerra de depósitos existente em Portugal;
- Imparidades reconhecidas relativas à dívida soberana Grega e outros activos afectados pela crise, de acordo com as normas IAS, tiveram um impacto negativo nos resultados;
- Redução da Reserva de Justo Valor teve impacto na flutuação negativa adicional nos Capitais Próprios;
- A revisão em baixa das notações de *rating* da República Portuguesa e dos principais bancos danificou a reputação do país, aumentando os receios sobre um potencial incumprimento, e tornando expectáveis longos períodos de austeridade e reduzidas oportunidades de negócio;
- A desalavancagem por parte dos bancos comerciais, o aumento das *yields* de dívidas soberanas e a necessidade de liquidez continuarão a contribuir para aumentos de *spreads* de crédito e das remunerações de depósitos;
- Aumento da tributação e Governo a operar em modo de crise;
- Ambiente recessivo condiciona, no curto prazo, a resolução de problemas estruturais da economia;

Estratégia de Balanço

T.9

(Euro 000)

Indicadores Chave de Balanço	2011	2010	2009	2008	2007
Total do Activo Líquido	828.983	900.763	703.350	563.068	525.000
Activos Remunerados	745.464	785.983	507.809	363.385	457.040
Investimentos Detidos até a Maturidade	0	0	141.753	134.538	0
Crédito Concedido / Activo Líquido	19,2%	4,7%	8,1%	5,2%	13,9%
Recursos do Banco Central	238.323	360.164	230.783	84.012	0
Recursos de Outras Instituições de Crédito	48.896	38.943	9.560	9.789	43.025
Depósitos de Clientes	440.568	332.185	304.985	296.490	282.238

Os últimos cinco anos em particular testaram a capacidade da Administração conduzir o Banco através de um conjunto de eventos excepcionais. Estes incluíram uma crise bancária, uma recessão, inicialmente nos EUA e actualmente na Europa, e aspectos extraordinários associados a uma crise de risco soberano na Zona Euro, em paralelo com os desafios de gestão num País intervencionado e cuja notação de *rating* e perspectivas sofreram fortes impactos num curto espaço de tempo. Durante este período, a Administração procurou posicionar adequadamente o Banco para superar os diversos desafios, e simultaneamente crescer e prosperar. Embora o Balanço do ano de 2011 possa ser menos positivo, a Administração acredita que a solidez financeira do Banco é o resultado dos seguintes conceitos básicos que orientam a forma como gerimos o nosso negócio e que visam assegurar a nossa independência:

- Operamos tradicionalmente com baixa alavancagem e um rácio altamente conservador de crédito concedido sobre depósitos: 36% (ajustado pela reclassificação de activos; 6,5% numa base comparável) no final de 2011, face a 12,8% em 2010 e 18,6% no final de 2009, respectivamente;
- Concentramo-nos na construção de uma base estável de depósitos de Clientes de retalho, a par com os nossos negócios de plataformas de negociação para Clientes e serviços de aconselhamento;
- Gerimos os nossos negócios e o nosso balanço de forma a sermos em grande

medida independentes dos mercados de financiamento institucional;

- Mantemos um perfil de excesso de liquidez estrutural, a todo o tempo;
- Executamos diariamente testes de *stress* a todas as exposições de risco e nos principais rácios de capital, considerando cenários altamente conservadores;
- Operamos com níveis de solvabilidade significativamente superiores aos definidos nas orientações regulamentares;
- Adquirimos activos e negociamos produtos que compreendemos e que os nossos Clientes também compreendem;
- Operamos com disciplina e transparência no nosso negócio, tanto interna quanto externamente.

Políticas Prospectivas na Gestão de Financiamento e Capital

O Banco prevê manter as suas políticas de reduzida alavancagem e elevados níveis de capital e liquidez no futuro próximo. Entretanto, esperamos efectuar frequentes ajustamentos às diferentes áreas de negócios, oferta de produtos e canais de distribuição, no decorrer da actividade e tendo em vista o aumento das receitas. Neste contexto, apresentamos na tabela T.10 algumas projecções, de carácter meramente de gestão, que representam estimativas e não constituem um compromisso do Conselho de Administração.

Durante algum tempo, a base de activos remunerados do Banco focou-se em

obrigações *investment grade* e títulos de dívida soberana emitidos por países membros da Zona Euro. Esta estratégia deverá manter-se, dado o perfil de risco das alternativas, considerando-se os impactos legais, regulatórios e de mercado decorrentes da crise da dívida da Zona Euro. A Administração espera que o rácio Crédito / Depósitos do Banco se mantenha inferior às médias de mercado, inclusivé após a reclassificação como crédito, durante 2011, da carteira de activos financeiros com colateral de hipotecas. Esta estratégia decorre da percepção do perfil de risco-retorno associado ao mercado de crédito tradicional ao longo da última década. Acreditamos que as actuais condições podem tornar pouco atractiva a alteração do actual perfil de activos remunerados em favor de um aumento do crédito tradicional.

A tabela T.11 apresenta a evolução dos depósitos de Clientes a partir de 2008 e as respectivas projecções até 2013, assumindo as actuais condições de mercado e a não existência de alterações significativas no modelo de negócio do Banco ou choques inesperados de mercado. A partir de 2010, intensificou-se a competição por depósitos no sector bancário em Portugal devido a um conjunto de factores centrais na actual crise. Esperamos assistir à continuidade desta tendência e antecipamos que durante algum tempo os custos de financiamento se mantenham em valores superiores aos médios registados antes da crise.

T.10

(Euro)

	2008	2009	2010	2011	2012E	2013E
Carteira de Activos Financeiros (1)	209.670.675	450.441.703	703.185.081	517.019.566	648.187.153	745.415.226
% crescimento	n.a.	114,8%	56,1%	-26,3%	25,0%	15,0%
Crédito Líquido (2)	29.232.808	75.208.545	42.514.139	159.330.790	145.745.844	134.137.537
% crescimento	n.a.	157,3%	-43,5%	273,9%	-8,3%	-8,0%

Fonte: Banco BiG

(1) Inclui activos financeiros detidos para venda, activos financeiros detidos para negociação e investimentos até à maturidade (não existentes a partir de 2010).

(2) Inclui, a partir de 2011, activos financeiros com colaterais de hipotecas (*mortgage-backed securities*), anteriormente considerados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda. Inclui papel comercial.

T.11

(Euro)

	2008	2009	2010	2011	2012E	2013E
Depósitos à Ordem	127.782.004	175.707.948	146.988.651	174.853.334	159.498.493	166.698.493
Depósitos a Prazo	135.769.083	109.993.780	173.924.834	251.279.933	309.988.866	344.901.514
Outros	32.938.677	19.283.279	11.271.148	14.434.672	20.037.787	24.045.345
Total de Recursos de Clientes	296.489.764	304.985.007	332.184.633	440.567.939	489.525.146	535.645.352
% crescimento	n.a.	2,9%	8,9%	32,6%	11,1%	9,4%

Fonte: Banco BiG

Complementarmente ao capital e depósitos, o Banco tem outras fontes de financiamento, designadamente financiamento junto de bancos centrais e de outros participantes do mercado. Assumindo um crescimento moderado do balanço, os planos de financiamento prevêem uma redução gradual do financiamento proveniente de bancos centrais e a sua substituição por depósitos e a utilização de fontes alternativas de financiamento como acordos de recompra via Eurex Repo, que o Banco integrou como membro durante o ano de 2011. Para efeitos de planeamento, a Administração assume que, no futuro próximo, o Banco não necessitará nem recorrerá ao mercado institucional de financiamento nem ao mercado interbancário.

Em virtude de um conjunto de razões estratégicas, o Banco tem utilizado o seu

Capital de forma conservadora ao longo dos anos, e a Administração prevê a continuidade desta tendência.

Com excepção de um cenário de eventual aquisição que seja do interesse dos accionistas ou de uma alteração radical nas definições regulatórias de capital decorrente das transformações em curso na Zona Euro, a Administração não prevê que o Banco necessite de novo capital por parte dos accionistas no futuro imediato. A futura política de distribuição de dividendos deverá retomar a tendência anterior assim que as condições de mercado o permitam.

Base Accionista

No final do ano de 2011, o Banco tinha 133 accionistas registados. A distribuição das

acções permanecia globalmente em linha com o ano anterior, com uma base accionista estável. Em 31 de Dezembro de 2011, 60% das acções eram detidas por particulares, incluindo as posições da Administração, ao passo que 40% das acções eram detidas por instituições e fundações. O principal accionista era um investidor particular que detinha uma posição de 11,43%. Do conjunto de accionistas registados em 31 de Dezembro de 2011, a soma das participações dos 6 maiores accionistas em conjunto totalizava pouco mais de 50% do capital, enquanto a soma das participações dos 8 principais accionistas, todos com posições superiores a 2% cada, totalizava cerca de 58% das acções. Os membros da Administração do Banco no seu conjunto representavam uma posição conjunta de 15% do capital. Os grupos acima são meramente indicativos, uma vez que não existem quaisquer pactos entre accionistas.

T.12

(Euro)

	2011	2012E	2013E
Recursos de Bancos Centrais	238.322.892	278.837.784	278.837.784
% crescimento	n.a.	17,0%	0,0%
Operações Venda / Recompra	48.895.643	53.785.208	72.610.030
% crescimento	n.a.	10,0%	35,0%

Fonte: Banco BiG

T.13

(Euro)

	2008	2009	2010	2011	2012E
Rácio Core Tier 1	32,7%	35,7%	36,2%	32,5%	29,7%

Fonte: Banco BiG

Gestão de Risco

O negócio do Banco envolve a assunção e gestão de riscos. As políticas e práticas definidas tendo em vista o controlo destes aspectos fundamentais do nosso negócio são discutidas em detalhe neste relatório na secção de GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO.

Na gestão do risco da organização, a Administração revê os processos regularmente para garantir que estes são bem concebidos, disciplinados, independentes, objectivos, e quantitativos. Os nossos processos de gestão de risco associados com os mercados globais, operações de crédito, processamento, tecnologia e riscos genéricos de negócio, exigem um sistema integrado de políticas e controlos de modo a garantir a integridade do modelo de negócio do Banco e potenciar a sua estabilidade e rentabilidade. Subjacente a estes sistemas e processos está uma cultura de responsabilidade pessoal e vigilância mútua tendo em vista o interesse comum.

O Banco prossegue o objectivo de gerar receitas através de um conjunto diversificado de fontes – o que implica assumir um certo nível de risco – operando em linha com orientações prudentes e razoáveis. Estas orientações combinam aspectos prudenciais básicos do negócio bancário, reflectem a experiência da Administração e são actualizadas através de medidas regulatórias ou legislativas, sendo comunicadas regularmente a toda a organização pela Administração e responsáveis adequados. Estas incluem, designadamente: o cumprimento do Banco de orientações regulatórias prudenciais, a capacidade de monitorizar transacções apropriadamente, o conhecimento dos Clientes, a compreensão dos mercados, o ambiente legal em que o Banco opera e o nosso interesse em cada momento por determinados

riscos tendo em conta as condições de mercado. Outro factor chave consiste na confiança nos nossos Colaboradores e na fiabilidade nos nossos sistemas para processar operações numa base contínua e relativamente livre de erros. O processo começa com a identificação do risco, seguindo-se a sua quantificação, controlo e eventual reporte interno e externo em intervalos apropriados.

Durante 2011, o nível de transacções de Clientes em mercados regulados e de balcão registou um decréscimo, traduzindo um afastamento dos Clientes de activos com risco ou produtos financeiros complexos em favor de liquidez ou depósitos tradicionais. Não obstante, o ritmo de angariação de novos Clientes aumentou, num período caracterizado por uma conjuntura de incerteza, em que os depositantes analisam a solidez e segurança do sector bancário. Dada a relevância dos factores confiança e percepção no negócio bancário, a Administração tem vindo a focar-se em garantir que os processos do Banco superam as condições de um mercado volátil, testando estes processos regularmente, e está atenta aos controlos e à manutenção de uma disciplina interna apropriada aos eventos invulgares registados.

No actividade do Banco, utilizamos um conjunto de técnicas para rever e analisar os riscos aos quais a nossa actividade está exposta, designadamente risco de mercado, risco de crédito, risco operacional, risco reputacional e risco político. Estas incluem um conjunto de testes de *stress*, realizados diariamente, que envolvem o teste de cenários às maiores classes de activos e carteiras. Estes cenários incorporam conceitos de *stress* como riscos de concentração, cenários de liquidez e financiamento, entre outros, bem como potenciais alterações dos rácios de solvabilidade do Banco em condições inesperadas e

improváveis. Os cenários são desenvolvidos pela Administração e pela equipa de risco de mercado, e geralmente coincidem ou excedem as recomendações dos nossos reguladores. Simultaneamente, monitorizamos o *Value at Risk (VaR)* e os *Earnings at Risk* em tempo real durante o dia e utilizamos vários limites não estatísticos para avaliar o risco de mercado. Estes estão inter-relacionados com medidas básicas relacionadas com crédito e procedimentos operacionais para garantir uma sobreposição de controlos sobre todas as exposições significativas.

As exposições a crédito – associadas a uma carteira de activos transaccionáveis remunerados – por comparação com um nível moderado de crédito a Clientes e transacções com contrapartes – mantiveram-se estáveis, enquanto a qualidade dos activos, medida através dos níveis actuais e históricos de crédito vencido e crédito vincendo, mantém-se em níveis satisfatórios. Tendo por base as análises das agências de *rating*, os *ratings* dos emitentes Portugueses e das emissões de diversos Estados Europeus e entidades financeiras registaram reduções durante o ano. As notações de *rating* internas e externas são utilizadas para medir níveis de perdas esperadas e avaliar as posições e a sua respectiva evolução. As perdas relacionadas com crédito, bem como os custos associados com riscos operacionais, foram negligenciáveis no exercício.

Estes aspectos do nosso modelo de negócio, juntamente com a tecnologia necessária para suportar o processamento, contabilização, controlo e entrega ao Cliente final, são componentes essenciais dos nossos processos de gestão de riscos e de operações. Ambos envolvem os níveis mais sénior da Administração para assegurar eficiência de custos, níveis apropriados de investimento, controlos internos adequados e aderência a normas de *compliance*.

Factores que Afectam o Nosso Negócio

O Banco gere vários riscos inerentes ao negócio bancário. Para além dos riscos resumidos anteriormente, as condições económicas afectam o negócio do Banco, pelo que os riscos políticos que se intensificaram durante 2011, podem ser pertinentes para as perspectivas de negócio. Em 2010, a crise de dívida soberana que afectou a Zona Euro começou a expor as falhas da criação da moeda única, uma grande divergência de responsabilidade fiscal e produtividade entre os países Europeus e diferentes percepções da capacidade de acesso ao crédito entre economias bem e mal geridas. Em 2011, Portugal encontrava-se entre os países da Zona Euro com pior qualidade de crédito, em resultado de um conjunto de factores, entre os quais as políticas de curto-prazo do anterior Governo Socialista, combinadas com problemas estruturais ignorados pelos sucessivos Governos e pela economia como um todo. As medidas correctivas subjacentes ao programa de assistência financeira da “troika” composta pelo FMI/União Europeia/BCE conduziram, necessariamente, a um contexto de crescimento negativo, aumento de impostos, menos oportunidades de negócio e uma alteração radical na percepção pelo mercado do risco de crédito do país e dos seus componentes económicos.

O Banco BiG não está actualmente sujeito a notação de risco de crédito, nem está dependente de mercados financeiros interbancários externos. Todavia, as sucessivas revisões em baixa, por agências de *rating* internacionais, do *rating* da República e dos principais bancos têm reduzido a confiança dos investidores no País, e o nosso negócio é afectado por essa circunstância. A perspectiva dos mercados financeiros globais relativamente à notação de risco de crédito da dívida de Portugal, as suas perspectivas económicas e o sector bancário no conjunto,

afectarão o nosso negócio na medida em que as contrapartes reduzam a sua exposição ao risco do país, independentemente da análise de cada um dos seus bancos.

Os bancos portugueses, que dependem dos mercados externos para financiar partes das suas bases de activos, tiveram que lidar com limites no acesso a financiamento junto de outras instituições desde o início de 2010. Este factor, conjugado com a fraqueza do mercado doméstico e o endividamento do sector privado redefiniu, abruptamente, a perspectiva do mercado sobre o risco de crédito, os *spreads* de crédito e o custo de acesso a financiamento por parte dos bancos.

Adicionalmente, a migração de quadros de qualidade para mercados mais atractivos e competitivos, conjugada com a apertada regulação e aumento dos impostos aplicados especificamente ao sector bancário, poderão afectar o nosso negócio caso se venha a tornar mais difícil reter Colaboradores e recompensar o desempenho e o mérito, relativamente a outros sectores da economia, ou relativamente a outros mercados.

Neste ambiente, esperamos que a composição dos activos e dos proveitos varie ao longo do tempo, à medida em que o Banco mobiliza capital, investe em novos negócios e em novos mercados. Tipicamente, os retornos esperados dos investimentos iniciais mais elevados na nossa plataforma de retalho demoram mais tempo a ser realizados, mas também tendem a ser mais previsíveis no longo prazo do que os proveitos associados a operações com Clientes Institucionais e empresas ou de negociação de activos financeiros, que podem ser significativos, mas não recorrentes. O BiG concentra-se em linhas específicas de produto para os segmentos de Clientes de retalho e institucionais e empresas, e alguns dos negócios estão altamente correlacionados com o desempenho dos mercados financeiros e a nossa capacidade de

antecipar e reagir a movimentos e oportunidades. Um factor chave na forma como investimos no nosso negócio ou nos mercados é o nosso foco nos proveitos em risco e o momento concreto em que esperamos que estes resultados se concretizem.

Perspectivas de Negócio para 2012

Em 2011, tivemos a oportunidade de conhecer as fragilidades das fundações sobre as quais a moeda única foi construída, a dimensão da irresponsabilidade fiscal de alguns Governos da Zona Euro, a medida em que esta é uma crise de confiança na dívida soberana por comparação com uma crise bancária, e a capacidade ou disponibilidade da classe política Europeia para abordar as implicações de uma mudança abrupta na percepção de risco por parte dos mercados. O impacto destes acontecimentos na economia real e nas perspectivas de negócio foi e deverá continuar a ser profundo.

Os principais riscos com potencial impacto, de magnitude desconhecida, no mercado em que operamos incluem: a reestruturação da dívida pública Grega, a situação fiscal em Itália, a desalavancagem do sistema financeiro Europeu, a magnitude e duração da recessão na Zona Euro, o abrandamento do crescimento na China e a evolução dos países periféricos da Zona Euro, presentemente a adoptar programas de austeridade enquanto lidam com uma contracção de crédito severa.

Em praticamente todos os aspectos, a Administração espera que o enquadramento de negócio em Portugal seja altamente desafiante em 2012. A recessão em Portugal deverá ser significativa e a combinação de temas políticos, regulatórios e contabilísticos irá afectar de forma profunda o sector da banca comercial, o qual tem reduzida margem de manobra, em resultado das políticas passadas de crescimento e de

gestão de balanço/capital que conduziram à crise. A lentidão da resposta da política Europeia à crise, os riscos de contágio da Grécia, e a velocidade de reacção de um mercado impaciente, poderão condicionar as acções – num outro contexto responsáveis, mas presentemente apenas de curto-prazo – do Governo Português, que actua com uma reduzida margem de erro sob supervisão da Troika.

No mercado doméstico, a realidade imediata contempla: supervisão restrita por parte da Troika durante o futuro próximo, austeridade adicional, crescimento negativo, aumento do desemprego, impostos potencialmente superiores aos aplicados em 2011, e a manutenção de taxas de juro elevadas enquanto os bancos prosseguem processos de desalavancagem, procuram financiamento e alcançam os novos requisitos capital, com ou sem intervenção do Estado. A volatilidade e a incerteza política nos mercados deverão manter-se, numa altura em que as necessidades de curto prazo e as exigências do mercado colidem com objectivos de longo-prazo para implementação de reformas estruturais e a vontade e o empenho dos sectores político, público e privado para atingir as expectativas dos credores do país.

Em 2012, a Administração deverá focar-se na qualidade e liquidez do mix de activos do Banco, no crescimento do segmento de retalho especializado, no controlo da despesa e na gestão do capital próprio e regulatório. Os objectivos são (i) maximizar a flexibilidade do Banco num ambiente difícil e (ii) manter o foco em elevados níveis de liquidez e solvabilidade, qualidade dos activos e crescimento selectivo. Os investimentos no segmento de retalho continuarão a constituir uma prioridade. A rentabilidade deverá aumentar dadas as provisões não recorrentes efectuadas em 2011. Estas perspectivas dependem de uma melhoria nas condições de mercado e da medida em que os diversos agentes em Portugal – públicos e

privados – continuarão a responder de forma positiva às necessidades de implementação de reformas estruturais profundas na economia.

ORGANIZAÇÃO

Objectivos

Os objectivos do Banco passam por disponibilizar serviços financeiros eficientes e competitivos aos seus Clientes e criar valor de longo prazo para os seus accionistas. Procuramos assegurar um crescimento sustentado e um equilíbrio entre o investimento a médio-prazo e a existência de retornos no curto-prazo.

A Administração acredita que estes objectivos poderão ser alcançados através de uma estrutura operacional interna eficiente, construída em torno de pessoas com talento, processos bem definidos e tecnologia fiável. No seu conjunto, estas componentes permitem maximizar a eficiência operacional e ajudar a manter uma estrutura de custos competitiva, concebida para beneficiar o Cliente final e os nossos accionistas. Estas componentes são igualmente essenciais à manutenção de controlos rigorosos sobre os riscos de mercado, crédito e operacional, aos quais qualquer instituição financeira se encontra exposta. Simultaneamente, o modelo de estrutura organizacional é suficientemente flexível para acomodar alterações, decorrentes de análises periódicas do desempenho quantitativo dos nossos negócios.

Estrutura Legal e Órgãos Sociais

A estrutura organizacional do grupo BiG é liderada pelo Banco. No final do exercício, o Banco detinha participações em duas subsidiárias: (i) uma participação de 34,76% na ONETIER Partners, SGPS, S.A., que por sua vez detinha 100% do capital da ONETIER Partners, Sociedade de Capital de Risco, S.A., responsável pela gestão de investimentos em acções, e (ii) 100% do capital da BiG Serviços Financeiros, S.A., responsável pela gestão do património imobiliário do Banco e pela prestação de serviços de assessoria financeira.

Banco de Investimento Global

↓	34,76%
	ONETIER PARTNERS, SGPS, S.A.
	Actividade: Gestão de participações sociais Capital Social: € 16.000.000
↓	100%
	ONETIER PARTNERS, SCR, S.A.
	Actividade: <i>Private Equity</i> Capital Social: € 750.000

↓	100%
	BiG Serviços Financeiros, S.A.
	Actividade: Assessoria financeira a empresas e gestão de imóveis Capital Social: € 150.000

O modelo de distribuição de retalho do Banco centra-se numa plataforma proprietária baseada na *Internet*, www.big.pt, e no final de 2011 incluía uma equipa de vendas totalmente integrada localizada em 13 agências: Lisboa (3), Porto, Braga, Maia, Coimbra, Leiria, Évora, Carnaxide, Viseu, Aveiro e Estoril. Acreditamos que o cariz especializado da nossa rede de retalho justificará a expansão até aproximadamente 20 agências, com a melhoria das condições de mercado. Os Clientes Institucionais são servidos por equipas localizadas em Lisboa e no Porto.

O Banco não opera nenhuma entidade *offshore* nem nenhum veículo para fins especiais (SPVs) de qualquer tipo no seu modelo de negócio.

Os imóveis ocupados pelo BiG são directamente detidos ou arrendados pelo Banco. Em Outubro de 2009, o Banco mudou-se para o seu novo edifício sede na Avenida 24 de Julho em Lisboa, que se encontrava em construção desde Setembro de 2007. O imóvel é detido directamente pelo Banco. A infra-estrutura de Sistemas de Informação do Banco encontra-se alojada numa localização segura, na zona suburbana de Lisboa, existindo ainda uma localização de *back-up* redundante no Porto.

A marca de retalho do Banco, *bigonline*, refere-se a um serviço de investimento com base na *Internet* gerido exclusivamente pelo BiG e não tem qualquer

personalidade jurídica autónoma. A marca complementar *Banco BiG* é simultaneamente utilizada na nossa abordagem ao segmento de banca retalho através da rede de agências, suportada pela plataforma *online*.

Organização Interna e Segmentos de Negócio

O Banco organiza as suas áreas de produto, vendas, investimento, processamento e controlo em torno de três negócios: (i) Retalho Especializado, (ii) Clientes Institucionais e Empresas, e (iii) Tesouraria e Mercados de Capitais. As receitas de cada área podem variar como uma percentagem das receitas totais, à medida que as condições de mercado mudam e surgem oportunidades. Estas são discutidas com maior detalhe na secção RESULTADOS DAS OPERAÇÕES.

Banco BiG – Segmentos de negócio

Retalho Especializado	Intermediação financeira, poupanças e gestão de activos, serviços bancários e crédito.
Clientes Institucionais e Empresas	Assessoria financeira, corretagem, gestão de activos e gestão de risco.
Tesouraria e Mercados de Capitais	Gestão de liquidez e gestão de risco da carteira própria do Banco.

T.14

(Euro 000)

Resultados Operacionais por Segmento de Negócio	2011	2010	Δ (%)	2009
Retalho Especializado	11.365	11.321	0,4%	6.884
Institucionais e Empresas	4.475	4.220	6,0%	2.751
Tesouraria e Mercado de Capitais	-10.029	21.794	-146,0%	15.305

Retalho Especializado

O Banco BiG serve Clientes individuais com necessidades e expectativas variadas, através de uma abordagem multi-canal integrada, suportada por uma plataforma bancária e de negociação de activos financeiros própria e uma rede crescente de escritórios de vendas nos principais mercados geográficos do país. A combinação de plataformas baseadas na *Internet*, equipas de vendas especializadas e *financial advisors*, ajuda os Clientes a executar operações bancárias, gerir as suas poupanças e investir em vários dos mais importantes mercados regulados do mundo. Este negócio proporciona serviços bancários e soluções para vários Clientes: para os *self directed*, para os que procuram investimento assistido, para os que procuram gerir o seu património, para os que exigem soluções concebidas à sua medida e para aqueles que procuram a preservação do seu capital.

Clientes Institucionais

Para investidores institucionais e para médias e grandes empresas, os profissionais de várias áreas do Banco concebem soluções financeiras específicas, executam transacções e ajudam os Clientes a gerir os seus riscos. Os serviços que oferecemos incluem a negociação em mercados regulamentados, a estruturação de produtos em mercado de balcão, gestão de activos, cobertura de riscos de mercado, serviços de assessoria financeira e *Corporate Finance*.

Tesouraria e Mercado de Capitais

Apesar das dificuldades durante 2011, este negócio é central na cultura do

Banco e para a compreensão dos riscos de mercado, focando-se na liquidez e gestão do Balanço do Banco. A área foca-se na gestão do portfolio de investimentos do Banco e proporciona conhecimento especializado e informação para consumo interno sobre mercados, cobre a componente de risco de mercado das soluções vendidas aos Clientes, intervém activamente na concepção de produtos, para Clientes de retalho e Institucionais, e gere a tesouraria e as posições de risco do Banco.

Comum a todos os nossos negócios, que oferecem um leque alargado de serviços financeiros e acesso aos mercados globais, está uma cultura que enfatiza uma abordagem profissional e transparente no aconselhamento, execução e construção de relações de longo prazo com os nossos Clientes.

Governo da Sociedade

A lógica de organização interna do Banco decorre da vontade da Administração em manter a simplicidade, transparência e um controlo operacional eficaz sobre o negócio. Esta filosofia encoraja o uso eficiente dos recursos e uma clara distribuição das responsabilidades sobre a forma como estes recursos são utilizados. O Banco BiG, embora não seja uma sociedade cotada em bolsa, procura seguir, e na generalidade cumpre com as recomendações da OCDE (Resumo dos Princípios da OCDE sobre o Governo das Sociedades – 2004) e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre o governo das sociedades (Código de Governo das Sociedades da CMVM – 7/2007), na medida em que estas sejam praticáveis e adequadas à dimensão do Banco.

Direitos de Voto

De acordo com os Estatutos do Banco, não existem restrições aos direitos de voto dos accionistas. A cada acção corresponde um voto, desde que, cada accionista, ou grupo de accionistas seja detentor de pelo menos 1.000 acções.

Audidores e Consultores Externos

O auditor independente do Banco e suas subsidiárias é a KPMG. Em 2006, o Banco estabeleceu uma política de revisão periódica de auditores, que acontece de 8 em 8 anos. É política do Banco manter a independência das funções de auditoria externa e fiscalidade. A *Deloitte* é o consultor fiscal do Banco. O Banco mantém ainda como consultor legal externo a Sociedade *J.A. Pinto Ribeiro & Associados*.

Controlo Interno

A responsabilidade de gestão funcional, tal como acima identificado, é depositada nos seis membros do Conselho de Administração, que desempenham funções executivas, aos quais os vários responsáveis de negociação, *front office* e *back office* reportam. As funções de contabilidade, auditoria e controlo, *compliance* e a gestão dos riscos associados com mercados, crédito, tecnologia e operações reportam directamente aos membros do Conselho de Administração. Além das funções de supervisão por área, o Banco estabeleceu um Comité de Todos os Riscos, supervisionado por um *Senior Risk Officer*, que reúne regularmente com o *Chief Operating Officer* visando melhorar a compreensão em todo o Banco das prioridades relacionadas com controlo, regulamentação e sistemas e procedimentos. O Banco tem ainda um Comité de *Compliance*, constituído por elementos do Conselho de Administração e pelo Director de *Compliance*, cuja função é a análise de temas sensíveis relacio-

Os Órgãos Estatutários do BiG são:

Assembleia Geral	Composta por um Presidente e um Secretário, eleitos pelos accionistas por mandatos de quatro anos. As suas responsabilidades passam por dirigir as assembleias gerais de accionistas do Banco.
Conselho Consultivo	Actualmente constituído por 15 membros, incluindo os principais accionistas do BiG, cujos membros e Presidente são convidados pelo Presidente do Conselho de Administração, que tem igualmente lugar neste órgão consultivo, bem como o Vice-Presidente / COO. Reúne em média três vezes por ano para discutir aspectos estratégicos e contribuir com as suas recomendações. As decisões do Conselho Consultivo não são formalmente vinculativas.
Conselho de Administração	Constituído no final do ano por seis membros executivos, que controlam e gerem o Banco directamente numa base diária. Este órgão é eleito para mandatos de quatro anos e todos os membros são executivos com experiência bancária relevante. Sendo estes escolhidos com base na sua experiência, cada um é igualmente um accionista minoritário, em base individual, independente de qualquer interesse accionista específico. Como todos os membros do Conselho de Administração são membros executivos ("sistema monista"), não existe uma Comissão Executiva e as tarefas do Presidente do CA e de CEO estão concentrados na mesma pessoa. Este órgão inclui igualmente um Vice- Presidente / COO.
Conselho Fiscal + ROC	O conselho fiscal conta com três membros eleitos por períodos de quatro anos. Este órgão reporta directamente aos accionistas. As suas responsabilidades incluem auditorias periódicas e independentes às contas estabelecidas de acordo com as normas internacionais de contabilidade. O Revisor Oficial de Contas independente providencia a certificação legal das contas.
Comissão de Remunerações	A comissão de remunerações conta com três membros eleitos por períodos de quatro anos. Este órgão reporta directamente aos accionistas. As suas responsabilidades incluem a determinação e avaliação periódica da remuneração dos órgãos de administração e fiscalização do Banco.

nados com o controlo interno e o cumprimento das disposições regulatórias.

A remuneração do Conselho de Administração é determinada periodicamente por um Comité de Remunerações autónomo, composto por accionistas independentes, designados pela Assembleia Geral.

Recursos Humanos

O perfil dos Colaboradores do Banco e as políticas de recrutamento, formação e desenvolvimento são consistentes com as de anos anteriores. No final de 2010, a idade média dos Colaboradores do BiG era de 33 anos, e 83% dos Colaboradores tinham formação universitária.

Em 2011, o número médio de Colaboradores directos, excluindo a Administração, era de 156, o que compara com 143 no final de 2010. Durante 2012,

não deverão ocorrer alterações significativas no número de Colaboradores.

Acreditamos que os nossos principais activos são os nossos Colaboradores, o nosso capital e a nossa reputação. Estes conceitos encontram-se interligados e são interdependentes. A Administração acredita que o desenvolvimento de uma cultura interna é uma preocupação principal da gestão de topo, e assume funções directas nos processos de recrutamento, formação e desenvolvimento de carreiras dos nossos Colaboradores. Percebemos o desenvolvimento das nossas pessoas como um investimento chave e procuramos recompensar o talento desde o início. Em regra, promovemos a diversidade, mas não nos nossos valores fundamentais. Estes incluem a excelência académica, um sentido de compromisso, trabalho de equipa, energia, inovação, respeito pelos outros e, acima de tudo, integridade.

As Nossas Práticas de Negócio

O BiG é gerido por profissionais experientes que têm uma participação relevante no capital da organização a par de outros accionistas, muitos dos quais são co-fundadores do Banco. A Administração acredita que a boa governação começa com uma estrutura organizacional deliberadamente transparente e simples, com linhas de responsabilidade claramente definidas entre a Administração, os vários órgãos e colaboradores. Não existem acordos entre accionistas, o nosso modelo de negócio é igualmente transparente, assim como o são as nossas relações com Clientes, reguladores e o público. Não favorecemos estruturas organizacionais complexas e o Banco não opera sucursais *offshore* ou entidades para fins específicos. Desde a criação do Banco, a Administração e os Accionistas têm procurado alinhar os seus interesses sensatamente, procurando garantir uma separação adequada entre os que são proprietários e emitem orientações por um lado, e aqueles que profissionalmente

assumem e aceitam responsabilidades de gestão por outro. Acreditamos que a participação accionista e a atribuição de incentivos de longo prazo, através de programas de acções e opções, são aspectos chave na manutenção deste equilíbrio e trabalhámos com os accionistas para os colocar em prática, muito antes de os reguladores terem começado a emitir recomendações nesse sentido.

Acreditamos que um sistema efectivo de governação para qualquer organização assenta na sua cultura e na integridade das pessoas que a compõem. A natureza e extensão da informação que divulgamos reflecte um aspecto fundamental da nossa cultura interna e proposta de valor. Nas nossas relações com accionistas, Clientes, reguladores e contrapartes, fazemos questão de comunicar deliberadamente de forma detalhada não só em que consiste o nosso modelo de negócio, como também no seu funcionamento. Internamente, a cultura do Banco sublinha o exercício de explicar a boa governação enquanto um exercício diário de responsabilização de cada indivíduo, equipa e área de negócio. Este conceito começa pelo Conselho de Administração e pelos comités internos de supervisão e estende-se a toda a organização.

Uma vez que operamos num ambiente de regulação e reporte crescente, as responsabilidades individuais e da Administração abrangem uma compreensão do código de ética da organização, formação interna sobre procedimentos, gestão de informação, políticas e práticas. Estas são concebidas para identificar e gerir riscos e funções independentes de supervisão para assegurar a aplicação dos regulamentos internos e externos. Estamos permanentemente focados em garantir controlos operacionais efectivos, encorajar regras que promovam maior responsabilidade e transparência nas práticas competitivas e aceitamos o

escrutínio do nosso modelo de negócio. A Administração concentra pelo menos tanto tempo a gerir riscos e construir uma cultura de responsabilidade quanto o que depende na geração de novas oportunidades de negócio.

Concorrência

O mercado Português opera com um número elevado de instituições financeiras que oferecem serviços que vão desde a banca universal até áreas específicas tais como a corretagem, gestão de activos e financiamento ao consumo. O mercado, a nível doméstico e internacional, é altamente competitivo, e esperamos que assim se mantenha. Portugal, em particular, é um mercado concentrado, com 5 instituições de crédito – uma das quais detida pelo Estado – detentoras entre si de uma quota de mercado de aproximadamente 70%. Dezenas de outros bancos domésticos ou estrangeiros de pequena e média dimensão partilham a restante quota de mercado. Consequentemente, enfrentamos concorrência em todas as nossas linhas de negócio por parte de um conjunto alargado de operadores domésticos, e em certas linhas de negócio de operadores internacionais. O Banco enfrenta ainda competição intensa por parte das empresas internacionais de auditoria e consultoria, cujos serviços se sobrepõem aos serviços prestados pelo Banco em áreas como a assessoria a empresas.

A crise da dívida da Zona Euro, que levou a cortes de *rating* da República, dos principais bancos e de um conjunto de entidades públicas e privadas praticamente monopolistas, tem o potencial de afectar o ambiente competitivo. Este impacto começou a ser sentido como consequência de: (i) a necessidade de reposicionamento, desalavancagem e/ou aumento do capital por parte dos principais bancos, (ii) pressões da Troika para impor uma maior transparência nas políticas

contabilísticas adoptadas na actividade bancária, (iii) menor investimento do Estado na economia, e (iv) um enquadramento profundamente recessivo. Considerando a estrutura da economia Portuguesa e a sua dependência da intervenção do Estado, as distorções na concorrência eram comuns no passado. Enquanto principal Cliente da indústria financeira, directa ou indirectamente, o Estado tem a capacidade de influenciar o ambiente competitivo. Embora se espere que a sua influência venha a diminuir ao longo do tempo em resultado da aplicação das medidas da Troika, não se prevêem alterações significativas no curto prazo.

Dada a ausência generalizada de investidores domésticos disponíveis para participar nos processos de recapitalização dos bancos, poderão ocorrer alterações no enquadramento competitivo fruto do potencial entrada de investidores estrangeiros no mercado.

Compliance

Enquanto negócio de prestação de serviços bancários e financeiros, que concorre com fornecedores de serviços financeiros domésticos e globais, o respeito pelos regulamentos e pelo bem-estar dos nossos Clientes é um aspecto central ao nosso modelo de negócio. A função de *compliance* assume um papel chave no banco e constitui uma parte integrante da nossa cultura interna. Neste âmbito, a Administração considera o *compliance* como mais do que o simples cumprimento das leis, regulamentos e práticas de mercado, na medida em que as perspectivas sobre comportamentos aceitáveis poderão alterar-se com o tempo. Seleccionamos os nossos Colaboradores tanto com base nos seus valores como nas suas capacidades e experiências, e procuramos que a transparência, o respeito pelas regras e o comportamento responsável constituam elementos competitivos de diferenciação do Banco na sua relação com Clientes.

Continuidade do Negócio e Segurança de Informação

Exigimos que o nosso negócio seja capaz de operar sob as condições mais exigentes e que os nossos sistemas de informação sejam seguros e fiáveis. Este é um processo evolutivo que exige atenção regular, revisão e melhoramentos à medida que o Banco cresce e as condições de mercado e o ambiente regulatório evoluem.

O Banco segue uma abordagem assente em dois pilares na implementação de um Plano de Continuidade de Negócio: a continuidade das operações na sua sede e a continuidade de operações do seu principal centro de dados. O centro de dados encontra-se em funcionamento há alguns anos, efectuando a replicação *on-line* de dados críticos entre o principal centro de dados de Carnaxide e a unidade de continuidade do negócio no Porto.

A prioridade da gestão em 2011 foi garantir a continuidade das operações na sede da forma mais transparente e menos onerosa possível. Com este objectivo, o Banco concebeu um cenário de recuperação, centralizado nas duas principais localizações, desenhado para acomodar os colaboradores essenciais.

São efectuados testes envolvendo os diferentes departamentos do Banco, por forma a testar a adequação e fiabilidade das operações a partir destas localizações. Os testes desenvolvidos durante 2011 envolveram todos os departamentos do Banco e todos os sistemas utilizados nas operações diárias. Para 2012 estão planeadas actualizações regulares.

Regulação

O Banco de Investimento Global, S.A. é uma instituição registada e supervisionada pelo Banco de Portugal e pela Comissão de Mercado de Valores

Mobiliários (CMVM), as duas principais entidades responsáveis pela supervisão das actividades financeiras em Portugal. Nos últimos anos, os eventos que se registaram nos mercados financeiros levaram a que os reguladores a nível doméstico e internacional propusessem mudanças significativas ao funcionamento da indústria de serviços financeiros. A crise da dívida da Zona Euro teve um impacto significativo nas regras e regulação aplicáveis ao sector bancário. Esperamos que esta tendência se mantenha, e que se reflecta em aumentos de custos operacionais, podendo afectar igualmente a geração de receitas.

Banco de Portugal

Data do registo especial com o Banco de Portugal: 5 de Fevereiro de 1999, com o número 61.

www.bportugal.pt

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Data da autorização da CMVM: 8 de Março de 1999, com o número 263.

www.cmvm.pt

Instituto de Seguros de Portugal

Mediador de Seguros Ligado 2, com o número 207226568

Data Inscrição Ramo Vida: 22 de Outubro de 2007

Data Inscrição Ramo Não Vida: 26 de Novembro de 2009

www.isp.pt

ANÁLISE: RESULTADOS DAS OPERAÇÕES EM 2011

Economia Global

T.15

Indicadores Macroeconómicos (%)	PIB			IPC		
	2010	2011	2012E	2010	2011	2012E
Estados Unidos	3,0	1,8	1,8	1,6	3,0	1,2
Zona Euro	1,9	1,6	-0,5	1,6	2,5	1,5
Portugal	1,4	-1,6	-3,1	1,4	3,4	2,1
Médio Oriente & Norte África	4,3	3,1	3,2	6,8	9,9	7,6
Ásia Emergente	9,5	7,9	7,3	5,7	7,0	5,1
América do Sul	6,1	4,6	3,6	6,7	7,9	7,0
Mundo	5,2	3,8	3,3	3,9	5,1	3,7

Fonte: FMI, Banco de Portugal

Global

O ano de 2011 ficará associado a um conjunto de eventos extraordinários, com impacto na economia mundial: as revoltas da "Primavera Árabe", o Tsunami/acidente nuclear do Japão, a crise orçamental dos EUA e a perda da sua notação máxima de crédito atribuída pela S&P, e a escalada da crise da dívida soberana na Europa. Os eventos associados a este último aspecto constituíram o principal factor para o abrandamento do crescimento económico durante 2011.

De acordo com o FMI, o crescimento global em 2011 deverá ter ascendido a 3,8% (por comparação com 5,2% em 2010), uma desaceleração causada em parte pelo crescimento abaixo da média nos EUA (1,8%) e taxas de crescimento mais moderadas na América do Sul e Ásia Emergente, onde o crescimento deverá manter-se robusto em 2012, embora inferior ao registado em anos anteriores.

Nos países ocidentais, o crescimento registado nos EUA foi ligeiramente superior ao da Europa (1,8% vs 1,6%), embora esta diferença tenha sido substancialmente superior, a favor dos EUA, no último trimestre de 2011. A recuperação nos EUA tem sido lenta, na sequência da Grande Recessão, e numa altura em que a economia lida com elevados níveis de alavancagem das famílias e com mercados imobiliário e de

emprego frágeis. Os níveis moderados de inflação permitiram o alívio da política monetária por parte do FED de formas convencionais e não convencionais (ex: *Operation Twist*). Por sua vez, o crescimento Europeu foi penalizado pela deterioração da crise da dívida soberana, que levou à implementação de um programa de resgate financeiro em Portugal e ao aumento dos receios de um incumprimento Grego. Uma série de cimeiras dos líderes Europeus definiu um conjunto de medidas a adoptar, incluindo a introdução do *Private Sector Involvement (PSI)*, inicialmente definido em 21% sobre o valor nominal das obrigações Gregas, aumentado para 50% em Outubro de 2011, e que ainda não se encontrava concluído no final do ano. Um conjunto de questões sobre o programa Grego e a gestão da crise levaram ao aumento da instabilidade e a receios de contágio a Portugal, e posteriormente a economias mais forte como Espanha, Itália, Austria e França, cujos *spreads* face aos títulos de dívida Alemã registaram aumentos significativos. Estes factores contribuíram para o congelamento da liquidez nos mercados monetários e à necessidade de intervenção por parte do BCE, o qual após a entrada de Mário Draghi reduziu as taxas de juro para 1%. De entre as medidas introduzidas no final do ano para travar a subida das *yields*, que atingiram os 7% nos casos de Espanha e Itália, destaca-se a injeção por parte do BCE de montantes ilimitados numa

operação de financiamento a 3 anos (LTROs), que registou pedidos no valor de € 490 mil milhões por parte dos bancos Europeus. Desde o final do ano têm vindo a ser discutidas propostas para redesenhar os acordos existentes entre os países da Zona Euro, tendo em vista a implementação de regras mais exigentes e, possivelmente, iniciar os procedimentos para uma eventual união orçamental.

A crise da Europa afectou todas as categorias de activos: (i) os índices bolsistas da Zona Euro registaram perdas significativas, ao passo que os índices Americanos apresentaram maior resiliência, (ii) os *spreads* de dívida soberana aumentaram nos países periféricos e diminuíram na Alemanha, enquanto os *spreads* das empresas evidenciaram tendência de redução em termos relativos, (iii) os preços das matérias-primas mantiveram-se estáveis, à excepção do ouro, que aumentou 10% no ano, em consequência do aumento da procura por activos de refúgio. O câmbio Euro/USD registou alguma volatilidade, embora no final do ano tenha apresentado níveis similares aos registados no final de 2010. O ano 2012 deverá ficar marcado pela continuidade da incerteza na Zona Euro e pelas eleições presidenciais nos EUA. Globalmente, os mecanismos de expansão monetária deverão constituir a ordem do dia.

Portugal

O ano de 2011 em Portugal caracterizou-se pela elevada instabilidade política e económica. A rejeição do PEC IV (o quarto plano económico do anterior Governo) levou à convocação de eleições antecipadas e à alteração do Governo.

No entanto, o Governo Socialista cessante viu-se forçado a efectuar um pedido de resgate financeiro às instituições Europeias, no valor de € 78 mil milhões, de acordo com os termos definidos no memorando de entendimento assinado com a Troika composta pela UE/BCE/FMI. O acordo prevê a implementação e calendarização de um conjunto de reformas estruturais na economia. Um montante de € 12 mil milhões foi especialmente definido para recapitalizar o sector bancário, o qual, entre outras medidas, está sujeito a novos limites de alavancagem (rácio de transformação de 120% em 2014), níveis mínimos de capital (Core Tier 1 de 10% em 2012) e métodos revistos para o cálculo e reconhecimento de activos em incumprimento. De uma forma geral, o programa de estabilização foi concebido para reduzir a importância do Estado na economia e para implementar um conjunto de reformas nos sectores do trabalho, justiça e arrendamento, bem como reduzir a dimensão do sector público e introduzir alterações na legislação fiscal. O Governo liderado por Passos Coelho tem vindo a efectuar progressos significativos no que concerne à lei de arrendamento, à legislação do mercado de trabalho e à preparação e conclusão das privatizações da EDP e da REN.

As medidas de austeridade implementadas e as restrições orçamentais agravaram a recessão em Portugal, ao mesmo tempo que a crise da dívida da Zona Euro tem contribuído para o agravamento do contexto económico. O Banco de Portugal, no seu Boletim Económico de Inverno, indicava para 2011 uma quebra de 1,6% no PIB, e reduções do consumo privado e público

de 3,6% e 3,2%, respectivamente. O desemprego esperado para 2011 foi de 13,6%, devendo piorar em 2012. Para o próximo ano, as estimativas oficiais consideram uma contração do PIB de 3,1%, em larga medida dependente do desempenho do sector exportador.

Durante 2011, o défice público reduziu-se de 9,8% do PIB para 4% (por comparação com os 5,7% exigidos pela Troika). Todavia, este valor incorporou elementos extraordinários, tais como a transferência dos fundos de pensões da Banca para o Estado. Os esforços desenvolvidos pelo Estado para conter a despesa, bem como para aumentar as receitas através da cobrança de impostos, têm vindo a apresentar resultados positivos. Com um reduzido espaço de manobra para beneficiar de elementos extraordinários em 2012, as medidas de austeridade deverão ter impactos relevantes na economia.

Ambiente de Negócio para o Banco BiG

A conjuntura económica apresentada anteriormente afecta significativamente o desenvolvimento do nosso negócio. O Banco BiG é um banco Português, com uma base de Clientes maioritariamente nacional e com a maior parte das receitas geradas por operações domiciliadas em Portugal. Como banco de investimento especializado, com um modelo de retalho próprio, somos selectivos com os nossos activos, mercados alvo e segmentos de Clientes. Alguns aspectos do nosso modelo de negócio flexível, do mix de activos que gerimos, dos produtos e plataformas que disponibilizamos aos nossos Clientes e dos parceiros com quem interagimos, implicam uma abordagem equilibrada relativamente ao mercado doméstico e aos mercados internacionais. A natureza da crise da dívida soberana da Zona Euro e, em particular, o papel desempenhado por Portugal, levou a uma mudança de paradigma nas expectativas de

crescimento, na forma como analisamos o risco, gerimos a liquidez e alocamos capital. Os problemas estruturais da economia, que se encontram na base dos recorrentes níveis reduzidos de produtividade e da falta de competitividade, requerem soluções e ajustamentos drásticos, que deverão fomentar a incerteza e taxas de crescimento negativas no curto-prazo, e, possivelmente, oportunidades a médio-prazo. A Administração acredita que o enquadramento de negócio no futuro deverá ser desafiante e deverá contemplar um aumento da regulação e do risco.

Resultados Detalhados e Situação Financeira em 2011

O Produto Bancário consolidado em 2011 foi de € 33,2 milhões, traduzindo uma redução de 36% face a 2010. A margem financeira e as comissões líquidas aumentaram, demonstrando um crescimento saudável apesar do enquadramento de mercado altamente negativo, ao passo que as actividades de tesouraria e mercados de capitais registaram quebras significativas nas receitas, afectadas por factores macroeconómicos.

A Margem Financeira aumentou pelo quarto ano consecutivo, ascendendo a € 19,8 milhões, 20% superior ao valor registado em 2010, embora com uma ligeira redução no valor dos activos remunerados médios. Esta evolução deve-se à política de desalavancagem seguida pelo Banco, bem como ao reposicionamento do *mix* de activos, dados os níveis de volatilidade sem precedentes registados nos activos de rendimento fixo e variável, em particular nos associados a emitentes soberanos e financeiros. A maior parte da margem financeira decorre de investimentos na carteira de activos detidos para venda. A carteira de crédito a Clientes, de dimensão reduzida, sendo constituída maioritariamente por contas margem de

T.16

(Euro)

Proveitos	2011	2010	Var %	2009
Juros e Rendimentos Similares	34.406.853	24.075.341	42,9%	17.210.684
Juros e Encargos Similares	-14.623.666	-7.549.684	93,7%	-5.292.599
Margem Financeira	19.783.187	16.525.657	19,7%	11.918.085
Rendimentos de Instrumentos de Capital	1.473.849	1.360.493	8,3%	1.322.547
Rendimentos de Serviços e Comissões	10.382.730	11.485.475	-9,6%	8.005.808
Encargos com Serviços e Comissões	-1.380.701	-2.786.197	-50,4%	-1.574.887
Rendimentos de Negociação de Activos Financeiros	-235.576	3.632.089	-106,5%	2.124.785
Rendimentos de Activos Financeiros Detidos para Venda	1.442.375	16.824.264	-91,4%	12.612.148
Resultados de Reavaliação Cambial	1.560.506	1.241.544	25,7%	1.853.417
Resultados de Alienação de Outros Activos	-135.230	4.393.654	-103,1%	-27.574
Outros Resultados de Exploração	285.387	-622.954	-145,8%	289.242
Produto Bancário	33.176.527	52.054.025	-36,3%	36.523.571

suporte às actividades de corretagem dos Clientes, foi em geral menos rentável que os activos detidos para venda. Em 2011, os juros e rendimentos similares representaram aproximadamente 60% do Produto Bancário, por comparação com 35% em 2010 e 2009.

As comissões líquidas ascenderam a € 9 milhões, traduzindo um aumento de 4% face ao registado em 2010, beneficiando de algumas operações de *block trade* efectuadas durante o primeiro semestre de 2011. O crescimento abrandou significativamente na segunda metade do ano motivado pela quebra na confiança, pela migração de Clientes para depósitos altamente remunerados oferecidos pelos bancos Portugueses, pela redução da predisposição para tomada de riscos e pela redução dos volumes dos Clientes. Do total de comissões, 64% foram geradas por actividades de negociação de Clientes em tesouraria e outros produtos, como futuros, *warrants*, *forex*, *CFD's*, em grande parte transaccionados através das plataformas do Banco. As comissões provenientes da actividade de gestão de activos representaram 14% do total, enquanto as comissões de serviços bancários representaram 13% do total. As comissões das actividades de *Corporate Finance/Private Equity* representaram 9% do total de comissões. As comissões líquidas dos segmentos de Clientes de retalho e institucionais aumentaram, como percentagem do

total de receitas, para 27% em 2011, face aos 19% registados em 2010 e 2009, anos em que os resultados das actividades de investimento e de negociação foram substancialmente superiores, como percentagem do total.

As receitas líquidas das actividades de Tesouraria e Mercados de Capitais registaram uma quebra de 90% para € 2,6 milhões, em resultado de: (i) condições de mercado caóticas durante 2011, ano em que Portugal seguiu a Grécia e a Irlanda e efectuou um pedido de assistência financeira à Troika formada pelo FMI/UE/BCE, (ii) mudança de Governo e implementação de medidas de austeridade num período de sucessivos cortes de *rating* da República, de empresas e do sector financeiro, (iii) ausência de linhas de crédito externas para o sector bancário, que tem estado dependente dos empréstimos do BCE, (iv) incerteza sobre um potencial incumprimento Grego, e (v) implicações políticas e macroeconómicas, entre outros aspectos num ano de muitos eventos sem precedentes, nenhum dos quais conducente ao crescimento dos resultados. No decorrer de alguns eventos históricos – **nos quais se incluem a transformação por decreto político de activos anteriormente considerados “sem risco” em “tóxicos”** – o foco do Banco tem sido a liquidez, o controlo de danos e a manutenção de elevados níveis de solvabilidade. Consequentemente, a contribuição desta área

para os resultados foi substancialmente inferior à de outros anos. Em 2011, as actividades de mercado representaram apenas 8% do Produto Bancário, por comparação com 46% e 45% em 2010 e 2009, respectivamente.

O final de 2011 marcou um período de mais de quatro anos desde o começo do actual ciclo de grandes eventos económicos a nível global, que se iniciou com o rebentar da bolha de *sub-prime* em Agosto de 2007. Com os EUA a apresentarem alguns sinais de recuperação e a Ásia em crescimento, ainda que a um ritmo inferior ao de anos anteriores, o foco permanece na Europa e nos desafios que um dos blocos mais ricos enfrenta, num momento em que lida com um conjunto de eventos que reduz a confiança no Euro e na Zona Euro. Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália, embora em diferentes graus e diferentes fases, têm estado no centro das atenções, numa altura em que os mercados obrigacionistas têm vindo a penalizar os níveis gerais de imprudência dos Governos dos países da “periferia” através de aumentos nos custos de financiamento, e em que são testadas as fundações sobre as quais foi construída a moeda única. O anterior paradigma foi subitamente suspenso em 2010 com o primeiro resgate Grego, e a definição de um novo paradigma tem vindo a ser desenvolvida com pequenos passos, em direcção a uma solução final, definidos em cada uma das várias cimeiras dos

decisores políticos da Europa, bem como decorrente das decisões dos reguladores durante o último ano.

Estes eventos criaram oportunidades para ganhos e perdas, e testaram seriamente a confiança dos investidores. Globalmente, antecipamos a continuidade da volatilidade na definição do preço de activos remunerados e financiamento pelo menos durante 2012. Em 2011, os desempenhos dos mercados de capitais a nível global foram díspares, a concretização de negócios em Portugal permaneceu reduzida e os investidores de retalho reduziram o apetite por risco. Os aforradores beneficiaram do aumento das remunerações dos depósitos em bancos Portugueses, que procuraram fazer face à ausência de financiamento interbancário nacional e internacional e à dificuldade de emitir dívida nos mercados de capitais.

Do lado dos proveitos, o Banco continua a enfatizar a execução de ordens de retalho e de Clientes Institucionais e Empresas, os serviços de aconselhamento baseado em comissões, os activos sob supervisão, os produtos de poupança e a gestão do Balanço tendo em vista a elevada qualidade dos activos e o excesso de liquidez.

O total de custos considerados para efeitos fiscais inclui custos operacionais, provisões e imparidades.

De uma forma geral, excluindo imparidades, a Administração procura manter os custos operacionais aproximadamente

correlacionados com a evolução das receitas em cada ano. O Banco privilegia a versatilidade e liquidez dos seus activos em Balanço, prosseguindo uma abordagem global quanto à gestão de riscos, e opera com uma estratégia única de retalho, que é suportada por uma estrutura operacional leve e preparada para um processamento escalável. No que concerne ao uso do capital e à gestão do risco, esta abordagem é chave na gestão da base de custos.

Em 2011, o total dos custos operacionais, líquidos de imparidades – i.e. custos com pessoal, fornecimentos e serviços externos e depreciações/amortizações – registou um decréscimo de 20%. Os custos com pessoal, a principal categoria dos custos operacionais do Banco – correspondente a 55% do total dos custos operacionais em 2011, por comparação com 65% em 2010 – registaram um decréscimo de 30% face ao ano anterior. Este decréscimo reflecte o corte voluntário nos vencimentos base da Administração e a eliminação de remunerações variáveis no ano. Adicionalmente aos custos relacionados com recursos humanos, as principais categorias de custos correspondem a (i) custos administrativos, que registaram uma redução de 7,5%, e (ii) gestão de investimentos nas estruturas físicas do Banco e nos seus sistemas tecnológicos, os quais registaram um decréscimo de 7%. As imparidades de activos financeiros, que, numa óptica de gestão, são deduzidas às receitas das respectivas áreas, aumentaram substancialmente devido ao *write-down* de 65% do valor

dos títulos de dívida soberana Grega e das imparidades associadas aos títulos Portugueses de taxa variável, cuja performance foi afectada pela crise da dívida da Zona Euro e pelo correspondente sentimento negativo.

Num ano normal, parte dos custos com remunerações pode ser variável e pode incluir quer comissões pagas aos Colaboradores com funções comerciais, quer bónus pagos numa base discricionária anual. A estrutura da remuneração fixa/variável é deliberadamente flexível e está amplamente relacionada com o desempenho do Banco em cada ano. Enquanto percentagem dos custos totais, e em linha com a quebra de resultados, as despesas relacionadas com remunerações diminuíram pelo quinto ano consecutivo. Este custo representa 40% do total de custos em 2011, comparativamente a 48% em 2010, 53% em 2009, 55% em 2008 e 66% em 2007. O rácio de custos com remunerações face ao total dos proveitos líquidos aumentou ligeiramente em 2011 para 27%, após uma redução nos quatro anos anteriores: 24% em 2010, 30% em 2009, 35% em 2008 e 39% em 2007. **Em termos absolutos, os custos com remunerações em 2011 foram 33% inferiores aos registados em 2007, enquanto o número médio de Colaboradores cresceu 36% de 115 para 156 no mesmo período de quatro anos.**

Os custos administrativos incluem comunicações, serviços de informação, publicidade, licenciamentos, acordos com bolsas e fornecedores relacionados,

T.17

(Euro)

Custos	2011	2010	Var %	2009
Custos com pessoal	-8.837.318	-12.556.069	-29,6%	-11.043.138
Despesas administrativas	-5.568.518	-6.019.658	-7,5%	-5.495.786
Amortizações	-1.495.072	-1.607.394	-7,0%	-1.248.474
Provisões líquidas	150.258	-7.670	-2059,0%	-12.480
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	-170.162	4.941	-3543,9%	-23.142
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-14.134.976	-5.737.395	146,4%	-2.580.134
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	318.411	-18.477	-1823,3%	-512.153
Total	-29.737.377	-25.941.722	14,6%	-20.915.307

T.18

(Euro)

Resultados e Impostos	2011	2010	Var %	2009
Resultados Operacionais	3.439.150	26.112.303	-86,8%	15.608.264
Resultados de Associadas	87.565	292.136	-70,0%	-792.932
Resultado Antes de Impostos e de Interesses Minoritários	3.526.715	26.404.439	-86,6%	14.815.332
Impostos Correntes	-909.833	-5.824.683	-84,4%	-2.723.286
Impostos Diferidos	-111.287	-119.866	-7,2%	237.056
Resultado Antes de Impostos e de Interesses Minoritários	2.505.595	20.459.890	-87,8%	12.329.102
Interesses Minoritários	0	0	0,0%	0
Resultado do Exercício	2.505.595	20.459.890	-87,8%	12.329.102

rendas e outras despesas relacionadas com o normal funcionamento do Banco. Estes custos estão, normalmente, correlacionados com o crescimento do número de Colaboradores e diminuíram 7,5% em 2011. A Administração espera conter o crescimento desta categoria para próximo de zero em 2012, considerando o ambiente económico altamente negativo.

Os custos com amortizações no BiG relacionam-se principalmente com os imóveis ocupados pelo Banco, investimentos em *hardware* e outros equipamentos e custos de licenças iniciais associados com acordos de fornecimento de *software*. A componente referente às instalações inclui custos com o edifício sede e novos investimentos e melhoramentos na rede de agências do Banco, bem como na sua rede de *ATM*, ambas em crescimento. O Banco investe regularmente na sua infra-estrutura de Tecnologias de Informação (TI) de modo a assegurar qualidade de execução e segurança ao nível dos melhores padrões da indústria, e mantém recursos dedicados à gestão da infra-estrutura com soluções desenvolvidas internamente. Face a igual período do ano passado, os custos com amortizações diminuíram, depois de

terem aumentado 29% em 2010 e terem caído 9% em 2009. Esta categoria de custos representa 5% do total dos custos operacionais em 2011, comparativamente a 6% tanto em 2010 quanto em 2009.

As imparidades em activos financeiros aumentaram para aproximadamente € 14 milhões e constituem um custo associado às actividades de mercado do Banco. As imparidades incluem as variações negativas no valor de mercado de alguns investimentos de longo prazo, nos quais se encontram € 12,3 milhões associados a dívida soberana Grega e € 1,8 milhões relacionados com acções da REN. No caso dos activos emitidos pela REN, os proveitos decorrentes das elevadas *dividend yields* são registados em proveitos e a Administração espera que a imparidade possa ser revertida no futuro, como consequência da melhoria dos valores de mercado. As imparidades relacionadas com crédito são aproximadamente zero, e os activos em incumprimento foram novamente negligenciáveis em 2011.

O resultado antes de imposto em 2011 foi de € 3,5 milhões, inferior em 87% ao registado em 2010. Os resultados do investimento do Banco na OneTier

Partners, SGPS, S.A., um veículo de investimento em acções, foram ligeiramente positivos. A menor rentabilidade é o resultado das menores receitas, parcialmente compensada por menores custos, e do aumento das imparidades, em larga medida de natureza não recorrente. Não obstante, as medidas globais de eficiência permanecem sólidas e os rácios de solvabilidade do Banco são excepcionalmente elevados, quando comparados com os requisitos mínimos e com os níveis médios do sector.

Os impostos correntes registaram uma redução em termos absolutos, tendo contudo a taxa de imposto do Banco aumentado de 22,7% em 2010 para aproximadamente 29% em 2011, em resultado das medidas de emergência adoptadas pelo Governo e dos impostos especiais sobre o sector bancário. Por comparação, a taxa de imposto efectiva do Banco foi de 16,8% em 2009 e de 27% em 2008.

Balanço

O total de activos líquidos no final de 2011 ascendia a € 829 milhões, traduzindo um decréscimo de 8% face ao

T.19

(Euro)

Activos Remunerados	2011	2010	Var %	2009	Var %
Depósitos e Aplicações em Bancos	69.114	82.798	-16,5%	142.407	-41,9%
Empréstimos	159.331	42.533	274,6%	56.713	-25,0%
Activos Financeiros Detidos para Negociação	13.336	8.890	50,0%	10.871	-18,2%
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	503.683	694.295	-27,5%	297.818	133,1%
Investimentos Detidos até à Maturidade	0	0	0,0%	141.753	-100,0%
Total	745.464	828.516	-10,0%	649.562	27,5%

período anterior. Esta redução da base de activos, conjuntamente com algumas alterações na composição das principais categorias de activos, reflecte um conjunto de factores vigentes durante o ano, associados à turbulência no mercado de dívida soberana e noutros mercados de crédito, combinado com a natureza relativamente estável do perfil de financiamento do Banco. Considerando as debilidades da economia real, permaneceu inalterada a orientação da Administração relativamente à manutenção de níveis estruturais excedentários de liquidez, baixa alavancagem e elevada adequação de capital, enquanto política durante o exercício. Em geral, a Administração preferiu deter disponibilidades em liquidez, exposições de curto-prazo e activos financeiros de elevada liquidez.

Os activos líquidos remunerados em 31 de Dezembro de 2011 ascendiam a € 745 milhões, um valor inferior em 10% face aos € 829 milhões registados em 2010. Os depósitos junto de outros bancos registaram um decréscimo, perante uma melhoria nas oportunidades de aquisição de activos com maior rentabilidade e melhor perfil de risco. A carteira de crédito cresceu em resultado da reclassificação durante o ano de um conjunto de activos financeiros com colateral de hipotecas (*RMBS*) ilíquidos e de difícil determinação de preço. A carteira de crédito relativamente pequena do Banco corresponde essencialmente a contas margem de Clientes de retalho, que são de curto prazo por natureza e estruturadas para se auto-liquidarem em condições de *stress*, as quais se encontravam totalmente garantidas por activos financeiros líquidos. No final de 2011, perto de

100% destes activos estavam integralmente garantidos e eram, consequentemente, de baixo risco. Os financiamentos desta natureza a Clientes tendem a crescer com subidas nos mercados financeiros e a registar declínios em períodos de *stress*. A carteira de activos detidos para venda (*AFS*) registou um decréscimo, como consequência de uma ligeira desalavancagem, e da actividade normal de reposicionamento, adicionalmente ao efeito decorrente da reclassificação anteriormente referida dos *RMBS*. A carteira de *AFS* representava 67% dos activos remunerados em 31/12/2011, reflectindo um decréscimo face aos 84% registados no final do ano anterior, e incluía títulos de dívida soberana, coberta e sénior. Entre os factores que poderão afectar a dimensão da nossa carteira incluem-se oportunidades para criar margem ou proveitos de investimento durante o ano. O Banco não detém activos detidos até à maturidade, uma vez que liquidou, com mais-valia, o portfolio que detinha no início de 2010.

As principais fontes de financiamento do Banco foram os depósitos de Clientes, o acesso a financiamento relativamente estável por via de acordos de venda/recompra junto do BCE a taxas favoráveis, outras contrapartes de mercado e capital accionista. Os depósitos de Clientes são, na sua natureza, fundamentalmente de retalho e cresceram 33% para € 441 milhões. A Administração reduziu deliberadamente o financiamento junto do BCE, politicamente mais sensível, embora a taxas mais atractivas no curto prazo. Os depósitos de outros bancos são maioritariamente acordos de venda/recompra junto da EUREX REPO, a qual o Banco integrou em 2011 en-

quanto membro, como alternativa ao financiamento junto do BCE e ao financiamento interbancário internacional, actualmente ausente do mercado devido ao *rating* mais baixo do país.

Os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2011 eram de € 67 milhões, o que compara com € 108 milhões na mesma data em 2010. A reserva de justo valor, que reflecte o preço dos activos financeiros detidos para venda a preços de mercado, e que pode flutuar positiva ou negativamente, afectou a conta de capital face ao ano anterior. O capital regulatório do Banco, ou "Fundos Próprios", aumentou para € 147 milhões, face aos € 123 milhões registados no final de 2010.

Os indicadores de rentabilidade reduziram-se devido à diminuição dos resultados do Banco, quando comparados com o desempenho forte em 2010. **A Rentabilidade dos Capitais Próprios Médios (ROE) foi de 2,9% em 2011, por comparação com 17,3% em 2010, e 10,4% em 2009.** Com o decréscimo dos proveitos em 2011, mas também com reduções apreciáveis nos custos operacionais durante o ano, **o rácio de eficiência do Banco piorou em relação a 2010, mantendo-se, ainda assim, em linha com o registado em anos anteriores.** O ano de 2011 foi o primeiro dos últimos sete anos em que o rácio de eficiência do Banco excepcionalmente baixo não melhorou face ao ano precedente. A base de capital do BiG e os rácios de solvabilidade mantiveram-se elevados e em linha com os anos anteriores, não obstante a turbulência nos mercados.

T.20

(Euro 000)

Principais Rubricas do Passivo e Capitais Próprios	2011	2010	Var (%)	2009	Var (%)
Recursos de Bancos Centrais	238.323	360.164	-33,8%	230.783	56,1%
Passivos Financeiros Detidos para Negociação	18.592	27.308	-31,9%	1.885	1.348,4%
Recursos de Instituições Financeiras	48.896	38.943	25,6%	9.560	307,3%
Recursos de Clientes	440.568	332.185	32,6%	304.985	8,9%
Capitais Próprios	67.234	108.141	-37,8%	128.686	-16,0%

T.21

Medidas de Desempenho	2011	2010	2009
Rendibilidade			
Rendibilidade dos Activos Médios (ROA)	0,3%	2,6%	1,9%
Rendibilidade dos Capitais Próprios Médios (ROE)	2,9%	17,3%	10,4%
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	3,8%	6,5%	5,8%
Eficiência			
Margem Financeira / Activo Remunerado	2,6%	2,0%	1,8%
Custos Transformação / Produto Bancário	47,9%	38,8%	48,7%
Custos Pessoal / Produto Bancário	26,6%	24,1%	30,2%
Solvência			
TIER 1	32,5%	36,2%	35,7%
Rácio de Solvabilidade Ajustado ao Risco	32,5%	36,3%	32,8%

Resultados Operacionais por Segmento de Negócio

Internamente, o Banco é gerido com base numa matriz de segmentos de negócio, que incluem áreas globais de Clientes, a área de Tesouraria e Mercados de Capitais, e várias áreas de produto. A presente secção contém uma exposição dos resultados operacionais do BiG com base numa apresentação interna das nossas receitas e despesas associadas com as três principais divisões internas de proveitos e custos. Neste formato, os proveitos são alocados por segmento de Cliente ou área de negócio e os custos são alocados com base nas despesas efectivas por área e numa divisão geral dos custos operacionais em função do número de Colaboradores por área de negócio.

As receitas do segmento de Clientes de retalho especializado são fortemente dependentes dos volumes de negociação de activos financeiros e de proveitos relacionados com margem. Outras fontes de receita incluem comissões bancárias e a margem comercial associada a produtos de poupança e de investimento, tais como fundos de investimento e outras soluções de gestão de activos. Os proveitos líquidos do nosso negócio de retalho ascenderam a € 11,4 milhões, ligeiramente acima do registado em 2010, apesar das condições de mercado desafiantes e da concorrência para a supervisão dos activos dos nossos Clientes. O aumento reflecte uma margem financeira superior e um volume de corretagem de Clientes inferior, num enquadramento de elevada volatilidade.

A margem financeira registou um aumento de 34% face a 2010 e representou 52% das receitas. Reflectindo uma mudança no negócio dos Clientes de retalho para actividades de margem mais estável, por comparação com actividades com uma maior tomada de risco, as comissões líquidas de corretagem e investimento ascenderam a € 4,2 milhões, traduzindo uma quebra de 21% face ao ano anterior, e representando 37% do total das receitas em 2011, por comparação com 47% em 2010 e 63% em 2009.

Durante o ano, o Banco inaugurou duas novas agências na sua rede, que totaliza actualmente 13, aumentou a sua rede de ATM's (26) e as equipas de vendas desta área. O Banco investiu numa nova versão da plataforma www.big.pt, a qual será lançada ainda durante o primeiro trimestre de 2012.

O negócio de retalho do Banco é uma combinação única de plataforma especializada de negociação de activos financeiros e investimento, com uma oferta de serviço integral para o Cliente individual. Os produtos e serviços oferecidos incluem contas à ordem, cartões de débito e crédito, serviços de pagamentos e soluções de crédito. A plataforma proporciona acesso a um leque alargado de produtos de poupança e investimento, desde produtos bancários em geral a soluções de crédito para os Clientes que requeiram apoio, até sofisticadas

T.22

(Euro 000)

Retalho Especializado	2011	(%)	2010	(%)	2009	(%)
Comissões Líquidas de Serviços Prestados a Terceiros	4.227	37%	5.354	47%	4.333	63%
Margem Financeira	5.923	52%	4.423	39%	1.095	16%
Comissões Bancárias	815	7%	792	7%	651	9%
Negociação de Activos Financeiros / Vendas	401	4%	752	7%	804	12%
Proveitos Líquidos	11.365	100%	11.321	100%	6.884	100%
Custos Operacionais	-8.433		-9.318		-8.293	
Resultados Antes de Impostos	2.933		2.003		-1.409	
% dos proveitos operacionais / proveitos do conjunto dos segmentos	72%		30%		27%	
% dos custos operacionais / custos do conjunto dos segmentos	60%		59%		61%	

T.23

Quota de Mercado de Intermediação Financeira Jan - Dez 2011	Quota de Mercado	Ranking	Volume de Mercado	Mercado Var. anual
Intermediação Financeira via Internet				
Acções e Warrants	15,9%	2	11.158.489	-27,3%
Futuros	13,3%	3	17.356.086	-5,2%
Número de Ordens	14,0%	2	1.376.672	-17,7%
Intermediação Financeira Total				
Acções	3,0%	10	52.378.924	-34,4%
Warrants	26,5%	1	621.593	27,4%
Futuros	1,2%	8	200.342.861	-12,7%
Outros Valores Mobiliários	12,3%	2	4.454.277	68,3%

Fonte: CMVM. Relatório Estatístico relativo à actividade de recepção de ordens executadas por conta de outrem (Jan. a Dez. 2011).

T.24

Percentagem das Receitas de Intermediação Financeira via Internet									
2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	
80%	83%	79%	80%	65%	66%	57%	58%	56%	

Exclui Block Trading

T.25

(Euro 000)

Institucionais e Empresas	2011	(%)	2010	(%)	2009	(%)
Comissões Líquidas de Serviços Prestados a Terceiros	3.054	68,3%	2.320	55,0%	215	7,8%
Margem Financeira	2	0,0%	20	0,5%	46	1,7%
Comissões Bancárias	379	8,5%	396	9,4%	631	23,0%
Negociação de Activos Financeiros / vendas	166	3,7%	743	17,6%	907	33,0%
Assessoria Financeira	874	19,5%	741	17,6%	952	34,6%
Proveitos Líquidos	4.475	100,0%	4.220	100,0%	2.751	100,0%
Custos Operacionais	-3.341		-3.948		-3.476	
Resultados Antes de Impostos	1.135		272		-725	
% dos proveitos operacionais / proveitos do conjunto dos segmentos	28%		11%		11%	
% dos custos operacionais / custos do conjunto dos segmentos	24%		25%		26%	

T.26

(Euro 000)

Tesouraria e Mercados de Capitais	2011	(%)	2010	(%)	2009	(%)
Rendimentos de Instrumentos de Capital	1.474	-14,7%	1.360	6,2%	1.323	8,6%
Resultados de Activos e Activos e Passivos ao Justo Valor através de Resultados	-236	2,3%	3.632	16,7%	2.125	13,9%
Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	1.442	-14,4%	16.824	77,2%	12.612	82,4%
Resultados de Reavaliação Cambial	1.561	-15,6%	1.242	5,7%	1.853	12,1%
Resultados da Alienação de Outros Activos	-135	1,3%	4.473	20,5%	-28	-0,2%
Imparidades de Outros Activos Financeiros Líquidas de Reversões e Recuperações	-14.135	140,9%	-5.737	-26,3%	-2.580	-16,9%
Proveitos Líquidos	-10.029	100,0%	21.794	100,0%	15.305	100,0%
Custos Operacionais	-2.286		-2.527		-1.903	
Resultados Antes de Impostos	-12.315		19.267		13.402	
% dos proveitos operacionais / proveitos do conjunto dos segmentos	0%		58%		61%	
% dos custos operacionais / custos do conjunto dos segmentos	16%		16%		14%	

plataformas *online* de negociação de activos financeiros e investimento para Clientes *self-directed*. Estas incluem negociação de acções, *warrants*, contratos de futuros, mercado cambial (*FX*), contratos por diferença (*CFDs*) e fundos de entidades terceiras. Comunicamos com os nossos Clientes através de vários canais integrados, que incluem a Internet, o telefone e as agências físicas, geridas por *financial advisors*. As várias ofertas de produtos e abordagens de distribuição são concebidas para atingir, de forma eficiente, um conjunto alargado de Clientes alvo com diferentes perfis de investimento e risco, e de necessidades transaccionais.

As áreas de produto do segmento de negócio Institucional do Banco são semelhantes às oferecidas ao segmento de retalho, com excepção da assessoria dirigida a empresas. Ao passo que o negócio de retalho envolve canais de vendas integrados com base na plataforma electrónica *www.big.pt*, os Clientes Institucionais podem contar com equipas de vendas especializadas e soluções concebidas à medida. As áreas de produto incluem corretagem institucional, gestão de risco, venda de produtos de investimento, e serviços de assessoria independente para Clientes Empresariais, Bancos, e Clientes Institucionais. Em 2011, este segmento de negócio gerou proveitos líquidos de € 4,5 milhões, 6% acima do registado em 2010. Este desempenho é suportado por algumas operações de *block trade*, que contribuíram para as receitas, naquele que foi um ano fraco no conjunto dos negócios deste segmento.

Os resultados neste segmento tendem a reflectir a incerteza sentida pelos Clientes Empresariais e Institucionais em função dos efeitos altamente negativos da crise da dívida soberana, redução de *ratings* da República e dos principais bancos, aumento dos custos de financiamento para os bancos e para o sector privado, e aumento da carga fiscal em Portugal, factores que, conjuntamente contribuíram para a escassez de oportunidades de negócio.

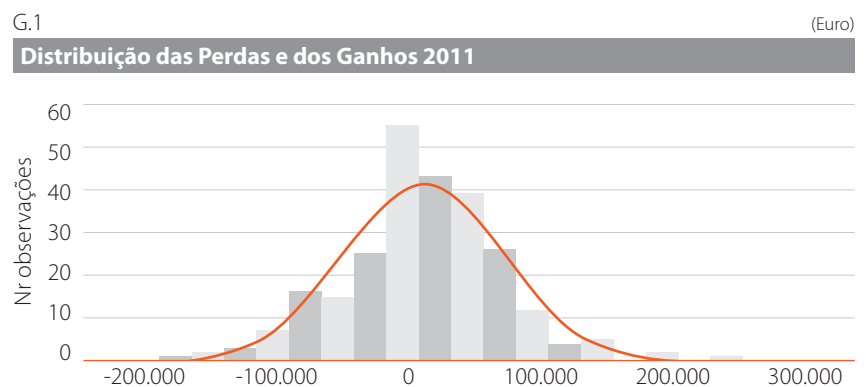
Em 2011 e nos anos anteriores, a desagregação das receitas das carteiras de negociação e investimento numa base de gestão interna reflecte o impacto das imparidades, as quais fazem geralmente parte do negócio:

O segmento de negócio de Tesouraria e Mercados de Capitais visa gerar receitas, enquanto simultaneamente gere a exposição do Banco aos produtos vendidos a Clientes em áreas tais como taxas de juro, cambial, rendimento fixo, acções e instrumentos derivados. Na gestão das suas posições, o Banco

investe genericamente em obrigações empresariais *investment grade*, obrigações do tesouro emitidas principalmente pelos Estados Unidos da América e por Estados-Membros da Zona Euro. O Banco também negocia os principais instrumentos monetários internacionais, futuros sobre taxas de juro e futuros sobre os principais índices, bem como uma variedade de opções e instrumentos financeiros similares, principalmente em relação com os negócios de Clientes. Na gestão das várias carteiras de negociação de activos financeiros, a actividade da equipa de Tesouraria e Mercados de Capitais abrange muitas áreas

internamente, sendo uma fonte de *expertise*, de gestão de risco de mercado e de rentabilidade consistente para a organização.

Em 2011, esta área gerou resultados negativos de € 10 milhões, após a incorporação do efeito negativo de € 14,1 milhões resultante das imparidades não recorrentes. Este resultado compara com € 21,8 milhões de receita líquida em 2010, e € 15,3 milhões em 2009. A geração de receitas, como indica o histograma abaixo, e excluindo o efeito de imparidades, sugere uma distribuição razoavelmente normal durante o último ano como registado em anos anteriores.



GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO

Os principais riscos que o Banco enfrenta, inerentes à actividade bancária, incluem riscos de mercado, liquidez, taxa de juro, crédito, operacionais, tecnológicos, de *compliance* e reputacionais. Embora sejam analisados separadamente no presente relatório, estes riscos encontram-se geralmente inter-relacionados. Para identificar e gerir estes riscos, os sistemas de controlo interno do BiG contemplam políticas e procedimentos integrados, que assumem natureza quantitativa e qualitativa. Estes procedimentos são revistos e aprovados pelo Conselho de Administração, que supervisiona as respectivas funções de controlo de risco, quer em grupo, quer por delegação. As nossas políticas e sistemas são concebidos, genericamente, para garantir um processamento eficaz, sistemas fiáveis, tomada de risco apropriada, medição diária dos riscos, reporte independente e comportamento responsável. As políticas e procedimentos visam igualmente garantir o respeito por, e a adesão a, orientações internas, legais e prudenciais concebidas para proteger os interesses dos Clientes e dos accionistas, enquanto preservam e protegem a reputação do Banco.

Em 2011, adicionalmente aos riscos inerentes à actividade bancária, a Administração incorporou, em alguns dos cenários assumidos em testes de stress, a componente de riscos políticos e sistémicos. Embora estejam sempre contemplados nos processos de análise de risco, os eventos subjacentes à crise da dívida da Zona Euro motivaram a adopção pela Administração de um planeamento explícito para potenciais eventos inesperados associados às acções de implementação de medidas por parte dos líderes políticos a nível nacional e internacional. Estes eventos podem ter impacto nas práticas de mercado existentes, regulação ou pressupostos, ou, directamente, ter impacto nos preços e expectativas de mercado. Estes riscos constam regularmente da nossa perspectiva e aferição de riscos de mercado, liquidez e crédito. Informação adicional, incluindo

testes de stress para riscos reputacionais e de correlação, consta da Nota 38.

Estrutura

A responsabilidade pela monitorização de riscos começa pelo Conselho de Administração e pelo Comité de Todos os Riscos do Banco. Este Comité combina as várias funções individuais de controlo e os grupos funcionais que supervisionam a Gestão de Risco, discutidos em detalhe mais abaixo neste documento, e as áreas de Auditoria Interna e *Compliance* do Banco.

No topo da estrutura de governo societário encontra-se o Conselho de Administração. O Conselho de Administração assume um papel essencial na supervisão de riscos e o seu funcionamento tem sido sempre pautado pelo reconhecimento de que controlos adequados – quer para evitar perdas desnecessárias, quer como meio de gerar valor para os accionistas num ambiente controlado – são fundamentais para a robustez financeira da instituição.

O Conselho de Administração estabelece orientações sobre a estratégia do Banco e níveis de risco, sendo ainda responsável pela manutenção de uma visão integrada das exposições às diferentes tipologias de risco. Cada um dos comités internos de risco – *Comité de Todos os Riscos*, *Comité de Activos e Passivos*, *Comité de Compliance*, *Comité de Investimento* e outros grupos responsáveis por áreas como *Auditoria Interna*, *Compliance*, *riscos Operacionais* e *riscos Tecnológicos* – inclui responsáveis pelos mecanismos de controlo no dia-a-dia. Cada comité inclui, para além do Vice-Presidente, pelo menos outro Membro do Conselho de Administração. Dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, estes comités têm autoridade para tomar decisões nas suas áreas respectivas. Os eventos diários de natureza excepcional requerem a aprovação de pelo menos dois Administradores. Exposições significativas ou decisões de política significativas que caíam fora destes limites requerem

revisão e aprovação pelo Conselho de Administração. Acresce ainda que o Comité de Todos os Riscos reúne regularmente para assegurar uma comunicação adequada, conformidade com regulamentos e compreensão das inter-relações dos riscos entre as várias áreas do Banco.

A Administração revê frequentemente as políticas e procedimentos e a sua clara comunicação por toda a organização, como forma de garantir a construção de um ambiente operacional eficaz. A natureza da estrutura de governação para o risco e a existência de políticas claras visam assegurar que os processos associados com a identificação, quantificação, controle e reporte de exposições a potenciais perdas sejam implementados de acordo com as melhores práticas bancárias e padrões regulamentares.

Políticas Gerais na Gestão de Risco

O BiG está no negócio da gestão de risco com o objectivo de criação de valor para os accionistas. Em termos gerais, o Banco encontra-se exposto a risco em resultado directo da tomada de posições com respeito a mercados particulares ou combinações de mercados, produtos ou Clientes, ou em resultado de uma interrupção inesperada nos sistemas e operações ou erro nos procedimentos normais do Banco.

Na gestão da exposição a riscos, o Banco pauta-se pelos seguintes princípios básicos:

- Revisão regular das políticas e procedimentos pela Administração;
- Definição formal de responsabilidade pela gestão de risco no Banco;
- Políticas e procedimentos que permitam supervisão independente;
- Diversificação de riscos apropriada e revisão formal dos níveis de concentração;

- Sistemas de mensuração e reporte independentes;
- Sobreposição de sistemas para medir e controlar o risco;
- Formação para apoiar a identificação de riscos nas várias áreas.

Quantificação de Risco

Na tomada de decisões e na gestão de risco na organização, a Administração aplica o seu julgamento de negócio em combinação com um conjunto de ferramentas quantitativas e sistemas utilizados para monitorizar e medir as exposições. Estes aspectos são discutidos nas secções seguintes e incluem:

- Utilização exaustiva de cenários de testes de *stress*;
- Limites de risco de mercado com base em *VaR (Value at Risk)*;
- Análises de sensibilidade, em particular a taxas de juro;
- *Basis Point Values*;
- Limites por contraparte, família, classe de activos e carteira;
- Limites de concentração;
- Análise qualitativa e procedimentos.

A quantificação do risco é um processo evolutivo que requer exercícios regulares de auto-avaliação, actualizações nas técnicas e mudanças nos pressupostos, para além da adesão a normas regulamentares e contabilísticas. Em resultado, o processo é um foco diário da Administração, das equipas responsáveis e das áreas de suporte. Assumimos como parte do processo que nenhuma metodologia isolada é suficiente na análise global das nossas exposições e, como tal, revemos os riscos, em particular os riscos de mercado, através de um conjunto de processos e abordagens. Como política, procuramos quantificar o potencial de perdas associado a todos os aspectos do nosso negócio, de forma a realizar uma estimativa razoável dos potenciais danos em caso de ocorrência de eventos

inesperados. Estes eventos abrangem aqueles que são observados, com base em dados históricos, e aqueles que consideramos altamente improváveis, mas que, ainda assim, podem ser estimados com base na assunção de certos cenários extremos.

Uma avaliação de *risco de mercado* envolve uma revisão, diária, de todas as medidas acima mencionadas. A gestão dos *riscos de liquidez* e de *taxa de juro* combinam um conjunto de metodologias, entre as quais se incluem *basis point values* e análises de cenários. O *risco de crédito* geralmente foca-se em exposições nominais e fraccionadas, concentrações por mutuário ou grupo, sector ou geografia e testes de *stress*. As exposições a *derivados* são medidas através de análises de sensibilidade medidas em pontos base. Uma avaliação dos riscos mais subjectivos aos quais o Banco pode estar exposto, tais como alguns *riscos operacionais*, o *risco reputacional* e o *risco de correlação*, está dependente de análises de cenários de modo a atingir estimativas quantitativas.

Limites e Controlo

A existência de limites em todas as actividades com risco é essencial ao processo de controlo de riscos, e envolve a aprovação de restrições por classe de produto, maturidade e *trader* individual. Estes limites podem ser medidos através de uma combinação de medidas não estatísticas, designadamente *basis point values* (bpv's), e medidas estatísticas, tais como o *Value at Risk (VaR)*, discutido mais à frente neste capítulo. É responsabilidade da Administração e da função de Risco de Mercado garantir a actualização contínua, o reporte diário, o diálogo e a revisão dos pressupostos dos modelos. Vários critérios são adoptados para determinar os limites apropriados na tomada de riscos de negociação de activos financeiros e investimento, incluindo a nossa análise corrente e

histórica dos mercados, estatísticas de volatilidade e liquidez, análise técnica e fundamental, o nível de experiência e desempenho dos *traders* e gestores, e, constituindo um factor importante, o apetite do Banco pelo risco consoante as condições de mercado.

Os limites aprovados, especificando as exposições autorizadas por contraparte e concentração por tipo de activos, são revistos regularmente e comunicados periodicamente aos gestores, *traders* e colaboradores de *back office*, e são sujeitos a revisão e actualização regular. Todos os Colaboradores são responsáveis por aderir aos limites aprovados, que são monitorizados por funções de *back office* independentes, garantindo que as posições são valorizadas e registadas correctamente.

Reporte

Diariamente, as várias áreas responsáveis pela gestão de risco compilam e reportam posições à Administração com base nas medidas estatísticas e não estatísticas estabelecidas. Os limites excedidos são imediatamente reportados à Administração, que toma as medidas necessárias para garantir o cumprimento dos mesmos. Estes controlos formais são ainda acompanhados por sistemas informais de monitorização de tomada de posições e limites, incluindo reuniões, no mínimo diárias, da Administração com as áreas de negociação para rever posições, avaliar tendências e resultados e modificar estratégias em conformidade.

Risco de Mercado

Risco de Mercado representa o possível declínio no valor de instrumentos financeiros em resultado de alterações nas condições de mercado. Os principais riscos que gerimos na nossa actividade de negociação incluem:

- Risco de activos de rendimento fixo, resultante de mudanças dos preços de activos financeiros detidos para negociação ou para venda;
- Risco de preço de activos financeiros, resultante de exposições a mudanças nos preços dos activos e volatilidade;
- Risco de taxa de câmbio, resultante de exposições a mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidade;
- Risco de derivados, resultante da gestão da nossa exposição a mudanças de preços dos activos subjacentes utilizados para cobrir posições e produtos de Clientes.

Na gestão dos riscos acima identificados, o Conselho de Administração delega o controlo e supervisão diária no *Comité de Activos e Passivos*. Este grupo é presidido pelo CEO e inclui outros membros do Conselho de Administração, além de outros gestores envolvidos nas actividades de negociação de activos financeiros e de controlo.

Conjuntamente, são responsáveis pela revisão de metodologias de medição de risco e limites para todas as actividades de negociação de activos financeiros. Controlam ainda as decisões genéricas de investimento, revêem modelos e análises associadas ao cálculo dos limites de *Value at Risk* para a carteira do Banco, bem como para as carteiras dos Clientes, e são responsáveis pela condução diária dos testes de *stress* às carteiras, bem como assegurar uma supervisão e controlo independente e verificar o cumprimento dos limites de tomada de risco pelos colaboradores de *front office*. Este grupo procura assegurar um equilíbrio eficiente entre risco e retorno, bem como um nível apropriado de volatilidade nos resultados operacionais.

Nas suas actividades de Tesouraria e Mercado de Capitais, o Banco gera receitas através da gestão de exposições a mudanças adversas no valor dos instrumentos financeiros em vários mercados, produtos e portfolios. Para gerir e reportar riscos, a Administração estabelece e revê, periodicamente, os procedimentos e sistemas definidos para assegurar níveis de controlo adequados ao capital do Banco e aos seus objectivos de negócio.

A função de monitorização do risco de Mercado, em colaboração com a Administração e com o *Compliance*, procede à revisão de políticas e procedimentos de desenvolvimento de produtos para assegurar que os níveis de risco assumidos pelos Clientes, e oferecidos pelo Banco, são apropriados às circunstâncias. Alguns dos membros do *Comité de Risco de Mercado* também integram o *Comité de Investimento do Banco*, que acompanha as tendências, alocações e políticas com respeito à gestão de activos de terceiros, incluindo responsabilidades associadas com mandatos de assessoria e gestão discricionária. As actividades desta área, embora separada da carteira própria do Banco, encontram-se sujeitas ao mesmo tipo de mecanismos e procedimentos de controlo que são utilizados pelo Banco na gestão do seu capital. Ambos os grupos reúnem regularmente e, uma vez que incluem normalmente dois ou mais Administradores, têm a autoridade para decidir questões do dia-a-dia. As grandes exposições ou políticas significativas são geralmente apresentadas para revisão prévia pelo Conselho de Administração.

Metodologias Utilizadas

Na gestão do risco de mercado, o Banco utiliza um conjunto de metodologias diferentes para medir e controlar a exposição ao risco, que são analisadas em conjunto com informação cobrindo

os riscos de país e contraparte. Os riscos são frequentemente geridos através do processo de diversificação de exposições, controlo de dimensão de posições e estabelecendo coberturas em valores mobiliários ou derivados relacionados. As ferramentas quantitativas chave utilizadas para medir e controlar as exposições eficientemente são fundamentalmente *Value at Risk (VaR)* e várias medidas não estatísticas, entre as quais:

- Testes de *stress* sobre o valor económico (*Economic Value stress testing*);
- Testes de *stress* sobre os resultados (*Earnings at Risk stress testing*);
- Valores de pontos básicos (*Basis point values*);
- Limites de posições para derivados ("gregos");
- Limites nas posições para subjacentes seleccionados.

O BiG utiliza estes sistemas em simultâneo com outros, tais como relatórios de perdas e controlos diários sobre concentrações de risco, para garantir a integridade do processo na ocorrência de potenciais falhas numa ou mais metodologias, em consequência de um evento extraordinário que ocorra nos mercados.

Value at Risk (VaR)

A análise de *VaR*, que mede o risco assumindo condições normalizadas de mercado, é combinada com medidas não estatísticas, incluindo testes de *stress*, *back testing* e *earnings at risk advisories*, para assegurar controlos adequados sobre resultados esperados por tipo de risco em todas as condições de mercado. O Banco calcula o *VaR* usando o horizonte temporal a um mês (22 dias úteis) e um nível de confiança de 99%. Isto significa que o Banco deveria esperar incorrer em perdas superiores às estimativas do *VaR* apenas

T.27

(Euro)

VaR de Negociação 2011 (vs 2010)	2011				2010			
	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo
Risco Cambial	2.503	17.687	96.571	871	1.237	17.901	96.078	1.237
Risco Taxa de Juro	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações	10.150	28.526	111.278	5.157	6.265	34.143	109.308	3.849
Matérias-primas	-	-	-	-	-	-	-	-
Opções	31.912	80.079	305.007	20.838	69.803	110.259	388.107	34.658
Efeito de Diversificação	15%	7%			7%	17%		
	37.903	118.064	331.753	33.788	71.724	135.445	511.871	44.081

T.28

(Euro)

VaR de Investimento 2011 (vs 2010)	2011				2010			
	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo
Obrigações	3.867.818	4.029.413	6.831.369	2.190.482	4.478.775	3.132.504	5.808.769	514.783
Ações	754.557	438.037	754.557	253.138	584.131	731.412	992.382	447.481
Efeito de Diversificação	15%	7%			7%	18%		
	3.931.437	4.165.688	7.941.532	2.275.775	4.697.376	3.159.699	6.731.805	690.546

Sumário de termos chave:

VaR: Perda esperada no pior caso para o nível de confiança indicado; Perdas maiores são possíveis, mas têm uma probabilidade correspondentemente mais baixa de acontecer.

Back-testing: Processo de validação de um modelo por via da comparação das suas previsões com os resultados reais.

Nível de confiança: Probabilidade de que uma perda efectiva não exceda o VaR estimado. Quanto maior o nível de confiança, maior o VaR.

Efeito de diversificação: Representa o ganho, em termos de risco, resultante de uma carteira diversificada.

uma vez em cada 100 dias de exposição ao mercado, ou aproximadamente 2,5 vezes por ano. Uma vez que o VaR é uma abordagem teórica baseada em dados históricos, o modelo tem limitações e pode não produzir sempre previsões exactas sobre o risco de mercado futuro. As variações de VaR entre períodos de reporte, por exemplo, são genericamente resultantes de alterações nos níveis de exposição, volatilidade e correlação entre activos financeiros.

Os resultados dos testes da carteira de negociação durante 2011, excluindo os activos de rendimento fixo, indicam que durante o ano houve três dias em que as perdas excederam os níveis de VaR. Os limites de negociação indicados abaixo foram, em média, pouco utilizados, concentrando-se grande parte do risco na carteira de activos disponíveis para venda (AFS). Alguns eventos durante 2011 conduziram a períodos de extrema volatilidade e, consequen-

temente, níveis superiores de VaR. O actual enquadramento económico teve um impacto negativo em grande parte do mercado, e em particular em todos os tipos de activos Portugueses. As fortes quedas nos preços das emissões de dívida de países da periferia da Zona Euro (Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália), os sucessivos cortes de rating e os processos políticos associados com a definição de uma solução para os problemas que assolam as fundações do Euro, criaram condições de mercado difíceis.

Durante o primeiro trimestre de 2010, o Banco liquidou a carteira de activos detidos até à maturidade e, desde então, concentrou toda a actividade de investimento nas carteiras de activos detidos para venda (AFS). As componentes e as concentrações da carteira são tipicamente dinâmicas à medida que o Banco maximiza fluxos estáveis de receita, enquanto maximiza a flexibilidade de reconhecer proveitos

mantendo níveis elevados de liquidez disponível. Os limites de investimento atingiram em média 58% durante o ano, reflectindo uma redução substancial face aos valores registados no ano anterior. Os elevados níveis de VaR estiveram associados à carteira de activos de rendimento fixo, reflectindo a instabilidade descrita anteriormente. Mais detalhe destas exposições está disponível na secção deste relatório dedicada à Gestão do Risco de Concentração.

Utilização média de Limites- VaR

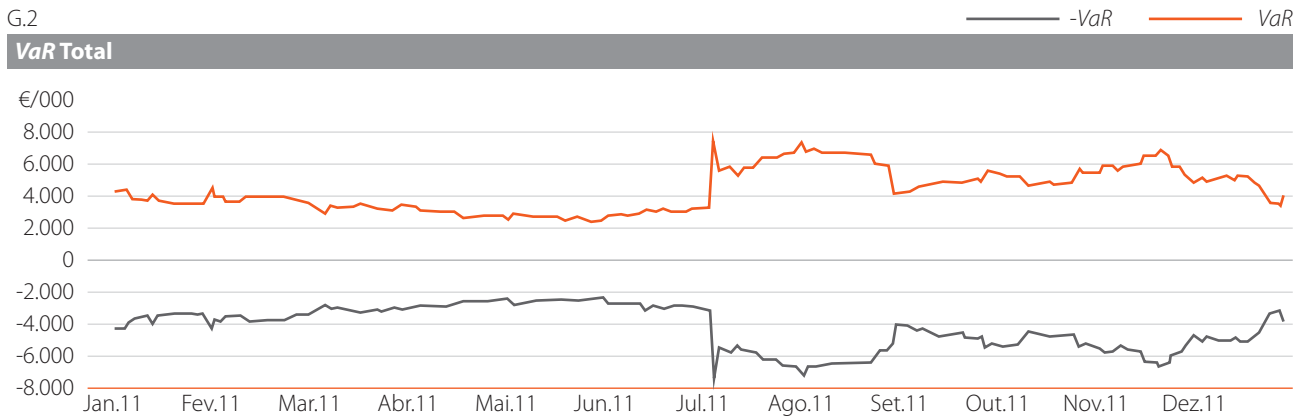
T.29 (Euro)

Negociação		
VaR	Limite	Utilização
37.903	650.000	6%

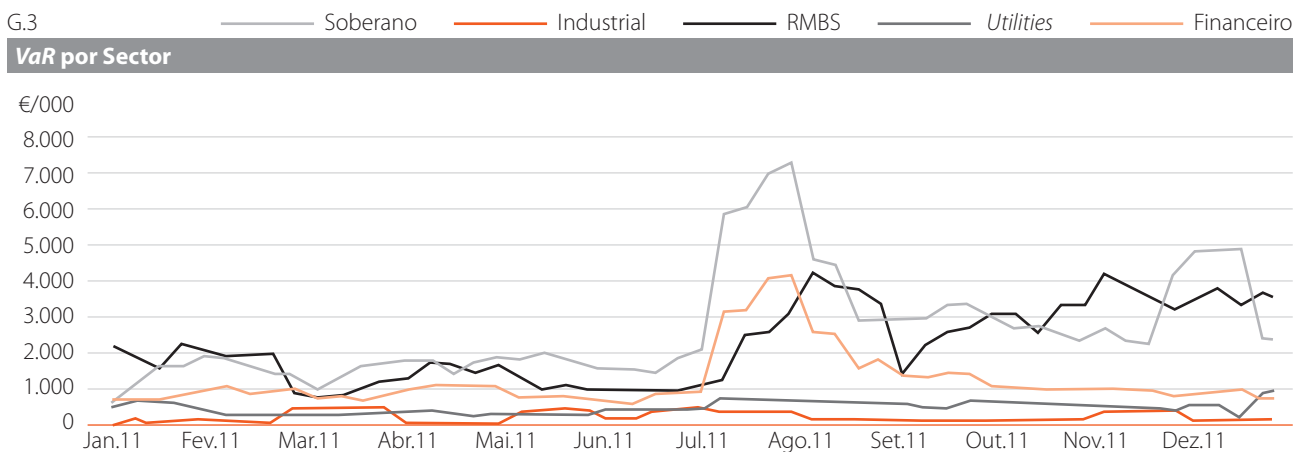
T.30 (Euro)

Investimento		
VaR	Limite	Utilização
3.931.437	6.800.000	58%

VaR de Negociação e VaR de Investimento como um todo:



VaR por Sector



A análise de *VaR* das classes de activos de rendimento fixo e variável por sector indica que as maiores exposições médias durante 2011 ocorreram em activos financeiros de instituições financeiras,

dívida soberana, títulos garantidos por hipotecas residenciais e *utilities*. Os picos nos sectores governamental e financeiro no terceiro trimestres reflectem momentos de *stress* particular nos mercados de dívida soberana e o efeito no sector financeiro e sectores relacionados principalmente nos mercados “periféricos” da Zona Euro.

conservadora da medida de *VaR* normal no sentido em que introduz o *spread* entre os preços de *bid* e *ask* dos activos. Em momentos de *stress*, o *bid/ask spread* alarga-se em função da redução da liquidez disponível. A tabela T.32 evidencia a evolução comparativa durante 2011 da média do *VaR* de liquidez para as várias classes de activos detidos pelo Banco, constituindo L1 a medida dos *bid/ask spreads*. Os pontos de desvio significativo entre as medidas de *VaR* normal e as medidas de *VaR* de liquidez, tal como indicadas no gráfico G.4, reflectem o aumento no *stress* e a queda na liquidez entre os instrumentos de rendimento fixo de países periféricos e das suas instituições financeiras.

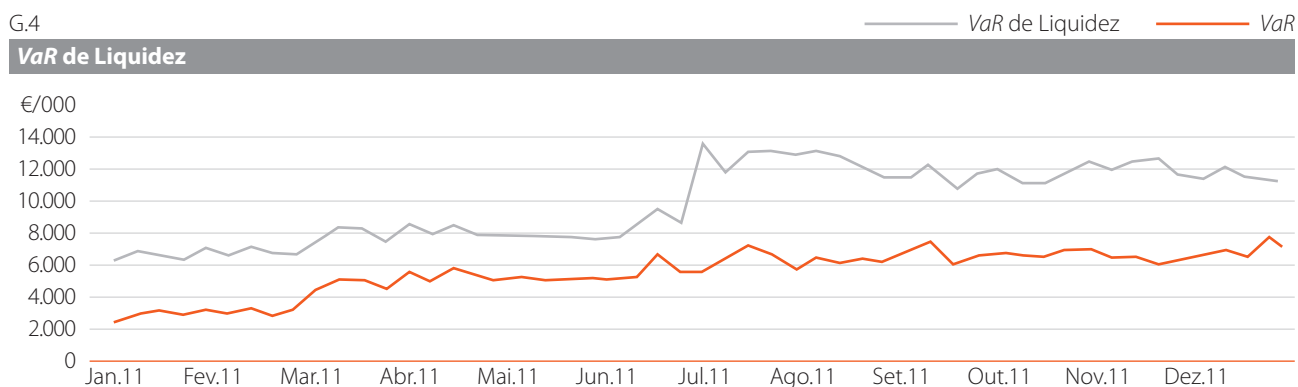
T.31

Sector	VaR Médio (Euro)
Materiais Básicos	19.970
Telecomunicações	82.769
Consumidor, cíclicos	5.114
Consumidor, não cíclicos	27.662
Financeiro	1.181.724
Soberano	2.623.606
Industrial	184.486
RMBS	2.215.261
Utilities	457.809
Energia	11.541
Tecnológico	3.769

VaR de Liquidez

O *VaR* de Liquidez mede a perda esperada associada com a análise sectorial acima indicada, ajustada à liquidez das respectivas classes de activos. A adição da componente de liquidez é uma perspectiva mais

G.4



T.32

(Euro)

VaR de Liquidez Médio por Sector Durante 2011

Sector	L1	VaR	VaR de liquidez
Financeiro	4.018.166	675.115	4.693.280
Soberano	2.673.872	2.331.384	5.005.256
Industrial	306.318	82.241	388.559
Utilities	155.587	895.313	1.050.901
RMBS	0	3.479.887	3.479.887

VaR de Crédito

O VaR de crédito mede a perda máxima estimada que o Banco poderá sofrer em exposições de crédito associadas com os seus activos financeiros de rendimento fixo detidos na carteira de activos disponíveis para venda, i.e., excluindo a sua relativamente modesta carteira de crédito a Clientes. Na avaliação dos riscos associados com a exposição a crédito na carteira de investimento, são consideradas características específicas tais como notação de risco de crédito, probabilidade de incumprimento, taxa de recuperação e sector, entre outros.

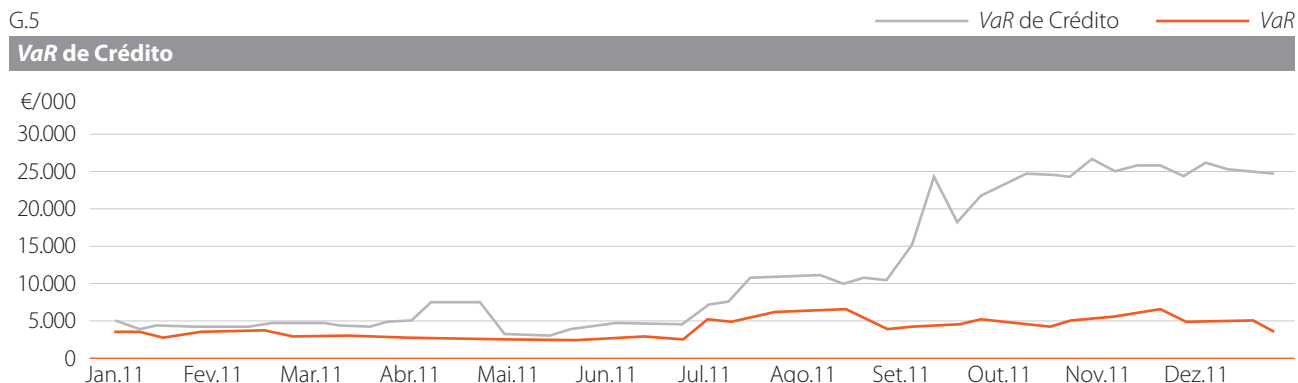
Conforme indicado no gráfico G.5, que compara o VaR de crédito com o VaR normal, o último representou, em média, 2% da globalidade da carteira de crédito durante o ano, com excepção dos meses de Setembro e Dezembro, durante os quais certas emissões de dívida soberana atingiram níveis históricos de volatilidade.

Testes de Stress

O Banco efectua testes de *stress* das suas posições de mercado e considera esta abordagem, em conjunto com as avaliações de *VaR*, uma ferramenta essencial para a gestão de riscos de

mercado. Ao utilizar testes de *stress* económico, o Banco procura estimar as perdas potenciais associadas com um determinado instrumento, livro ou carteira, em diferentes cenários. Os testes de *stress* de proventos em risco proporcionam à Administração uma estimativa da variação potencial no valor de uma dada posição, quer corrente quer contemplada, em resultado de vários cenários utilizados para tomar decisões relativas a assumir, aumentar ou reduzir posições. Actualmente, o Banco utiliza 16 cenários diferentes para desenvolver os mais de 80 testes de *stress* diários às várias posições de *trading* e investimento. Adicionalmente, numa base semanal,

G.5



o Banco corre 13 novos cenários, que correspondem a 65 testes de *stress* semanais relativos às posições dos livros de *trading* e investimento. Quando os dados históricos não se encontram disponíveis, poderão ser utilizados activos subjacentes de classes de activos idênticas e com um nível elevado de correlação. Realizamos habitualmente os testes de *stress* de liquidez e correlação numa base semanal ou mensal.

A maioria dos testes é realizada com base em eventos históricos e nas respectivas

reações dos mercados a esses eventos. Adicionalmente, o Banco executa diariamente testes de *stress Armageddon* das exposições de mercado. Estes cenários simulam o impacto de eventos ou quedas nos mercados em cenários potenciais extremos. O objectivo desses cenários extremos, debatidos abaixo, é medir o impacto teórico no modelo de negócio do Banco e na sua resiliência a eventos que são habitualmente várias vezes piores do que qualquer ocorrência de mercado.

Os cenários históricos observados durante 2010-2011, e utilizados para a realização de testes diários, são identificados como "C1, C2...C5". A reacção histórica a vários cenários históricos extremos é aplicada às exposições actuais para estimar potenciais ganhos ou perdas das principais carteiras de negociação e investimento de activos financeiros, assumindo as mesmas condições de mercado. Os resultados são então compilados e reportados ao Conselho de Administração pela área de risco do Banco.

T.33

(Euro 000)

Carteira de Investimento									
	Piores cenários acções			Piores cenários obrigações				FX	Matérias primas
	C1	C2	C3	C1	C2	C3	C4	C1	C1
Taxa de juro	4.459	386	(3.585)	(19.782)	(5.676)	(4.527)	(5.807)	(3.834)	(1.714)
Acções	(637)	(1.074)	37	(318)	210	(316)	(196)	(601)	453
Total	3.822	(688)	(3.547)	(20.101)	(5.466)	(4.843)	(6.003)	(4.435)	(1.260)

T.34

(Euro 000)

Negociação									
	Piores cenários acções			Piores cenários obrigações				FX	Matérias primas
	C1	C2	C3	C1	C2	C3	C4	C1	C1
Acções	(10)	(14)	(3)	(8)	3	(5)	3	(2)	(4)
Opções	4	28	10	(39)	(12)	0	(15)	4	(13)
FX	(109)	(40)	81	(65)	(1)	(29)	(140)	(322)	51
Total	(115)	(26)	88	(112)	(10)	(34)	(152)	(320)	34

Os cenários utilizados em 2010-2011:

Piores Cenários de Acções		
C1	Downgrade da dívida pública dos EUA	08/08/11
C2	Preocupações de que a crise da dívida pública dos países da União Europeia se possa propagar a outros países	18/08/11
C3	Downgrade da dívida pública Portuguesa (A+ para A-)	28/04/10

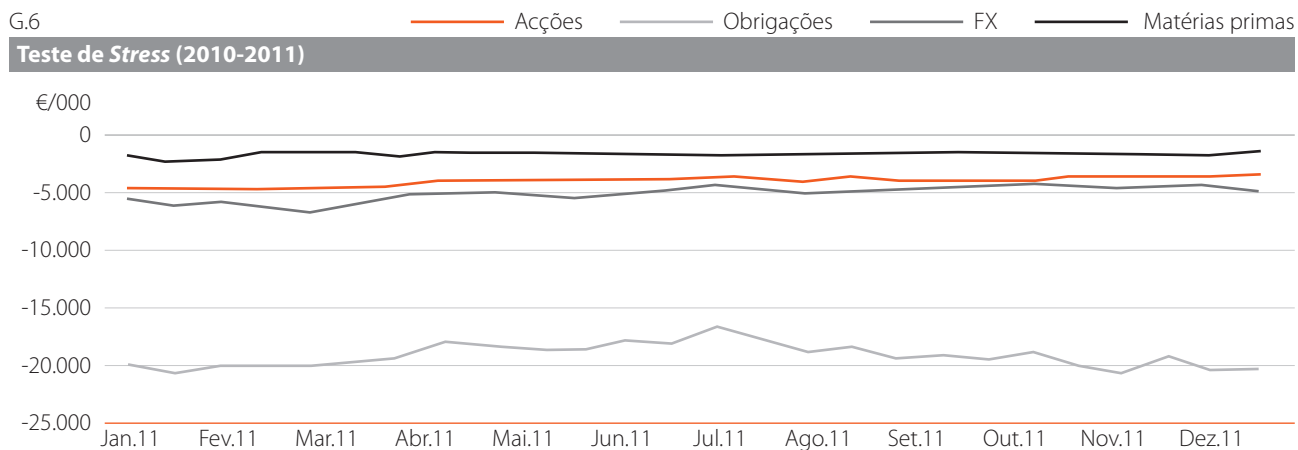
Piores Cenários de Obrigações		
C1	1º Leilão de dívida pública Portuguesa depois da agência da Moody's ter diminuído o rating a Portugal	06/07/11
C2	Crise Italiana, com a dívida pública a registar máximos históricos	25/11/11
C3	Notícias de que a dívida pública da Grécia é maior do que inicialmente se previa	22/04/10
C4	Instabilidade política na Grécia	05/05/10

Piores Cenários de FX	
C1	Intervenção na Grécia

06/05/10

Piores Cenários de Matérias Primas	
C1	Abrandamento económico e agravamento da crise da dívida pública na Europa

23/09/11



T.35

(Euro 000)

	Acções	Obrigações	FX	Matérias Primas
Máximo	-3.457	-16.567	-4.279	-1.226
Mínimo	-4.682	-20.522	-6.458	-2.105
Média	-3.935	-19.052	-4.990	-1.561
Desvio Padrão	395	1.000	632	185

Acções: Queda nos principais mercados globais

Europa: 03 - 06 Outubro 2008	DAX	IBEX	SX5E	PSI20
	-7,07%	-6,07%	-7,86%	-9,86%
EUA: 06 - 07 Outubro 2008	SPX	NDX		
	-5,74%	-5,76%		

Obrigações: Falência da Lehman Brothers e AIG em elevado stress

12 - 15 Setembro 2008				
ITRxESE Index	Subida de 30,39%			
ITRxEUE Index	Subida de 31,76%			
ITRxEBE Index	Subida de 23,73%			
Taxa BCE	Subida de 4,25%			

FX: Desvalorização de -2,37% do USD face ao Euro

29 - 30 Setembro de 2009				
--------------------------	--	--	--	--

Matérias primas: Desvalorização do petróleo em -12,5%

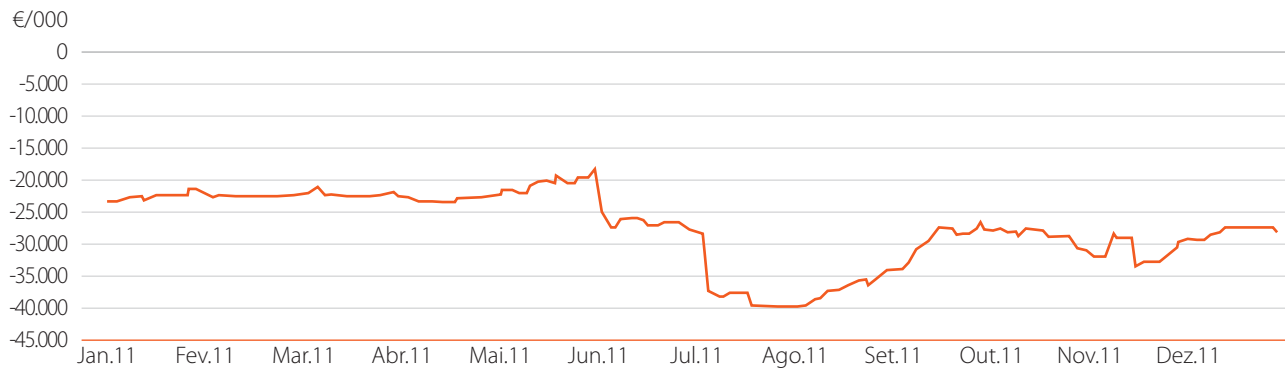
06 - 07 Janeiro 2009				
----------------------	--	--	--	--

Testes de Stress Armageddon

Os testes de *stress Armageddon* às posições de investimento e negociação medem o impacto teórico das várias exposições do Banco no evento altamente improvável de os índices das várias economias globais – DAX na Europa e S&P nos Estados Unidos – sofrerem quedas dramáticas de 50% e 33%, respectivamente, num único dia de negociação, assumindo correlações de activos de um mês. De forma semelhante, são desenvolvidos testes diários aos activos de rendimento fixo (Testes de *Stress Armageddon* da Carteira de Crédito) cujos resultados são comunicados à Administração numa base diária. Estes cenários assumem eventos várias vezes piores do que qualquer mínimo registado durante a crise de crédito de 2008, sendo aplicados às posições actuais e que tendem a estar sob *stress* em certos momentos do ano em resultado da crise de dívida soberana que atinge a Zona Euro. Concebido para ser deliberadamente remoto na sua probabilidade de ocorrência, o objectivo consiste em testar a capacidade de sobrevivência do modelo de negócio do Banco em circunstâncias extremas e, em consequência, manter a disciplina nos limites e na tomada de riscos. A exposição média diária a perdas teóricas neste cenário de teste foi de € 27,5 milhões, com um pico de € 39,9 milhões num único dia no terceiro trimestre de 2011.

G.7

Teste de Stress Armageddon



T.36

(Euro 000)

Perdas Máximas e Mínimas

Máximo	Mínimo	Média	Desvio padrão
-38.859	-18.088	-27.542	5.719

Fontes de Financiamento

O Banco procura estabilidade e diversidade nas suas fontes de financiamento, mantendo o foco na construção de uma base de depósitos de retalho para financiar as suas actividades. No final de 2011, os depósitos de Clientes ascendiam a € 441 milhões, traduzindo um acréscimo de 33% face ao valor registado no final de 2010, os quais, em conjunto com os fundos próprios, representavam 74% dos activos remunerados, a maioria dos quais activos passíveis de conversão em liquidez num curto período de tempo. As restantes fontes de financiamento podem incluir, activos financeiros emprestados ou vendidos através de acordos de recompra. Em função das condições de mercado, as contrapartes podem ser outros Bancos, o Banco Central Europeu (BCE) e a EUREX Repo. O Banco integrou esta plataforma como membro durante o segundo

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez decorre da gestão dos activos e passivos do Banco.

A política do BiG relativa a liquidez e financiamento baseia-se nos seguintes princípios: **(i)** garantir o financiamento dos activos antes da sua aquisição; **(ii)** exigir que a maior parte dos activos que compõem o Balanço sejam convertíveis em liquidez num curto espaço de tempo; **(iii)** construir uma base estável de depósitos de retalho, e **(iv)** assumir razoável independência do mercado de financiamento junto de outras instituições. Com efeito, a adesão a estes

princípios define o modelo de negócios do BiG, que é baseado em comissões e prestação de serviços e pressupõe uma base de activos largamente composta por activos altamente líquidos, por oposição a crédito ilíquido. O Banco foca-se em construir uma base estável de depósitos de retalho e, como política, detém mais títulos de dívida não onerados do que o exigível numa base normal.

A tabela T.37 proporciona uma visão global da *gap* de liquidez a 31 de Dezembro de 2011, apresentado por maturidade. Para mais informação, consultar a Nota 38.

T.37

(Euro)

Indicadores de Liquidez	Spot e até 1 semana	Entre 1 semana e 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Activos líquidos com maturidade superior a 12 meses
Mismatches						
Mismatches por Prazos	44.840.888	-30.855.022	-95.505.623	-19.025.852	3.331.224	-
Mismatches Acumulados	44.840.888	13.985.866	-81.519.757	-100.545.609	-97.214.385	236.087.045
Activos Líquidos	302.769.175	294.260.775	344.113.500	344.113.500	344.125.218	-
Passivos Voláteis	32.486.145	46.267.987	102.729.652	102.746.403	103.829.170	-
Activos Líquidos - Passivos Voláteis	270.283.030	247.992.787	241.383.848	241.367.097	240.296.049	-
Gap de Liquidez (1)	51	46	50	50	50	-

(1) Gap de Liquidez = [(Activos Líquidos - Passivos Voláteis)/(Activo Total - Activos Líquidos)] x100

T.38

(Euro)

Risco Taxa de Juro											
Maturidade	Activos	Extras Patrimoniais (+)	Taxa média	Responsabilidades	Extras Patrimoniais (-)	Taxa média	Líquido	mdur	df	bpv's	
2-Jan-12	115.546.853	30.257.703	0,596%	267.635.320	0	1,008%	(121.830.763)	0,00006	0,99972	67	
2-Fev-12	41.181.747	0	1,733%	52.535.592	0	4,227%	(11.353.845)	0,00085	0,99531	97	
2-Mar-12	68.380.132	0	1,930%	107.765.113	0	2,619%	(39.384.981)	0,00168	0,99121	661	
2-Abr-12	62.932.435	0	1,543%	27.931.107	0	4,870%	35.001.328	0,00244	0,98685	(853)	
2-Mai-12	408.402	0	3,738%	21.564.470	0	4,648%	(21.156.067)	0,00324	0,98264	685	
2-Jun-12	765.363	83.382.382	2,504%	16.850.067	0	4,513%	67.297.678	0,00404	0,97831	(2.719)	
2-Jul-12	32.176.491	0	1,711%	10.316.471	0	4,761%	21.860.020	0,00490	0,97414	(1.070)	
2-Ago-12	4.368	0	7,902%	5.710.522	0	4,530%	(5.706.154)	0,00558	0,96985	318	
2-Set-12	15.432	0	6,217%	4.193.917	0	4,579%	(4.178.485)	0,00643	0,96558	268	
2-Out-12	11.287	0	3,570%	4.907.972	0	4,342%	(4.896.685)	0,00731	0,96147	358	
2-Nov-12	0	0	0,000%	4.257.558	0	4,821%	(4.257.558)	0,00819	0,95723	349	
2-Dez-12	29.374	0	0,978%	5.138.776	5.991.776	2,830%	(11.101.178)	0,00907	0,95315	1.007	
2-Jan-13	26.771.638	0	3,612%	12.376.368	0	5,125%	14.395.270	0,00954	0,94896	(1.374)	
2-Jul-13	19.936.442	0	4,449%	4.468.536	14.448.658	2,369%	1.019.247	0,01426	0,92481	(145)	
2-Jan-14	60.014.388	0	4,354%	903.810	12.785.505	2,167%	46.130.074	0,01884	0,90090	(8.691)	
2-Jan-15	102.040.886	0	3,556%	189.029.587	15.469.988	1,103%	(102.458.690)	0,02820	0,85528	28.896	
2-Jan-16	32.404.649	0	3,972%	510.859	14.293.690	2,515%	17.600.100	0,03637	0,81197	(6.401)	
2-Jan-17	20.240.142	0	4,102%	0	49.492.111	2,536%	(29.451.969)	0,04452	0,77074	13.113	
2-Jan-18	8.775.438	0	4,776%	0	0	0,000%	8.775.438	0,05295	0,73172	(4.646)	
2-Jan-19	13.580.639	0	4,367%	0	14.315.852	2,869%	(735.213)	0,05954	0,69466	438	
2-Jan-20	110.058.680	0	4,709%	0	0	0,000%	110.058.680	0,06862	0,65949	(75.523)	
2-Jan-21	19.860.922	0	3,850%	0	0	0,000%	19.860.922	0,07800	0,62600	(15.492)	
2-Jan-22	6.843.696	0	5,300%	0	27.390.880	0,000%	(21.322.184)	0,08218	0,59430	17.522	
2-Jan-27	0	0	0,000%	0	0	0,000%	0	0,15006	0,45825	0	
2-Jan-32	0	0	0,000%	0	0	0,000%	0	0,20006	0,35335	0	
2-Jan-37	0	0	0,000%	0	0	0,000%	0	0,25006	0,27242	0	
741.979.403	113.640.085			736.096.042	154.188.461		(35.835.016)			(53.135)	

semestre de 2011 e, no final de 2011, era o único Banco Português membro. O modelo de negócio do Banco não contempla a emissão de dívida de curto ou longo prazo, não estando dependente dos mercados de dívida para financiamento.

Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro resulta da exposição ao nível, declive e configuração das curvas de taxa de juro, volatilidade nas taxas de juro, duração e spreads de crédito.

O risco de taxa de juro mede a probabilidade de ocorrência de impactos nos proveitos ou no capital do Banco, causados por movimentos nos níveis absolutos de taxas de juro, em *spreads* entre duas

T.39

(Euro)

Dezembro 2011					
Aumento paralelo de 200 bps	Redução paralela de 200 bps	Aumento paralelo de 100 bps	Redução paralela de 100 bps	Aumento de 50 bps após 1 ano	Redução de 50 bps após 1 ano
-10.627.088	10.627.088	-5.313.544	5.313.544	-2.546.486	2.546.486

taxas, ou na configuração da curva de taxas de juro, entre outros factores. O Banco BiG controla a sua exposição a eventos adversos através da diversificação e de técnicas de cobertura de risco.

O Banco BiG utiliza, como medida de risco de taxa de juro, os *bpv's* (*basis point values*). Este factor de risco representa a exposição por cada ponto base (0,01%) nas taxas de juro, e permite calcular o impacto económico destes movimentos na carteira de activos, nomeadamente

em activos de rendimento fixo, que são sensíveis a flutuações de taxas de juro.

A tabela T.38 reflecte os passivos e activos por maturidade, bem como as respectivas taxas médias. Para cada maturidade apresenta-se igualmente a duração modificada e os valores dos *basis point values* (*bpv's*).

Os *earnings at risk* (proveitos em risco) associados a movimentos em taxas de juro são medidos assumindo um

T.40

Risco de Taxa de Juro: Evolução Trimestral		
Data	Aumento paralelo de 200 p.b. na curva de Taxa de Juro	% Impacto nos Fundos Próprios
Dez-10	-23.439.798	-19,0%
Mar-11	-23.874.239	-19,6%
Jun-11	-23.804.991	-16,3%
Set-11	-21.678.557	-15,4%
Dez-11	-10.627.088	-7,4%

conjunto de cenários numa base regular, um aumento ou queda de 20 bps num único dia, ou um aumento ou queda semelhante de 50 bps numa semana. A tabela T.39 resume o impacto nos resultados antes de impostos de uma improvável variação em paralelo de 200 bps durante Dezembro de 2011.

A exposição ao risco de taxa de juro, como percentagem do capital regulamentar, medida trimestralmente durante 2011, e assumindo o teste dos cenários descritos anteriormente, apresentou-se de acordo com o reflectido na tabela T.40.

Análises de Sensibilidade

O Banco também executa análises de sensibilidade diárias para medir o efeito de variações das taxas de juro (excluindo o efeito de técnicas de cobertura de risco) e também para quantificar exposições a posições de negociação de activos financeiros derivados. Estas dependem de variáveis de mercado incluindo o preço do activo subjacente, volatilidade, taxas de juro e tempo até à maturidade. O Banco mede as exposições a estas variáveis através da realização de análises de sensibilidade conhecidas como "gregos" que são termos matemáticos nos quais:

Rho: mede, em pontos base, os montantes mínimos e máximos de exposição durante 2011 a variações na curva de taxas de juro;

Vega: reflecte a exposição do Banco a variações de 1% na volatilidade na carteira de opções do Banco;

Delta: quantifica, em Euros e quanto à carteira de negociação de opções, variações de 1% no valor dos activos subjacentes;

Theta: também no que diz respeito à carteira de negociação de opções, mede, em Euros, os ganhos ou perdas reportados por cada dia restante da vida de uma determinada opção.

Durante 2011:

T.41

Gregos	Rho	Vega	Delta	Theta
Min	-230.712	-30.791	7.829	-19.883
Max	-149.198	54.282	363.871	11.666
Média	-177.002	-3.630	228.755	-753
Desvio Padrão	25.933	17.031	52.178	3.552

(*Rho* expresso em pontos base; os restantes indicadores são expressos em EUR)

Risco de Crédito

O risco de crédito representa a perda em que o Banco incorreria se um mutuário, contraparte ou emite de valores mobiliários falhasse no cumprimento das suas obrigações contratuais para com o Banco.

O Banco está exposto a riscos de crédito associados a várias das suas actividades. Estes riscos incluem, genericamente, a exposição directa a Clientes que contrataram empréstimos, exposição directa a riscos de crédito associados com valores mobiliários emitidos por terceiros e detidos como activos de investimento do Banco, e risco de compensação de mercado associado a actividades de Clientes. O risco de crédito associado a relações com contrapartes profissionais, bem como emite de valores mobiliários admitidos à negociação, é avaliado em combinação com os procedimentos de gestão de riscos referidos anteriormente em *Risco de Mercado*.

As exposições a crédito no BiG genericamente incluem empréstimos, obrigações de empresas, obrigações soberanas, créditos interbancários, riscos relacionados com a liquidação de valores mobiliários, valores cobráveis em contratos de derivados e mercados monetários e compromissos relacionados com a concessão de garantias ou outros créditos. No processo de análise e aprovação, o Banco avalia estas exposições a vários níveis: ao nível das transacções individuais, ao nível da exposição máxima ao Cliente ou Grupo, e, separadamente, ao nível das respectivas carteiras para medir a concentração de riscos num determinado sector, indústria ou localização geográfica. Por questões de política interna, todas as exposições são avaliadas e processadas para aprovação, quer a sua natureza seja dentro ou fora do Balanço. Os controlos sobre risco de mercado, consequentemente, sobrepõem-se de forma frequente às avaliações de risco de crédito. No decurso da actividade diária do Banco a existência de sistemas integrados de monitorização de exposições são um elemento essencial no processo de gestão de risco.

Constituindo um factor inerente à banca, a Administração percepção o risco de crédito como parte integrante do nosso modelo de negócio, fundamental para a geração de receitas e valor para os accionistas. Considerando a importância do desenvolvimento de um negócio rentável aceitando risco e utilizando o capital prudentemente, o processo de risco de crédito visa preservar a independência do processo de aprovação, permitindo também uma integração efectiva com os objectivos de negócio definidos pela Administração. Este processo começa com o Conselho de Administração, que aprova as políticas gerais e orientações para riscos de crédito. O Conselho de Administração posteriormente delega no *Chief Credit Officer* e noutros membros do Comité de Risco de Crédito e pessoal de suporte a implementação diária destas políticas e responsabilidades, que incluem:

- Análise e controlo do risco de contraparte;
- Orientações quantitativas e qualitativas para revisão de créditos;
- Controlo do Cliente, família e grandes riscos;
- Documentação, gestão e arquivo de documentação;
- Gestão e controlo de procedimentos e sistemas de monitorização de riscos;
- Manutenção de um sistema de avaliação e de aprovação de crédito;
- Atenção à integridade e independência do processo de aprovação;
- Adesão a orientações regulamentares;
- Política de preços.

Natureza das Exposições de Crédito

A natureza dos riscos de crédito varia de ciclo para ciclo. Durante 2010-2011, a natureza imprevisível e altamente política da crise de dívida da Zona Euro, o momento e a velocidade das reduções dos *ratings* soberanos por parte das agências de *rating* internacionais e o efeito no sector bancário e nas economias dos países mais afectados, conduziu a uma alteração substancial no perfil de crédito de classes de activos anteriormente consideradas

fortes, ou até “sem risco”. A gestão do risco de crédito da carteira do Banco, em particular dívida cotada e acções, tem implicado o foco num objectivo em constante mutação. Neste enquadramento, a volatilidade do risco de activos soberanos e de activos intrinsecamente relacionados com o risco soberano – em particular a visão sobre riscos bancários num determinado país – aumentou durante 2011.

Em termos genéricos, a estratégia de negócio do Banco reduz o risco de crédito a duas categorias abrangentes:

- *Risco de Crédito garantido*, associado principalmente às nossas actividades de negociação e intermediação para Clientes. Estas são garantidas maioritariamente por liquidez, activos financeiros ou, numa menor escala, activos imobiliários. Esta categoria inclui as emissões por bancos de activos financeiros com colaterais de hipotecas (RMBS) e obrigações hipotecárias (*covered bonds*), as quais, quando adquiridas a elevados descontos, conforme tem ocorrido, representam uma categoria de activos crescentemente atractiva em termos de qualidade de crédito e de retorno. Em 31/12/2011, aproximadamente 100% dos créditos estavam garantidos.
- *Risco de Crédito não garantido*, que surge das nossas actividades de negociação no mercado com contrapartes profissionais, investimento em obrigações de empresas ou dívida pública, ou a concessão ocasional de crédito a empresas com base numa análise objectiva de critérios qualitativos e quantitativos relativos ao risco de crédito do Cliente. As exposições classificadas pelo Banco como não garantidas podem envolver emissões de dívida soberana ou de dívida de outras entidades garantida por entidades soberanas. Considerando a dimensão da carteira de investimento em dívida sénior empresarial e soberana do Banco, este tipo de crédito representa a maior porção da exposição de risco do Banco.

Outros tipos de extensão de crédito, tais como o crédito comercial, não são neste momento estratégicos para o negócio do Banco. A concessão de crédito para suportar actividades de aconselhamento, ou ligada a Banca de Investimentos ou mandatos de mercados de capitais não é comum, sendo em qualquer dos casos sujeita a um processo de decisão autónomo.

Procedimentos de Crédito

De acordo com a política de crédito do Banco, a base para aprovação de exposições a crédito, com ou sem garantia, inclui uma determinação da notação de risco (*scoring*) para a exposição ao crédito, calculado com base em critérios maioritariamente objectivos. Os resultados do processo de análise financeira e pontuação de risco servem de base para decidir a rentabilidade associada ao risco assumido, incluindo considerações sobre preço mínimo, estrutura aceitável, prazos e documentação apropriada.

Como parte do processo de aprovação de qualquer tipo de exposição de crédito, o Banco segue uma matriz de aprovação pré-definida, que combina os resultados da avaliação de crédito, prazos, níveis máximos de exposição global, incluindo quaisquer transacções em consideração e os níveis pré-aprovados de poderes de aprovação atribuídos aos membros do Comité de Risco de Crédito. Outros critérios para determinação dos níveis de aprovação incluem a existência e tipo de garantia subjacente à exposição do valor global.

Controlos Sobre Margens

As contas margem representavam 10% da carteira de crédito em 31/12/2011 e 2% dos activos remunerados na mesma data. A maior parte do crédito concedido a Clientes é de curto prazo, sendo garantido por activos financeiros líquidos e sujeito a controlos rigorosos sobre margens, isto é, a diferença entre o valor do crédito concedido e o valor em tempo real da garantia que suporta o crédito. O Banco

gere riscos inter-relacionados com o mercado, operacionais e riscos de crédito, que resultam de contas margens por via de um sistema automático de controlos sobre limites, bem como mecanismos para execução automática quando são atingidos níveis de risco pré-definidos. Este mecanismo de controlo baseia-se na ponderação do risco alocada a diferentes tipos de activos tendo em conta a volatilidade de mercado como base para determinar os níveis de alavancagem permitida na conta de crédito enquanto percentagem da garantia. Estes níveis são monitorizados em tempo real. O objectivo é identificar diferenças entre activos de maior e menor risco e ajustar automaticamente os níveis de exposição potencial, podendo eventualmente executar as posições de acordo com os níveis de risco registados. A nossa experiência tem sido a de que este tipo de crédito pode resultar numa utilização lucrativa do capital e representa um risco relativamente baixo para o Banco. Mais importante ainda, este tipo de concessão de crédito, disciplinado e seguro, tem registado níveis negligenciáveis de perdas, mesmo sob condições extremas de mercado tais como as verificadas no último ano (Nota 21).

Disponibilizamos também aos nossos Clientes crédito hipotecário, crédito com penhor e crédito automóvel, os quais representam, contudo, uma parte pouco expressiva da nossa exposição de crédito. Considerando a natureza do ciclo de crédito e a concorrência das entidades promotoras de crédito especializado, estes produtos de crédito são presentemente vistos como complementos à nossa oferta nuclear, não representando uma parte significativa da carteira de crédito em 2011.

Exposições não Garantidas

As linhas de crédito ou exposições conexas que não são integralmente garantidas, ou nas quais a garantia oferecida pode não ser líquida, requerem uma revisão objectiva dos dados financeiros históricos e projecções conservadoras como base para aprovação de qualquer proposta de crédito. No processo de aprovação, são também utilizados critérios qualitativos, tais como a propriedade / base accionista, a qualidade e reputação da gestão, o posicionamento do devedor e o seu desempenho face aos seus pares, e outra informação relevante. Além da análise interna, o Banco pode ainda recorrer a outras fontes independentes, incluindo agências internacionais de *rating*, particularmente nos casos dos emitentes não-domésticos e instituições financeiras.

As principais exposições globais não garantidas são a instituições financeiras através do mercado monetário interbancário (i.e., quando o Banco opera

enquanto credor de outros bancos), ao sector financeiro, empresarial e de dívida soberana, representada por dívida cotada com maturidades variáveis.

Gestão de Concentração de Riscos

O Banco analisa a sua exposição à concentração de riscos por categoria – risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional – e, quando apropriado, por grupos de categorias que se podem sobrepor, como risco de crédito, de mercado e de liquidez. A gestão de riscos que não de crédito é discutida nas secções relevantes deste relatório.

No que diz respeito à gestão de concentrações de risco de crédito, a Administração e a área de risco do Banco analisam os relatórios diários que resumem as maiores concentrações de risco, incluindo exposições directas, indirectas e contingentes. Estes relatórios são também desagregados por exposições financeiras e não financeiras. Para além da sua função de

T.42 (Euro)

Exposição por Estratégia de Investimento		Posições
Tipo		
Bonds	Obrigações Hipotecárias	183.146.096
	Dívida Sénior	95.407.859
	Garantidas pelo Estado	211.008.655
	RMBS	130.282.486
	Subordinada	383.316
Total Bonds		620.228.411
Disponibilidades		79.436.208
Acções		21.054.274
Derivados de Acções		1.017.619
Conta Margem		15.753.876
Total		737.490.389

T.43

(Euro)

Exposição por Rating – Carteira de Crédito/Obrigações										
	Aaa	Aa	A	Baa	Ba	B	Caa-C	NA	Total	
Obrigações Hipotecárias	23.966.749	7.440.887	25.436.257	126.302.203	0	0	0	0	183.146.096	
Dívida Sénior	0	27.321	0	9.403.125	62.427.463	12.126.196	0	11.423.754	95.407.859	
Dív. Soberana + Garantida (Rep. Gov Reg)	2.502	0	3.701.783	8.769.350	140.932.854	0	9.033.535	48.568.631	211.008.655	
RMBS (Tranches Sénior)	1.838.728	4.941.037	18.937.806	104.564.916	0	0	0	0	130.282.486	
Subordinada	0	0	0	0	0	383.316	0	0	383.316	
Total	25.807.978	12.409.245	48.075.847	249.039.593	203.360.317	12.509.512	9.033.535	59.992.385	620.228.411	

gestão e monitorização regular, servem também como base para reporte periódico de limites regulamentares, incluindo exposições superiores a 10% dos fundos próprios e limites legais de concessão de crédito, representando 25% dos capitais próprios consolidados. Abaixo apresentam-se as principais exposições em 31 de Dezembro de 2011.

Testes de Stress da Carteira de Crédito

Similarmente a outras carteiras, cujos riscos são medidos numa base diária, a carteira investimento do Banco, constituída maioritariamente por activos de rendimento fixo de diferentes maturidades, é sujeita a vários exercícios de testes de *stress* diários, de modo a proporcionar à Administração uma avaliação das potenciais perdas num conjunto de cenários hipotéticos. O cenário mais extremo, o teste de *stress Armageddon*, representa um indicador diário das perdas potenciais de uma carteira, considerando as maiores perdas individuais e o sector de actividade. As simulações abaixo apresentadas começam com a matriz de notação de riscos de crédito de transição da *Moody's* para um período igual à

duração modificada da carteira de obrigações do Banco. As simulações efectuadas assumem, como base, a probabilidade de incumprimento de um emitente, ou de vários emitentes em simultâneo, e o impacto na percepção do Mercado do risco de crédito, com base num alargamento teórico e significativo dos *spreads* e assumindo taxas de recuperação extremamente baixas. Tal como ocorre com os testes combinados das carteiras de negociação de activos financeiros e investimento, o objectivo de testar cenários na maior posição individual do Balanço do Banco, que é a carteira de crédito, consiste em determinar até que ponto os resultados e os capitais próprios poderão vir a ser afectados num cenário extremo, baseado em circunstâncias teóricas extremas. Os resultados destes testes diários são utilizados para manter a disciplina e controlar a tomada de posições ou concentrações excessivas.

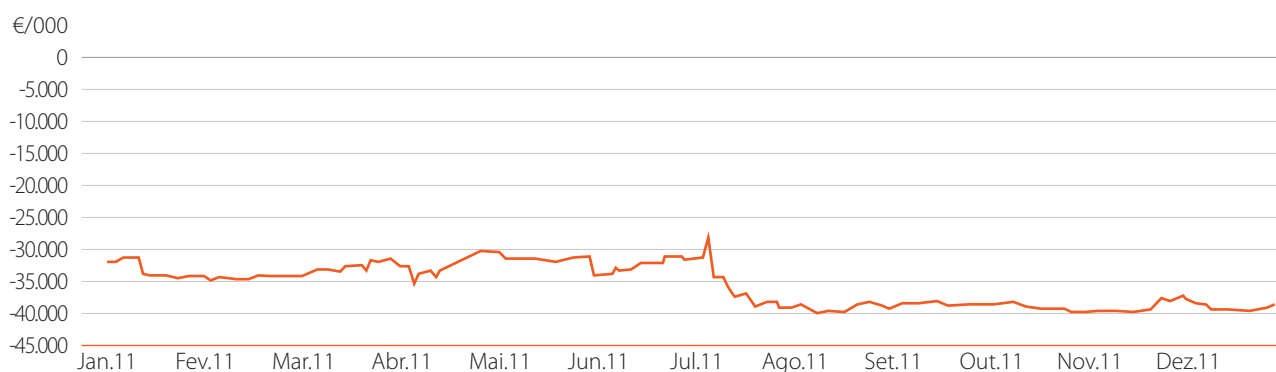
Alguns exemplos dos resultados destes testes a 31 de Dezembro de 2011 são apresentados seguidamente, evidenciando que, em circunstâncias extremas, as perdas seriam significativas mas não afectariam a solvabilidade global do Banco:

Exposição de Crédito por via de Contratos Derivados

Contratos derivados são instrumentos, tais como futuros, *forwards*, *swaps* e opções, que derivam o seu valor de activos subjacentes, índices ou outros conceitos financeiros. O BiG utiliza instrumentos financeiros derivados e instrumentos de mercado cambial para gerir as exposições do Banco aos mercados, satisfazer as necessidades financeiras dos seus Clientes e gerar receitas através das suas actividades de negociação de activos financeiros. Na avaliação de riscos, o Banco segue os mesmos procedimentos de crédito para exposições a contratos derivados e exposições relacionadas com o mercado cambial que utiliza nos produtos de crédito tradicionais descritos anteriormente. Os limites de crédito para estes produtos são calculados e controlados com base na exposição potencial, que toma em consideração os valores actuais de mercado e estima o movimento futuro das taxas de mercado com base em critérios estatísticos. Como parte do processo, o BiG calcula o custo de substituição de um contrato derivado ou de mercado cambial como medida primária de exposição ao risco de crédito. Este é definido como o custo de substituir um contrato em condições

G.8

Teste de Stress Armageddon da Carteira de Crédito



T.44

(Euro 000)

Perdas Máximas e Mínimas

Máximo (*)	Mínimo (*)	Média	Desvio padrão
-39.987	-28.382	-35.531	3.193

(*) Máximo e mínimo de perdas

de mercado extremas na eventualidade de um *default* da contraparte anterior à data de liquidação do activo. O Banco utiliza procedimentos de contabilização de activos ao justo valor de mercado e medidas de *Value at Risk* para aferir o custo de substituição de um contrato derivado ou cambial em mercado aberto.

O Banco não detém exposição a *credit default swaps*.

Na gestão da sua exposição potencial, o Banco procura reduzir o risco global, lidando em larga escala com instituições financeiras *investment grade*, com as quais o Banco genericamente troca *Credit Support Agreements (CSAs)*. No caso de outros Clientes com os quais o Banco poderá celebrar contratos ocasionalmente no âmbito das suas actividades de gestão de carteiras, o risco é mitigado de forma acrescida por via da inclusão de acordos de garantia, cobrindo normalmente 100% da exposição potencial.

Um resumo da exposição nominal a contratos derivados e valores a receber de contrapartes com suporte em contratos desta natureza em 31 de Dezembro de 2011 pode ser encontrado na Nota 18.

Provisão para Riscos de Crédito

A provisão legal do Banco para riscos de crédito baseia-se em critérios prudenciais e regras do Banco de Portugal, e está disponível para absorver perdas potenciais na carteira de crédito. Com base no regulamento 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal, e alterações subsequentes, esta provisão representa 1% do total de crédito concedido e garantias abertas (1,5% no caso de crédito ao consumo e 0,5% no caso de *leasing* ou créditos com garantia hipotecária, em ambos os casos quando o imóvel é ocupado pelo credor ou pelo arrendatário). Se necessárias, são realizadas provisões específicas nos termos do mesmo Aviso e subsequentes alterações. Os cálculos de provisões económicas são efectuados periodicamente sobre riscos especí-

ficos que a Administração considera requererem especial atenção, e estão sujeitos a um modelo produzido internamente.

Risco Operacional

O risco operacional pode surgir em resultado de procedimentos ou sistemas inadequados, risco humano ou eventos externos.

Tendo em conta a natureza do seu negócio, o Banco encontra-se exposto a potenciais perdas e/ou risco da sua reputação, em resultado de erros humanos ou erros sistémicos e operacionais, interrupções inesperadas no processamento de negócio ou execução insuficiente por fornecedores terceiros de componentes significativos do nosso modelo de negócio. No processo de gestão pró-activa de riscos operacionais, de modo a manter as exposições em níveis mínimos, o Banco revê os seus sistemas de controlo interno regularmente para assegurar o bom funcionamento do negócio em circunstâncias normais e anormais. Estes sistemas e procedimentos são desenhados para reduzir os riscos de fraude de fontes internas ou externas, e de erros ou quebras de serviço, resultantes de eventos associados com a tecnologia e infra-estrutura de sistemas, procedimentos e telecomunicações.

Limitar os riscos operacionais através da implementação de procedimentos internos é essencial para oferecer um serviço completo aos nossos Clientes e reduzir o risco de sanções regulatórias. Este último aspecto, no contexto de um conjunto de crises financeiras que afectaram as principais economias desde 2007, constitui uma importância crescente e deverá ocupar uma parte significativa do tempo da Administração e dos recursos do Banco no futuro.

A responsabilidade pela gestão de riscos operacionais recai sobre os responsáveis de cada unidade de

negócio. Para monitorizar os riscos e a aplicação dos procedimentos no conjunto do Banco, existe uma estrutura autónoma de governação, que consiste nos seguintes grupos de supervisão, que se reúnem separadamente com o respectivo supervisor do Conselho de Administração, bem como com o *Comité de todos os Riscos*:

- *Risco Operacional*: revê a adequação dos procedimentos internos e do suporte humano e de sistemas na condução normal das funções de negócio e riscos diários a que o Banco se encontra exposto, com base em processos de auto-avaliação, controlos dos erros operacionais e em auditorias internas e externas programadas.
- *Risco Tecnológico*: supervisiona a adequação e segurança da complexa infra-estrutura técnica que suporta todos os aspectos do processamento interno do Banco, informação de gestão e ligações com fornecedores terceiros de informação e serviços de execução.
- *Comité de Controlo Interno e Compliance*: constituído por membros do Conselho de Administração e pelo departamento de *Compliance*, cujas responsabilidades incluem a monitorização do cumprimento pelo Banco de questões de natureza legal e regulamentar, aplicação de procedimentos operacionais internos, código de ética e questões relacionadas.

Os comités internos também realizam exercícios regulares de auto-avaliação, geralmente com os seus relatórios directos, para identificar e adoptar acções sobre riscos associados a operações, tecnologia e *compliance*. Os processos de controlo incluem, por exemplo, a revisão frequente dos procedimentos operacionais relevantes, o cumprimento de orientações normativas, auditorias internas

e externas de operações, sistemas e áreas comerciais e de negociação, procedimentos de *back-up* e a manutenção dos acordos de *outsourcing* e de um plano de recuperação de negócio apropriado para reduzir os efeitos de qualquer interrupção imprevista das actividades do Banco.

Devido à natureza do nosso negócio, os erros operacionais ocorrem ocasionalmente. Constitui um objectivo da estrutura de governação acima identificada garantir o cumprimento das orientações prudenciais e regulatórias para que os custos de tais erros sejam mantidos em níveis consentâneos com o nosso capital e estratégia de negócio. Tendo em vista apoiar este controlo, o Banco tem procedimentos internos de reporte de erros operacionais à Administração numa base regular. Estas análises e reporte permitem a identificação de problemas na sua fonte e a sua resolução em conformidade.

O Conselho de Administração acredita que uma cultura de identificação e mitigação de riscos, que encoraja a comunicação de potenciais problemas à Administração e a sua resolução pró-activa, é um aspecto chave no controlo dos riscos operacionais.

Processamento e Sistemas

A equipa de Tecnologias de Informação (TI) do Banco instala e mantém a infra-estrutura de tecnologia e telecomunicações do Banco, essencial ao bom funcionamento da organização numa base contínua. Esta área suporta todos os segmentos de negócio do Banco, desde a informação interna até serviços básicos de comunicação, passando pela tecnologia e programação de suporte à complexa plataforma transaccional *online* www.big.pt.

O foco na maximização da utilização dos recursos internos e o incentivo à inovação constituíram os factores chave do desempenho da equipa de TI durante 2011. Como resultado, o Banco dedicou um esforço considerável ao desenvolvimento de uma aplicação para *iPhone/iPad*, disponibilizando os seus produtos e serviços do Banco através deste canal estratégico.

Simultaneamente, a área tecnológica do Banco desenvolveu uma nova versão do site www.big.pt e preparou a migração do código do seu antecessor para uma plataforma *.NET*, permitindo a utilização das tecnologias mais recentes no suporte do negócio.

Adicionalmente, o Banco reorganizou o seu departamento de TI com o propósito de prestar um melhor serviço relativamente à previsão de entregas, eficiência de desenvolvimento e qualidade dos produtos e serviços criados. A reorganização baseou-se na segmentação horizontal de responsabilidades das linhas de produto nas seguintes áreas: *Project Management, Development, Quality & Testing, Delivery Support*.

A estratégia consistiu em adaptar a metodologia de desenvolvimento de *software Kaisen*, pelo que esperamos alterações à produtividade e eficiência durante 2012. Entretanto, o Banco efectua melhorias contínuas às plataformas de negociação e à segurança das mesmas, concebidas para manter a integridade física da infra-estrutura e garantir um ambiente livre de contaminação externa.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna desempenha um papel chave no sistema de controlo interno do Banco e no processo de assegurar a alocação adequada de capital na gestão do risco operacional. As inspecções regulares baseiam-se

nas prioridades definidas pelo Conselho de Administração, tendo em vista os riscos inerentes às várias actividades e negócios do Banco.

A função de Auditoria Interna é objectiva e imparcial e, por via das suas análises periódicas, desempenha um papel essencial na identificação de quaisquer debilidades nos processos de controlo e políticas de gestão de risco, procurando garantir a conformidade com procedimentos internos e padrões de integridade e qualidade definidos pelo Banco. As inspecções cobrem todas as áreas de negócio e operacionais, e as respectivas conclusões são reportadas directamente ao Conselho de Administração.

Compliance

A função de *Compliance* do Banco é responsável por (i) garantir o respeito pelas exigências legais e regulamentares aplicáveis, incluindo os termos aprovados e os padrões internos de conduta, (ii) promover um ambiente de controlo e transparência na estrutura organizacional adequado à complexidade dos serviços oferecidos e à dimensão da instituição e (iii) monitorizar a adequação e eficiência dos mecanismos de controlo associados com os riscos da actividade bancária e (iv) proteger a reputação do Banco.

Em matéria de prevenção ao branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, a função de *Compliance* é responsável pela criação dos mecanismos de controlo e detecção de operações suspeitas e pela monitorização do cumprimento dos deveres previstos na legislação em vigor relativamente à abertura de contas bancárias e conhecimento do Cliente (*Know Your Client*). Compete a esta função a centralização do reporte e interacção com as entidades judiciais e órgãos de supervisão na investigação e análise de processos e operações suspeitas.

A função de *Compliance* é ainda responsável pela análise e emissão de pareceres sobre novos produtos e serviços, à luz da regulamentação em vigor, promovendo uma gestão proactiva dos mesmos, um controlo e uma validação prévia e a prevenção de conflitos de interesses.

O sistema de controlo interno do Banco baseia-se numa forte cultura de conformidade com a legislação e diferentes normativos aplicáveis à actividade bancária, bem como de cumprimento do conjunto de procedimentos e políticas relativas às obrigações contratuais, conduta pessoal e relacionamento com Clientes. No seu conjunto, estes procedimentos visam mitigar o risco do Banco incorrer em prejuízos associados a potenciais sanções de carácter legal, limitações à sua actividade e expansão e perdas de reputação associadas ao incumprimento contratual ou a uma percepção negativa da imagem pública do Banco.

Lisboa, 01 de Março de 2012

O Conselho de Administração

Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues
Presidente do Conselho de Administração

Nicholas Leo Racich
Vice-Presidente do Conselho de
Administração

Diogo Baptista Russo Pereira da Cunha
Vogal do Conselho de Administração

Mário João Abreu Galhardo Bolota
Vogal do Conselho de Administração

Paulo José Caramelo de Figueiredo
Vogal do Conselho de Administração

Ricardo Dias Carneiro e Gomes de Pinho
Vogal do Conselho de Administração



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Banco de Investimento Global, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 828.983.481 euros e um total de capital próprio de 67.234.341 euros, incluindo um resultado líquido de 2.505.595 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco de Investimento Global, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 21 de Março de 2012



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida
(ROC n.º 967)

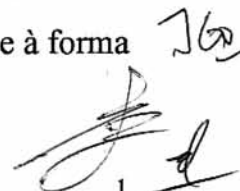
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Exmos. Senhores Accionistas do Banco de Investimento Global, S.A.

No termos da lei e do contrato de sociedade, o Conselho Fiscal submete à apreciação de V. Exas. o Relatório da sua actividade e o seu Parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco de Investimento Global, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, e ainda a apreciação do Conselho Fiscal sobre a certificação legal de contas consolidadas, emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas do Banco de Investimento Global, S.A..

RELATÓRIO

1. O Conselho Fiscal procedeu à análise do Relatório consolidado do Conselho de Administração e das Contas consolidadas, compreendendo o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011, a Demonstração dos resultados consolidados, as Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa e as respectivas Notas às demonstrações financeiras consolidadas.
2. Relativamente ao Relatório consolidado de gestão, o Conselho Fiscal verificou que o seu conteúdo é concordante com as Demonstrações Financeiras consolidadas, e satisfaz os requisitos legais e estatutários.
3. Na apreciação das Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício, o Conselho Fiscal teve como base fundamental a Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria das Contas consolidadas, elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e com cujo teor concordamos.
4. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que as demonstrações Financeiras consolidadas são adequadas à compreensão da situação patrimonial do Banco de Investimento Global, S.A. e das suas participadas englobadas na consolidação em 31 de Dezembro de 2011, e à forma como se formaram os resultados consolidados em 2011.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

Em conformidade com o exposto, o Conselho Fiscal é de PARECER que a Assembleia Geral aprove o Relatório consolidado de gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

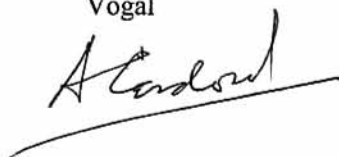
Lisboa, 27 de Março de 2012

Presidente



José Galamba de Oliveira

Vogal



Alcino Cardoso

Vogal



Pedro Rogério Barata do Ouro Lameira

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em Euros)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	Nota	2011	2010
Juros e proveitos similares	4	34.406.853	24.075.341
Juros e custos similares	4	(14.623.666)	(7.549.684)
Margem financeira		19.783.187	16.525.657
Rendimentos de instrumentos de capital	5	1.473.849	1.360.493
Rendimentos de serviços e comissões	6	10.382.730	11.485.475
Encargos com serviços e comissões	6	(1.380.701)	(2.786.197)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(235.576)	3.632.089
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	1.442.375	16.824.264
Resultados de reavaliação cambial	9	1.560.506	1.241.544
Resultados de alienação de outros activos	10	(135.230)	4.393.654
Outros resultados de exploração	11	285.387	(622.954)
Proveitos operacionais		33.176.527	52.054.025
Custos com pessoal	12	(8.837.318)	(12.556.069)
Gastos gerais administrativos	14	(5.568.518)	(6.019.658)
Depreciações e amortizações	23 e 24	(1.495.072)	(1.607.394)
Provisões líquidas de anulações	31	150.258	(7.670)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	21	(170.162)	4.941
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	19	(14.134.976)	(5.737.395)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	27	318.411	(18.477)
Custos operacionais		(29.737.377)	(25.941.722)
Resultado operacional		3.439.150	26.112.303
Resultados de associadas	25	87.565	292.136
Resultado antes de impostos		3.526.715	26.404.439
Impostos			
Correntes	32	(909.833)	(5.824.683)
Diferidos	32	(111.287)	(119.866)
Resultado líquido do exercício		2.505.595	20.459.890
Resultados por acção básicos	15	0,03	0,23
Resultados por acção diluídos	15	0,03	0,23

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	Nota	2011	2010
Resultado líquido do exercício		2.505.595	20.459.890
Outro rendimento integral			
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		(69.048.096)	(49.083.437)
Desvio actuarial do fundo de pensões	13	1.555.979	(1.040.805)
Impostos diferidos	32	20.175.647	14.511.214
Impostos correntes	32	(390.086)	(527.518)
		(47.706.556)	(36.140.546)
Rendimento integral reconhecido no exercício		(45.200.961)	(15.680.656)

BALANÇO CONSOLIDADO

em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	Nota	2011	2010
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	10.323.223	4.165.238
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	42.026.648	82.728.580
Activos financeiros detidos para negociação	18	13.336.285	8.890.152
Activos financeiros disponíveis para venda	19	503.683.281	694.294.929
Aplicações em instituições de crédito	20	27.087.173	69.328
Crédito a clientes	21	159.330.790	42.532.675
Derivados de cobertura	22	21.544	775.611
Activos tangíveis	23	17.399.614	18.016.730
Activos intangíveis	24	534.862	887.422
Investimentos em associadas	25	4.954.560	5.198.150
Activos por impostos correntes	26	1.740.137	-
Activos por impostos diferidos	32	34.873.163	14.808.803
Outros activos	27	13.672.201	28.394.957
Total de Activo		828.983.481	900.762.575
Passivo			
Recursos de bancos centrais	28	238.322.892	360.164.444
Passivos financeiros detidos para negociação	18	18.591.972	27.307.744
Recursos de outras instituições de crédito	29	48.895.643	38.942.742
Recursos de clientes	30	440.567.939	332.184.633
Derivados de cobertura	22	5.046.890	2.004.725
Provisões	31	20.150	170.408
Passivos por impostos correntes	26	-	1.493.719
Outros passivos	33	10.303.654	30.353.264
Total de Passivo		761.749.140	792.621.679
Capital			
Capital	34	104.000.000	89.088.810
Prémios de emissão	34	1.362.281	9.343.753
Acções próprias	34	(1.323.065)	(1.583.087)
Reserva de justo valor	34	(87.279.347)	(38.016.812)
Outras reservas e resultados transitados	34	47.968.877	28.848.342
Resultado líquido do exercício		2.505.595	20.459.890
Total de Capital		67.234.341	108.140.896
Total de Passivo e Capital		828.983.481	900.762.575

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Reserva de justo valor	Reserva legal	Outras reservas	Resultado líquido do exercício	Total de capital próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	87.570.000	8.886.393	(433.261)	(2.917.071)	3.892.320	19.358.236	12.329.102	128.685.719
Rendimento integral								
Outro rendimento integral								
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(49.083.437)	-	-	-	(49.083.437)
Desvios actuariais fundo pensões	-	-	-	-	-	(1.040.805)	-	(1.040.805)
Impostos diferidos	-	-	-	14.511.214	-	-	-	14.511.214
Impostos correntes	-	-	-	(527.518)	-	-	-	(527.518)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	20.459.890	20.459.890
Total de rendimento integral reconhecido no exercício	-	-	-	(35.099.741)	-	(1.040.805)	20.459.890	(15.680.656)
Distribuição do resultado do exercício de 2009								
Transferência para reservas	-	-	-	-	1.231.486	5.405.667	(6.637.153)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(5.691.949)	(5.691.949)
Varição empréstimos a colaboradores para aquisição de acções próprias	-	-	(1.149.826)	-	-	-	-	(1.149.826)
Programa stock options para colaboradores	-	-	-	-	-	1.438	-	1.438
Aumento de capital	1.518.810	457.360	-	-	-	-	-	1.976.170
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	89.088.810	9.343.753	(1.583.087)	(38.016.812)	5.123.806	23.724.536	20.459.890	108.140.896
Rendimento integral								
Outro rendimento integral								
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(69.048.096)	-	-	-	(69.048.096)
Desvios actuariais fundo pensões	-	-	-	-	-	1.555.979	-	1.555.979
Impostos diferidos	-	-	-	20.175.647	-	-	-	20.175.647
Impostos correntes	-	-	-	(390.086)	-	-	-	(390.086)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.505.595	2.505.595
Total de rendimento integral reconhecido no exercício	-	-	-	(49.262.535)	-	1.555.979	2.505.595	(45.200.961)
Distribuição do resultado do exercício de 2010								
Transferência para reservas	-	-	-	-	2.019.641	15.544.915	(17.564.556)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(2.895.334)	(2.895.334)
Varição empréstimos a colaboradores para aquisição de acções próprias	-	-	260.022	-	-	-	-	260.022
Aumento de capital	14.911.190	(7.981.472)	-	-	-	-	-	6.929.718
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	104.000.000	1.362.281	(1.323.065)	(87.279.347)	7.143.447	40.825.430	2.505.595	67.234.341

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	Nota	2011	2010
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		34.037.761	24.219.244
Juros e custos pagos		(11.785.686)	(7.559.887)
Serviços e comissões		8.992.770	8.693.791
Contribuições para o fundo de pensões		(129.481)	(1.059.653)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(16.894.681)	(15.498.729)
Outros custos e proveitos pagos/recebidos		2.611.138	762.212
		16.831.821	9.556.978
Varição nos activos e passivos operacionais:			
Disponibilidades em bancos centrais		(6.000.254)	422.025
Activos e passivos financeiros detidos para negociação		(12.781.193)	30.932.620
Aplicações em instituições de crédito		(27.017.425)	69.136.649
Recursos de bancos centrais		(122.000.000)	130.000.000
Recursos de instituições de crédito		9.874.676	29.370.412
Crédito a clientes		7.520.138	14.105.832
Recursos de clientes		105.792.351	26.627.438
Derivados para gestão de risco		3.179.943	1.331.459
Outros activos e passivos operacionais		(2.566.716)	(687.640)
		(27.166.659)	310.795.773
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros			
Impostos sobre os lucros pagos / recebidos		(3.692.044)	(7.072.148)
		(30.858.703)	303.723.625
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Dividendos recebidos		1.473.849	1.360.493
Activos financeiros disponíveis para venda		(14.928.355)	(436.792.300)
Investimentos detidos até à maturidade		-	146.244.852
Compra de imobilizações		(525.396)	(1.431.196)
		(13.979.902)	(290.618.151)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Acções próprias		260.022	-
Aumento de capital		6.929.717	1.976.170
Dividendos de acções ordinárias pagos		(2.895.335)	(5.691.948)
		4.294.404	(3.715.778)
Varição líquida em caixa e seus equivalentes			
Caixa e equivalentes no início do período		83.903.811	74.514.115
Caixa e equivalentes no fim do período		43.359.610	83.903.811
		(40.544.201)	9.389.696
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	16	1.332.962	1.175.231
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	42.025.812	82.728.580
Total		43.358.774	83.903.811

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Investimento Global, S.A. (Banco ou BiG) foi constituído por escritura de 10 de Dezembro de 1998, tendo iniciado a sua actividade bancária no dia 1 de Março de 1999. O Banco tem por objecto a realização de todas as operações e a prestação de quaisquer serviços permitidos aos bancos, sem quaisquer limitações de natureza estatutária.

Em 31 de Dezembro de 2011, o Banco detém uma participação de 34,76% no capital social da ONETIER PARTNERS, SGPS, S.A. (ONETIER). Esta Sociedade foi constituída no dia 29 de Novembro de 1999, e tem por objecto a gestão de participações sociais em outras entidades, com o fim indirecto de exercício de actividades económicas.

A BiG Serviços Financeiros, S.A. integralmente detida pelo Banco, foi constituída no dia 11 de Setembro de 2008, e tem por objecto principal a realização de actividades de serviços financeiros diversos.

NOTA 1 BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco de Investimento Global, S.A. (BiG ou Grupo) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*IFRS*), tal como adoptadas na União Europeia.

Os *IFRS* incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)*, e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e foram preparadas de acordo com os *IFRS*, tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2011. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2011 são consistentes com as utilizadas com referência a 31 de Dezembro de 2010. As principais normas e interpretações adoptadas no exercício de 2011 são referidas na nota 39.1.. Contudo, tal como descrito na nota 39, o Grupo adoptou na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2011, as normas contabilísticas emitidas pelo *IASB* e as interpretações do *IFRIC* de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta nota, foram adoptadas em conformidade. A adopção destas novas normas e interpretações em 2011 não teve um efeito material nas contas do Grupo.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na nota 39.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os *IFRS* requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas na nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 1 de Março de 2012.

NOTA 2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados do BiG e das suas subsidiárias ("Grupo" ou "Grupo BiG") e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes à participação financeira em empresas associadas. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria ou totalidade dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Até 31 de Dezembro de 2009, quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses que não controlam excediam o valor do respectivo interesse no capital próprio dessa subsidiária, o excesso era atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que fossem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente eram reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas pelo Grupo fossem recuperadas. Após 1 de Janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

2.2. Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.3. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor destes instrumentos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura.

A cobertura poderá ser de dois tipos variando a mensuração consoante a natureza da mesma:

- *Cobertura de justo valor*, consiste na cobertura da exposição às alterações no justo valor de um activo e passivo reconhecido, qualquer ganho ou perda no instrumento de cobertura e de sinal contrário no instrumento coberto serão incluídos nos resultados do exercício.
- *Cobertura de fluxos de caixa*, consiste na cobertura da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível i) a um risco particular de activo ou passivo reconhecido ii) ou a uma transacção prevista altamente provável e que possa afectar os lucros e prejuízos. A variação dos ganhos e perdas no instrumento de cobertura será mensurado no capital próprio.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação.

Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

2.4. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados, na data em que o montante do crédito é disponibilizado aos clientes.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem, (ii) o Grupo transferir substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo retiver parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos tiver sido transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido das perdas de imparidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando exista evidência objectiva que indique que um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tenham um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio ou actividade profissional do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- a existência de credores privilegiados;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto, são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais. Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo. Recuperações subsequentes de créditos anteriormente abatidos ao activo são reconhecidas em resultados pela diminuição do montante das perdas por imparidade do período.

2.5. Outros activos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Activos financeiros ao justo valor através de resultados*

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros detidos para negociação quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*);
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Grupo, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros detidos para negociação.

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros com maturidades definidas e pagamentos fixos ou determináveis, que o Grupo tem a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

- *Activos financeiros disponíveis para venda*

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram nas categorias acima referidas.

- *Crédito a clientes*

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é disponibilizado aos clientes.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

As aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através de resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto no que diz respeito a activos financeiros detidos para negociação, caso em que os custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros detidos para negociação são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos financeiros sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos financeiros são reconhecidas também em reservas, no caso das acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição líquido de perdas por imparidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento tenha um impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

As perdas por imparidade dos investimentos detidos até à maturidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação), descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. No caso de se tratar de um activo com taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Caso num período subsequente o montante da perda de imparidade diminua, e essa diminuição estiver objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando exista evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.6. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros detidos para negociação, os quais são registadas ao justo valor.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado.

2.7. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

Acções próprias

As acções próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de acções próprias, são registadas directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

2.8. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.9. Activos não correntes detidos para venda

As aplicações por recuperação de crédito incluem imóveis resultantes da resolução de contratos de crédito a clientes. Estes activos são classificados na rubrica Activos não correntes detidos para venda, e são registados no seu reconhecimento inicial, pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pelo Grupo.

Subsequentemente, estes activos são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor actual deduzido dos custos esperados de venda, e não são amortizados. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício. O Grupo obtém avaliações regulares, efectuadas por peritos, das aplicações por recuperação de crédito.

2.10. Activos cedidos com acordo de recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

2.11. Activos tangíveis

Os activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, com taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Anos
Obras em edifícios arrendados	5
Mobiliário e material	8 e 10
Máquinas e ferramentas	5 e 7
Equipamento informático	3 a 4
Instalações interiores	4 a 8
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8
Imóveis de serviço próprio	50

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.12. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados.

Os activos intangíveis são registados ao custo e são amortizados de forma linear ao longo da sua vida útil esperada, neste caso de 3 anos.

2.13. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 - Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.14. Benefícios a empregados

Os colaboradores com vínculo contratual ao Banco de Investimento Global estão, na sua totalidade, inscritos na Segurança Social. As responsabilidades do Banco com pensões consistem, desta forma, no pagamento de um complemento que completará a eventual prestação do sistema de Segurança Social.

Até 2005, os colaboradores do Banco e os membros do Conselho de Administração encontravam-se abrangidos por um Plano de Contribuição Definida.

Em 8 de Abril de 2005 foi aprovada, na Assembleia Geral de Accionistas, a proposta da Comissão de Remunerações sobre a Reforma dos Administradores, relativa à criação de um Plano de Pensões de Benefício Definido, que genericamente consiste na atribuição de um benefício de reforma por velhice ou invalidez, que é determinado com base numa percentagem, crescente em função do tempo de serviço no Banco, do último salário base deduzido da pensão da Segurança Social. A Assembleia Geral delegou no Conselho de Administração o estabelecimento formal desse plano, bem como a definição específica dos seus termos.

O Conselho de Administração do Banco estabeleceu em 29 de Dezembro de 2005 o Plano genericamente aprovado, limitando os benefícios e estendendo o Plano aos restantes colaboradores do BiG, concedendo-lhes a possibilidade de escolher, única e unilateralmente, entre permanecer no Plano de Contribuição Definida ou mudar para o Plano de Benefício Definido. Esta possibilidade de escolha do Plano pelos restantes colaboradores foi facultada em Junho de 2006.

Nesta base, o Banco tem em vigor um Plano de Contribuição Definida e um Plano de Benefício Definido.

Plano de Contribuição Definida

As contribuições efectuadas são actualizadas anualmente, com base nas remunerações pensionáveis. As contribuições efectuadas são registadas como custo do exercício a que dizem respeito, no âmbito da rubrica Custos com o Pessoal – Compromissos com Pensões.

Plano de Benefício Definido

Os custos com serviços passados, decorrentes da introdução do Plano de Benefícios Definidos conforme deliberação do Conselho de Administração de 29 de Dezembro de 2005, determinados por actuários independentes com base no Método da Unidade de Crédito Projectada e pressupostos actuariais e financeiros mutuamente compatíveis, foram reconhecidos de acordo com o IAS 19 – Benefícios a Empregados como um activo e serão imputados a resultados ao longo da vida do serviço remanescente dos colaboradores abrangidos pelo plano, em média 11,5 anos, à data de introdução do plano.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por actuários independentes, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas.

Anualmente, o Banco reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui o custo do serviço corrente, o custo dos juros, o rendimento esperado dos activos do fundo, e uma parcela relativa à amortização dos custos com serviços passados diferidos.

O Banco efectua contribuições para o fundo de pensões por forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data de balanço, o Banco avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Plano de remuneração com acções

O plano de remuneração com opções sobre acções (*stock options*) permite aos empregados adquirir acções do BiG pelo preço de exercício das opções. Considerando os termos e condições deste plano, nomeadamente a liquidação física das opções, o mesmo é contabilizado de acordo com o IFRS 2, como um *equity settled share based payment*. Nesta base, o justo valor das opções atribuídas, determinado na data de atribuição, é reconhecido em resultados por contrapartida dos capitais próprios, durante o período de serviço (*vesting period*).

Remunerações variáveis aos empregados e Órgãos de Administração

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.15. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou contributiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado a essa obrigação.

2.16. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na demonstração dos resultados, excepto quando relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos sobre lucros reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.17. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- quando obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- quando obtidos, à medida que os serviços são prestados, são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.18. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros não derivados mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda, utilizando o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros detidos para negociação são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.19. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas do Grupo pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.20. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

2.21. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.22. Normas e interpretações ainda não adoptadas

Na nota 39.2 são apresentadas as Normas e Interpretações ainda não adoptadas pelo Grupo.

2.23. Reporte por segmentos

Considerando que o Grupo não detém títulos de capital próprio ou de dívida que sejam negociados publicamente, à luz do parágrafo 2 do IFRS 8, o Grupo não apresenta informação relativa aos segmentos.

NOTA 3 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que a gestão efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são apresentadas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na nota 2 às demonstrações financeiras.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros. Para o efeito e consequência da forte volatilidade e reduzida liquidez dos mercados durante o ano 2011, consideraram-se os seguintes *triggers* da existência de imparidade:

- Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;
- Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamentos no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.4. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.5. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma de benefício definido requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	2011			2010		
	De activos/passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de aplicações	81.973	-	81.973	46.294	-	46.294
Juros de títulos disponíveis para venda	24.282.711	-	24.282.711	19.789.233	-	19.789.233
Juros de disponibilidades	311.237	-	311.237	225.266	-	225.266
Juros de investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	1.288.215	-	1.288.215
Juros de crédito a clientes	4.302.246	-	4.302.246	2.052.809	-	2.052.809
Juros de activos financeiros detidos para negociação	-	264.975	264.975	-	633.198	633.198
Outros juros e rendimentos similares	5.163.711	-	5.163.711	40.326	-	40.326
	34.141.878	264.975	34.406.853	23.442.143	633.198	24.075.341
Juros e custos similares						
Juros de recursos de clientes	(8.745.456)	-	(8.745.456)	(3.815.596)	-	(3.815.596)
Juros de recursos de instituições de crédito	(325.671)	-	(325.671)	(40.157)	-	(40.157)
Juros de recursos de bancos centrais	(3.738.375)	-	(3.738.375)	(3.688.139)	-	(3.688.139)
Outros juros e encargos similares	(1.814.164)	-	(1.814.164)	(5.792)	-	(5.792)
	(14.623.666)	-	(14.623.666)	(7.549.684)	-	(7.549.684)
	19.518.212	264.975	19.783.187	15.892.459	633.198	16.525.657

NOTA 5 RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica, no montante de 1.473.849 euros (31 de Dezembro de 2010: 1.360.493 euros) é composta por dividendos de activos financeiros disponíveis para venda.

NOTA 6 RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	2011	2010
Rendimentos de serviços e comissões		
Por operações realizadas por conta de terceiros	6.588.740	8.101.789
Por serviços prestados	1.965.411	1.693.813
Por comissões de retrocesso	734.765	765.533
Por serviços de assessoria financeira	601.483	334.566
Por garantias prestadas	8.655	5.126
Por compromissos perante terceiros	3.825	5.925
Outros rendimentos de serviços e comissões	479.851	578.723
	10.382.730	11.485.475
Encargos com serviços e comissões		
Por operações realizadas por terceiros	(980.548)	(2.340.877)
Por serviços bancários de terceiros	(263.857)	(224.591)
Por operações sobre instrumentos financeiros	(106.860)	(187.153)
Outros encargos com serviços e comissões	(28.945)	(32.839)
Por garantias recebidas	(491)	(737)
	(1.380.701)	(2.786.197)
	9.002.029	8.699.278

NOTA 7 RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2011			2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	893.746	(313.037)	580.709	3.543.428	(61.193)	3.482.235
De outros emissores	834.559	(377.268)	457.291	252.702	(125.365)	127.337
Acções	14.211.065	(15.341.242)	(1.130.177)	23.320.193	(16.653.715)	6.666.478
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	281.677	(278.966)	2.711	3.572.316	(3.562.779)	9.537
Contratos sobre taxas de juro	-	(1.745)	(1.745)	-	(729.187)	(729.187)
Contratos sobre acções/índices	4.695.137	(3.267.481)	1.427.656	10.500.242	(6.057.269)	4.442.973
Contratos sobre futuros	8.462.423	(10.042.560)	(1.580.137)	16.906.847	(26.485.648)	(9.578.801)
Outros	6.854.526	(6.230.121)	624.405	5.067.236	(5.958.063)	(890.827)
Derivados de cobertura	5.025.893	(5.642.182)	(616.289)	2.135.017	(2.032.673)	102.344
	41.259.026	(41.494.602)	(235.576)	65.297.981	(61.665.892)	3.632.089

NOTA 8 RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	2011			2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	361.872	(481.871)	(119.999)	4.354.812	(178.476)	4.176.336
De outros emissores	3.391.245	(3.358.929)	32.316	12.543.297	(285.422)	12.257.875
Acções	1.740.495	(210.437)	1.530.058	1.299.106	(909.053)	390.053
	5.493.612	(4.051.237)	1.442.375	18.197.215	(1.372.951)	16.824.264

NOTA 9 RESULTADOS DE REAVLIAÇÃO CAMBIAL

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica é composta por proveitos, no montante de 1.560.506 euros (31 de Dezembro de 2010: 1.241.544 euros).

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.2.

NOTA 10 RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2011	2010
Operações financeiras		
Outras perdas	(141.620)	(104.233)
Outros ganhos	6.390	4.497.887
	(135.230)	4.393.654

No decurso de 2010 o Grupo alienou um conjunto de activos financeiros, que estavam contabilizados na carteira de Investimentos detidos até à maturidade, tendo sido gerada uma valia com esta venda de 4.491.403 euros.

NOTA 11 OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	2011	2010
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços diversos	31.243	47.235
Reembolsos de despesas	7.671	5.103
Outros	1.234.065	529.049
	1.272.979	581.387
Outros custos de exploração		
Impostos directos e indirectos	(844.780)	(298.603)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	(71.637)	(66.544)
Quotizações e donativos	(37.702)	(67.657)
Outros	(33.473)	(771.537)
	(987.592)	(1.204.341)
	285.387	(622.954)

NOTA 12 CUSTOS COM PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	2011	2010
Remunerações	(6.284.280)	(10.220.279)
Custos com pensões de reforma		
de Benefícios definidos (nota 13)	(1.109.193)	(979.575)
de Contribuições definidas (nota 13)	(129.481)	(183.645)
Encargos sociais obrigatórios	(1.046.892)	(977.552)
Outros custos com o pessoal	(267.472)	(195.018)
	(8.837.318)	(12.556.069)

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos aos Órgãos de Administração em 31 de Dezembro de 2011 ascendem ao montante de 2.264.989 euros (31 de Dezembro de 2010: 5.071.438 euros).

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão com funções directivas em 31 de Dezembro de 2011 ascendem ao montante de 1.475.653 euros (31 de Dezembro de 2010: 1.830.355 euros).

Por categoria profissional, o número de colaboradores em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 analisa-se como segue:

	2011	2010
Funções directivas	22	21
Funções de chefia	31	30
Funções específicas	94	82
Funções administrativas	11	13
Funções auxiliares	2	2
	160	148

NOTA 13 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	Pressupostos		Verificado	
	2011	2010	2011	2010
Pressupostos demográficos				
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90		
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001		
Pressupostos financeiros				
Taxa de rendimento do fundo	5,5%	5,5%	-3,8%	1,9%
Taxa de crescimento salarial	3,0%	3,0%	0,0%	1,9%
Taxa de desconto	5,5%	5,5%	-	-

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.14., a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma, corresponde às taxas de mercado vigentes à data de balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

Os participantes no Fundo são 6 colaboradores em actividade. De acordo com os termos do Plano, os benefícios definidos são de direitos adquiridos após os 60 anos com um número mínimo de serviço de 10 anos.

No que se refere ao Plano de Benefícios Definidos, a aplicação do *IAS 19* traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010
Responsabilidades em 31 de Dezembro	(7.924.329)	(9.063.015)
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	8.702.800	9.043.343
Excesso/(Défice) de cobertura (nota 27 e 33)	778.471	(19.672)
Custos com serviços passados diferidos (nota 27)	1.928.940	2.280.296
Activos líquidos em balanço em 31 de Dezembro	2.707.411	2.260.624
Desvios actuariais acumulados abatidos a reservas	1.065.679	(490.301)

Conforme referido na nota 2.14., o Banco introduziu, em 29 de Dezembro de 2005, um Plano de Pensões de benefício definido para os colaboradores que optaram por este benefício.

Em 31 de Dezembro de 2005, o Banco efectuou a sua melhor estimativa da responsabilidade com pensões inerentes ao plano de benefício definido, tendo em consideração o número de colaboradores que esperava viessem a optar por este benefício. O valor das responsabilidades correspondentes a serviços passados, líquida do valor do fundo encontra-se a ser diferido ao longo de um período de 11,5 anos, à data de introdução do plano, correspondente ao período de tempo de serviço estimada destes colaboradores.

A evolução das responsabilidades pode ser analisada como se segue:

	2011	2010
Responsabilidades em 1 de Janeiro	(9.063.015)	(7.243.402)
Custo do serviço corrente	(756.755)	(660.653)
Custo dos juros	(498.466)	(398.387)
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	2.393.907	(760.573)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	(7.924.329)	(9.063.015)

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2011 e 2010 pode ser analisada como se segue:

	2011	2010
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	9.043.343	7.833.101
Rendimento real do fundo	(340.543)	150.589
Contribuições do Banco	-	1.059.653
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	8.702.800	9.043.343

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como se segue:

	2011	2010
Títulos de dívida pública	4.392.962	4.011.136
Acções	1.771.945	1.347.631
Outros	2.537.893	3.684.576
Activos líquidos em balanço	8.702.800	9.043.343

A evolução dos custos de serviços passados diferidos nos exercícios de 2011 e 2010 pode ser analisada como se segue:

	2011	2010
Saldo em 1 de Janeiro	2.280.296	2.631.652
Amortização	(351.356)	(351.356)
Saldo em 31 de Dezembro	1.928.940	2.280.296

Os desvios actuariais reconhecidos em reservas podem ser analisados como se segue:

	2011	2010
Desvios actuariais acumulados em reservas em 1 de Janeiro	(490.301)	550.504
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:		
Do Fundo	(837.927)	(280.231)
Reponsabilidades	2.393.907	(760.574)
	1.555.980	(1.040.805)
Desvios actuariais acumulados em reservas em 31 de Dezembro	1.065.679	(490.301)

Os custos do exercício podem ser decompostos como se segue:

	2011	2010
Custo do serviço corrente	(756.755)	(660.653)
Custo dos juros	(498.466)	(398.387)
Rendimento esperado do fundo	497.384	430.821
Amortização do exercício	(351.356)	(351.356)
Custo do exercício (nota 12)	(1.109.193)	(979.575)

Em 31 de Dezembro de 2011, o Banco reconheceu como custo o montante de 129.481 euros (31 de Dezembro de 2010: 183.645 euros) relativo ao Plano de Contribuição Definida (nota 12).

A evolução dos activos líquidos em balanço pode ser analisada como se segue:

	2011	2010
Activos líquidos em balanço em 1 de Janeiro	2.260.624	3.221.351
Custo do exercício	(1.109.193)	(979.575)
Ganhos / (Perdas) actuariais em reservas	1.555.980	(1.040.805)
Contribuições efectuadas no ano	-	1.059.653
Activos líquidos em balanço em 31 de Dezembro	2.707.411	2.260.624

A evolução das responsabilidades e saldo do fundo nos últimos 5 anos bem como os (ganhos) / perdas de experiência obtidos é como se segue:

	2011	2010	2009	2008	2007
Responsabilidades	(7.924.329)	(9.063.015)	(7.243.402)	(6.479.179)	(6.433.081)
Saldo dos fundos	8.702.800	9.043.343	7.833.101	7.041.985	7.168.598
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	778.471	(19.672)	589.699	562.806	735.517
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	(837.927)	(760.574)	(9.276)	(423.796)	3.316
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	2.393.907	(280.231)	422.828	1.165.293	308.124

Plano de remunerações com acções

As principais características de cada plano são apresentadas como se segue:

Plano	Data expectável de fim do plano	Número de opções à data de início do plano	Preço de exercício	Número de opções em 31/12/11	Número de opções em 31/12/10
2005	Nov-2018	9.000.000	1,15	2.266.621	7.934.000
2007	Mar-2020	1.824.000	1,26	77.400	281.760
2007	Mar-2020	66.800	1,34	10.020	16.080
2007	Mar-2020	15.600	1,35	1.632	1.632
2008	Mar-2021	9.000	1,36	-	3.060
2008	Mar-2019	100.000	1,15	-	100.000
2010	Out-2023	65.000	1,28	43.550	65.000

NOTA 14 GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2011	2010
Rendas e alugueres	(601.962)	(782.439)
Fornecimentos	(1.227.869)	(1.245.967)
Comunicações	(558.190)	(614.987)
Deslocações, estadas e representação	(311.000)	(260.753)
Publicidade e edição de publicações	(204.352)	(285.846)
Serviços especializados		
Informática	(1.174.892)	(1.278.504)
Informações	(429.845)	(376.896)
Outros serviços especializados	(652.749)	(723.791)
Avenças e honorários	(70.009)	(83.640)
Bancos de dados	(20.850)	(43.963)
Segurança e vigilância	(142.062)	(144.104)
Mão de obra eventual	(28.437)	(27.388)
Outros	(146.301)	(151.380)
	(5.568.518)	(6.019.658)

Os honorários do exercício de 2011 e 2010 relativos à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme disposto no Art. 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	2011	2010
Serviços de Auditoria e Revisão legal de contas	56.750	60.750
Outros serviços de garantia de fiabilidade decorrentes da função do Revisor Oficial de Contas	37.650	38.800
	94.400	99.550

NOTA 15 RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado líquido pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco.

	2011	2010
Resultado líquido	2.505.595	20.459.890
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	97.810.152	87.861.279
Número médio ponderado de acções próprias em carteira	(1.675)	(1.575)
Número médio de acções ordinárias em circulação	97.808.477	87.859.704
Resultados por acção básicos (em euros)	0,03	0,23

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos por não existirem instrumentos emitidos com efeito diluidor, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

NOTA 16 CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Caixa	1.332.962	1.175.231
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	8.990.261	2.990.007
	10.323.223	4.165.238

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. De acordo com o regulamento (CE) nº 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de Dezembro de 2011 foi incluído no período de manutenção de 14 de Dezembro de 2011 a 17 de Janeiro de 2012, ao qual correspondeu uma reserva média obrigatória de 8.508.400 euros.

NOTA 17 DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	24.665.490	67.057.144
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	17.361.158	15.671.436
	42.026.648	82.728.580

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, ascendeu a 0,58% (31 de Dezembro de 2010: 0,24%).

NOTA 18 ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	763.175	442.108
De outros emissores	6.554.073	2.923.125
Acções	4.849.404	4.706.167
	12.166.652	8.071.400
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1.169.633	818.752
	13.336.285	8.890.152
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros passivos financeiros de negociação	16.037.926	23.544.493
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	2.554.046	3.763.251
	18.591.972	27.307.744

Conforme política contabilística descrita na nota 2.5. os activos financeiros detidos para negociação, são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo, independentemente da sua maturidade.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação - Títulos, é constituída por títulos cotados.

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada de seguida:

	2011			2010		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
<i>Currency Options</i>	5.168.353	-	-	-	-	-
Contratos sobre taxas de juro						
<i>Interest Rate Swaps</i>	10.000.000	-	60.839	50.000.000	-	916.902
Contratos sobre acções/índices						
<i>Equity / Index Swaps</i>	5.441.906	161.028	79.647	12.063.131	122.317	1.146.118
<i>Equity / Index Options</i>	29.555.442	1.008.605	2.005.674	40.469.268	535.155	1.700.231
Operações a prazo	12.075.731	-	394.545	119.079.082	130.840	-
Outros	750.000	-	13.341	1.000.000	30.440	-
	62.991.432	1.169.633	2.554.046	222.611.481	818.752	3.763.251

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos Activos financeiros detidos para negociação - Títulos por prazos de maturidade, é como se segue:

	2011	2010
Títulos		
Até 3 meses	2.080.987	-
De 3 meses a 1 ano	412.917	-
De 1 a 5 anos	2.658.389	2.904.986
Mais de 5 anos	2.164.955	460.247
Duração indeterminada	4.849.404	4.706.167
	12.166.652	8.071.400

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos Activos e Passivos financeiros detidos para negociação - Instrumentos financeiros derivados por prazos de maturidade, é apresentado como se segue:

	2011		2010	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Instrumentos financeiros derivados				
Até 3 meses	50.866.601	(1.115.255)	122.043.205	49.513
De 3 meses a 1 ano	4.473.413	1.664	42.417.902	(1.989.499)
De 1 a 5 anos	5.003.513	(266.553)	39.817.253	(634.333)
Mais de 5 anos	-	-	15.000.000	(366.041)
Duração indeterminada	2.647.905	(4.269)	3.333.121	(4.139)
	62.991.432	(1.384.413)	222.611.481	(2.944.499)

NOTA 19 ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Custo (1)	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	211.967.677	1.197	(28.958.511)	-	183.010.363
De outros emissores	509.160.595	3.106.969	(27.499.493)	(1.058.488)	483.709.583
Acções	32.196.753	660.169	(216.184)	(5.065.755)	27.574.983
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	753.325.025	3.768.335	(56.674.188)	(6.124.243)	694.294.929
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	260.404.365	-	(55.192.828)	(12.344.869)	192.866.668
De outros emissores	344.424.367	95.191	(54.757.550)	-	289.762.008
Acções	29.811.245	-	(3.385.590)	(5.371.050)	21.054.605
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	634.639.977	95.191	(113.335.968)	(17.715.919)	503.683.281

(1) custo amortizado para títulos de dívida e custo de aquisição no que se refere às acções.

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, ascendeu a 3,9% (31 de Dezembro de 2010: 3,29%).

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.5., o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na nota 3.1..

Devido ao processo de reestruturação voluntária da dívida soberana da República da Grécia (*PSI-Private Sector Involvement*), o Grupo constituiu uma imparidade, que valorizou a 35% do valor nominal todas as obrigações da referida República, no montante de 12.344.869 euros.

A 31 de Dezembro de 2011, as menos valias das principais exposições em activos financeiros disponíveis para venda, encontravam-se registadas nas reservas de justo valor, uma vez que não cumpriam os critérios de julgamento para reconhecimento de imparidade, nomeadamente, não apresentavam desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição, nem se verificavam valores de mercado inferiores ao valor de aquisição por um período superior a doze meses.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na nota 35.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica Activos financeiros disponíveis para venda tem a seguinte composição no que se refere a títulos cotados e não cotados:

	2011			2010		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	192.866.668	-	192.866.668	183.010.363	-	183.010.363
De outros emissores	289.117.918	644.090	289.762.008	482.742.359	967.224	483.709.583
Acções	21.054.275	330	21.054.605	27.574.653	330	27.574.983
	503.038.861	644.420	503.683.281	693.327.375	967.554	694.294.929

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos Activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como se segue:

	2011	2010
Até 3 meses	5.716.080	8.963.134
De 3 meses a 1 ano	39.031.181	15.373.850
De 1 a 5 anos	259.613.863	326.880.895
Mais de 5 anos	178.267.552	315.502.067
Duração indeterminada	21.054.605	27.574.983
	503.683.281	694.294.929

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em Activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	2011	2010
Saldo inicial	6.124.243	2.580.304
Dotações	14.134.976	5.737.395
Utilizações	(2.543.300)	(2.193.456)
Saldo final	17.715.919	6.124.243

No decorrer do exercício de 2011 o Grupo procedeu à reclassificação de títulos da categoria de Activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de Crédito a clientes, conforme apresentado na nota 21.

NOTA 20 APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Aplicações em instituições de crédito no país		
Empréstimos	36.718	69.328
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	27.050.455	-
	27.087.173	69.328

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, ascendeu a 0,25%.

Os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	2011	2010
Até 3 meses	27.050.455	-
De 3 meses a 1 ano	-	9.169
De 1 a 5 anos	36.718	60.159
	27.087.173	69.328

NOTA 21 CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	2.199.396	2.221.281
Créditos em conta corrente	3.174.504	6.450.365
Locação financeira	473.364	589.839
Descobertos	19.193	6.454
Outro crédito especializado	26.083	30.435
A particulares		
Créditos em conta corrente	15.055.409	24.478.177
Habitação	5.365.824	4.572.178
Locação financeira	1.083.995	1.431.287
Descobertos	41.155	99.220
Outro crédito especializado	1.184.607	1.256.918
	28.623.530	41.136.154
Crédito ao exterior		
A empresas		
Descobertos	76	2.210
Créditos em conta corrente	4.800	20.483
A particulares		
Créditos em conta corrente	110.061	1.435.409
Descobertos	651	3.151
	115.588	1.461.253
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada		
Emitida por residentes	38.544.911	-
Emitida por não residentes	92.097.731	-
	130.642.642	-
Crédito e juros vencidos		
Há mais de 90 dias	298.343	116.517
	298.343	116.517
	159.680.103	42.713.924
Provisões para imparidade do crédito	(349.313)	(181.249)
	159.330.790	42.532.675

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a rubrica Crédito em conta corrente reflecte o crédito concedido ao abrigo da "conta margem", o qual tem subjacente um colateral de depósitos e/ou títulos domiciliados no Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2011, a carteira de crédito do Grupo inclui crédito concedido a membros do Conselho de Administração no montante de 333.722 euros decorrente da política de pessoal, ao abrigo do nº 4 do art. 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (31 de Dezembro de 2010: 212.420 euros). O crédito concedido ao pessoal chave da gestão com funções directivas, foi de 1.450.062 euros (31 de Dezembro de 2010: 1.110.510 euros).

Os prazos residuais do crédito a clientes, incluindo o crédito e juros vencidos, apresentavam a seguinte estrutura:

	2011	2010
Até 3 meses	18.807.892	32.523.243
De 3 meses a 1 ano	96.307	40.900
De 1 a 5 anos	22.758.164	2.263.868
Mais de 5 anos	117.719.397	7.769.396
Duração indeterminada	298.343	116.517
	159.680.103	42.713.924

Os movimentos ocorridos nas provisões para imparidade do crédito são apresentados como se segue:

	2011	2010
Saldo inicial	181.249	177.657
Dotações	170.162	-
Reposições	-	(4.941)
Utilizações	(2.098)	(18.377)
Transferências	-	26.910
Saldo final	349.313	181.249

A distribuição do Crédito a clientes por tipo de taxa pode ser apresentada como se segue:

	2011	2010
Taxa variável	158.937.985	42.015.066
Taxa fixa	742.118	698.858
	159.680.103	42.713.924

Os prazos residuais do capital em locação, apresentavam a seguinte estrutura:

	2011	2010
Rendas e valores residuais vincendos		
Até 3 meses	7.251	2.552
De 3 meses a 1 ano	89.936	83.289
De 1 a 5 anos	1.449.581	1.681.987
Mais de 5 anos	154.483	426.660
	1.701.251	2.194.488
Juros vincendos		
Até 3 meses	45	21
De 3 meses a 1 ano	1.759	1.606
De 1 a 5 anos	117.972	123.653
Mais de 5 anos	24.116	48.082
	143.892	173.362
Capital vincendo		
Até 3 meses	7.206	2.531
De 3 meses a 1 ano	88.177	81.682
De 1 a 5 anos	1.331.609	1.558.335
Mais de 5 anos	130.367	378.578
	1.557.359	2.021.126

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

2011							
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		Crédito líquido de imparidade
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	
Crédito a:							
Empresas	130.642.642	-	6.084.068	194.315	136.726.710	194.315	136.532.395
Particulares	8.226	8.226	22.945.167	146.772	22.953.393	154.998	22.798.395
Total	130.650.868	8.226	29.029.235	341.087	159.680.103	349.313	159.330.790

2010							
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		Crédito líquido de imparidade
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	
Crédito a:							
Empresas	-	-	9.335.305	23.596	9.335.305	23.596	9.311.709
Particulares	9.637	9.637	33.368.982	148.016	33.378.619	157.653	33.220.966
Total	9.637	9.637	42.704.287	171.612	42.713.924	181.249	42.532.675

No seguimento do encerramento do mercado primário periférico de *Residential mortgage-backed securities (RMBS)* em 2008/2009, esta classe de activos deixou de transaccionar em condições de normalidade no mercado secundário durante o ano 2011. Este fenómeno ficou explicitamente patente após o segundo trimestre do ano, quando deixaram de existir preços pronta e regularmente disponíveis. Neste sentido, e em consonância com o parágrafo AG71 da norma IAS 39, as emissões de *RMBS* deixaram objectivamente de qualificar como cotadas num mercado activo. Adicionalmente, em linha com os parágrafos 50 E) e F) da norma IAS 39, o Grupo, tendo capacidade e intenção de deter estes activos no futuro previsível ou até à maturidade, procedeu à sua reclassificação, transferindo-os da categoria de Activos disponíveis para venda para a categoria de Crédito a clientes com data de 1 de Julho de 2011, conforme mapa que se segue:

	Valor de aquisição	Na data da transferência				Dezembro 2011	
		Valor de balanço	Reserva de justo valor	Valor dos cash flows futuros ^{a)}	Taxa efectiva ^{b)}	Valor de mercado ^{c)}	Var. reserva justo valor entre 01/07 e 31/12 ^{d)}
De Activos financeiros disponíveis para venda	141.499.455	132.512.478	(9.316.514)	201.040.279	5,28%	119.426.044	(10.856.443)

^{a)} Montantes totais de capital e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forwards* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

^{b)} A taxa efectiva foi calculada com base nas taxas *forwards* decorrentes da curva de rendimento à data da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do activo.

^{c)} Este montante representa o valor de mercado caso os títulos se tivessem mantido na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda. Os preços mencionados podem não reflectir condições normais de mercado como mencionado na nota acima, são valores sem suporte de transacções efectivas no mercado, em virtude de este se encontrar inactivo.

^{d)} Esta reserva representa a variação da reserva de justo valor caso os títulos se mantivessem na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda.

NOTA 22 DERIVADOS DE COBERTURA

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica tem a seguinte composição:

2011							
Produto derivado	Activo/passivo financeiro associado	Derivado			Activo/passivo associado		
		Nocional	Justo valor (1)	Variação de justo valor no ano	Componente Justo valor do elemento coberto	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço
Interest Rate Swap	Instrumentos de dívida	113.200.000	(5.025.346)	(4.266.438)	4.136.294	4.128.558	142.524.183
Futuros	Instrumentos de dívida	26.200.000	-	(3.072.790)	3.054.494	3.054.494	49.746.943
		139.400.000	(5.025.346)	(7.339.228)	7.190.788	7.183.052	192.271.126

2010							
Produto derivado	Activo/passivo financeiro associado	Derivado			Activo/passivo associado		
		Nocional	Justo valor (1)	Variação de justo valor no ano	Componente Justo valor do elemento coberto	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço
Interest Rate Swap	Instrumentos de dívida	131.200.000	(1.229.110)	13.349	296.864.463	(7.736)	296.864.463

(1) inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos activos acima descritos e os respectivos derivados de cobertura, encontram-se registados em resultados do exercício na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

NOTA 23 ACTIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Imóveis		
Beneficiações em imóveis	2.468.400	2.232.638
De serviço próprio	15.533.763	15.277.674
	18.002.163	17.510.312
Equipamento		
Equipamento informático	4.330.325	4.281.361
Mobiliário e material	878.467	873.479
Instalações e interiores	1.004.925	993.931
Equipamento de segurança	1.207.903	1.199.216
Máquinas e ferramentas	110.090	110.090
Outros equipamentos	210.547	210.547
Material de transporte	3.514	3.514
	7.745.771	7.672.138
Imobilizado em curso		
Imóveis de serviço próprio	-	107.404
	-	107.404
	25.747.934	25.289.854
Depreciação acumulada	(8.348.320)	(7.273.124)
	17.399.614	18.016.730

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	16.513.052	8.033.525	829	24.547.406
Adições	500.505	196.904	107.404	804.813
Transferências	496.755	(558.291)	(829)	(62.365)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	17.510.312	7.672.138	107.404	25.289.854
Adições	491.851	73.633	-	565.484
Transferências	-	-	(107.404)	(107.404)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	18.002.163	7.745.771	-	25.747.934
Depreciações				
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	1.471.749	4.537.118	-	6.008.867
Amortizações do exercício	558.454	705.803	-	1.264.257
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	2.030.203	5.242.921	-	7.273.124
Amortizações do exercício	526.422	548.774	-	1.075.196
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	2.556.625	5.791.695	-	8.348.320
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2011	15.445.538	1.954.076	-	17.399.614
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2010	15.480.109	2.429.217	107.404	18.016.730

NOTA 24 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	6.840.716	6.773.400
Outras imobilizações	586.747	586.747
	7.427.463	7.360.147
Amortização acumulada	(6.892.601)	(6.472.725)
	534.862	887.422

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	6.147.017	586.747	6.733.764
Adquiridas a terceiros	626.383	-	626.383
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	6.773.400	586.747	7.360.147
Adquiridas a terceiros	67.316	-	67.316
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	6.840.716	586.747	7.427.463
Amortizações			
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	5.542.841	586.747	6.129.588
Amortizações do exercício	343.137	-	343.137
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	5.885.978	586.747	6.472.725
Amortizações do exercício	419.876	-	419.876
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	6.305.854	586.747	6.892.601
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2011	534.862	-	534.862
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2010	887.422	-	887.422

NOTA 25 INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

2011					
	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação	Valor de Balanço
ONETIER PARTNERS, S.G.P.S., S.A.	5.562.138	34,76%	5.562.138	5.562.138	4.954.560

2010					
	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação	Valor de Balanço
ONETIER PARTNERS, S.G.P.S., S.A.	5.562.138	34,76%	5.562.138	5.562.138	5.198.150

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os detalhes da ONETIER PARTNERS, SGPS, S.A., são apresentados como se segue:

	2011			2010		
	Total do activo	Total do Capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do activo	Total do Capital próprio	Resultado líquido do exercício
ONETIER PARTNERS, SGPS, S.A.	15.425.895	14.052.488	(73.038)	14.962.306	14.834.301	840.355

NOTA 26 ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Activos por impostos correntes		
Estimativa de imposto do exercício	(1.967.695)	(6.612.779)
Pagamentos por conta	1.952.907	2.349.758
Retenções na fonte	1.527.616	2.769.302
IRC a recuperar	227.309	-
Activos / (Passivos) por impostos correntes	1.740.137	(1.493.719)

NOTA 27 OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros e opções	1.276.713	1.998.120
Aplicações - Contas caução	6.328.663	4.819.072
Sector público administrativo	26.320	120.589
Devedores diversos	1.660.414	1.671.657
Devedores e outras aplicações	211.344	163.041
Outros activos	120.745	120.751
	9.624.199	8.893.230
Provisão para perdas por imparidade para outros activos	(458.976)	(762.502)
	9.165.223	8.130.728
Despesas com custo diferido	373.936	1.026.987
Rendimentos a receber	369.566	423.149
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	15.372.043
Outras operações a regularizar	1.056.065	1.161.754
	1.056.065	16.533.797
Pensões de reforma - custos com serviços passados diferidos (nota 13)	2.707.411	2.280.296
	13.672.201	28.394.957

As operações de venda e de compra de títulos, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data do balanço, encontram-se registadas na rubrica Operações sobre valores mobiliários a regularizar.

A rubrica Pensões de reforma – custos com serviços passados diferidos inclui o montante de 778.471 euros relativo a Activos líquidos relativos ao plano de pensões.

Os movimentos ocorridos em Provisões para perdas por imparidade para outros activos são apresentados como se segue:

	2011	2010
Saldo inicial	762.502	690.168
Dotações	54.092	55.577
Reversões	(372.503)	(37.100)
Cambial	14.885	53.857
Saldo final	458.976	762.502

NOTA 28 RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica, no montante de 238.322.892 euros (31 de Dezembro de 2010: 360.164.444 euros), respeita a recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais, integralmente colateralizados por títulos das carteiras de Activos financeiros disponíveis para venda em 2011 e 2010.

O prazo de vencimento destes recursos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é escalonado como se segue:

	2011	2010
Até 3 meses	49.770.531	360.164.444
De 1 a 5 anos	188.552.361	-
	238.322.892	360.164.444

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, ascendeu a 1,24% (31 de Dezembro de 2010: 1%).

Em 31 de Dezembro de 2011 o valor dos títulos dados em garantia ascende a 422.892.855 euros (31 de Dezembro de 2010: 519.950.291 euros) (nota 35).

NOTA 29 RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
No país		
Depósitos	5.128.914	129.048
	5.128.914	129.048
No estrangeiro		
Depósitos	5.454.689	5.547.686
Recursos a muito curto prazo	-	661.253
Empréstimos	38.312.040	32.604.755
	43.766.729	38.813.694
	48.895.643	38.942.742

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, ascendeu a 1,59% (31 de Dezembro de 2010: 0,31%).

O prazo residual dos Recursos de outras instituições de crédito era até 3 meses para 2011 e 2010.

NOTA 30 RECURSOS DE CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Depósitos à ordem	174.853.334	146.988.651
Depósitos a prazo	251.279.933	173.924.834
Outros	14.434.672	11.271.148
	440.567.939	332.184.633

Os prazos residuais dos Recursos de clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	2011	2010
Até 3 meses	321.258.736	265.113.915
De 3 meses a 1 ano	100.911.570	45.337.976
De 1 a 5 anos	18.397.633	21.732.742
	440.567.939	332.184.633

NOTA 31 PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Outras provisões
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	189.648
Dotação	7.670
Transferências	(26.910)
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	170.408
Reversões	(150.258)
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	20.150

NOTA 32 IMPOSTOS

O Banco e as suas Subsidiárias estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama. O imposto corrente e diferido relativo ao exercício de 2011 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente à Derrama Estadual prevista no âmbito das medidas adicionais do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) aprovadas pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho.

As declarações de autoliquidação, do Banco e das suas Subsidiárias ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2011 e 2010 podem ser analisados como seguem:

	2011	2010
Provisões	283.334	414.959
Activos financeiros disponíveis para venda	34.503.526	14.327.879
Outros	86.303	65.965
Imposto diferido activo / (passivo) líquido	34.873.163	14.808.803
Movimento do imposto no ano	20.064.360	14.391.348

O movimento do imposto diferido em 2011 e 2010 explica-se de seguida:

	2011			2010		
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Total	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Total
Provisões	(131.625)	-	(131.625)	(9.318)	-	(9.318)
Activos financeiros disponíveis para venda	-	20.175.647	20.175.647	9.568	14.511.214	14.520.782
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	17.284	-	17.284
Outros	20.338	-	20.338	(137.400)	-	(137.400)
	(111.287)	20.175.647	20.064.360	(119.866)	14.511.214	14.391.348

O imposto sobre o rendimento reportado em resultados e reservas, explica-se como se segue:

	2011	2010
Reconhecido em reservas		
Imposto corrente	(390.086)	(527.518)
Imposto diferido	20.175.647	14.511.214
	19.785.561	13.983.696
Reconhecido em resultados		
Imposto corrente		
Do exercício	(1.275.045)	(6.148.079)
De exercícios anteriores	365.212	323.396
	(909.833)	(5.824.683)
Imposto diferido	(111.287)	(119.866)
	(1.021.120)	(5.944.549)
	18.764.441	8.039.147

A reconciliação da taxa de imposto para os exercícios de 2011 e 2010 pode ser analisada como se segue:

	2011		2010	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de impostos		3.526.715		26.404.439
Imposto apurado com base na taxa	29,00%	1.022.747	29,00%	7.590.394
Fundo de pensões	-1,24%	(43.669)	1,02%	265.685
Dividendos não tributáveis	-	-	-7,51%	(1.965.232)
Correcções nos casos de crédito de imposto	1,64%	57.852	0,08%	20.671
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais	7,99%	281.620	0,56%	145.835
Benefícios fiscais	-2,28%	(80.575)	-0,37%	(97.096)
Valias contabilísticas e fiscais	5,41%	190.730	1,64%	428.872
Tributação autónoma e dupla tributação internacional	-1,46%	(51.524)	0,10%	27.459
Contribuição sobre o sector bancário	4,73%	166.895	0,00%	-
Outros	-14,84%	(522.956)	-1,61%	(420.476)
Efeito da alteração da taxa	-	-	-0,20%	(51.563)
	28,95%	1.021.120	22,71%	5.944.549

NOTA 33 OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Credores e outros recursos		
Por operações de futuros e opções	1.308.037	2.064.719
Recursos diversos	520.525	1.623.733
Sector público administrativo	491.618	2.793.187
Credores por fornecimento de bens	25.400	121.684
Credores por operações sobre valores mobiliários	6.024	4.789
Outros credores	769.334	745.235
	3.120.938	7.353.347
Custos a pagar		
Encargos com o pessoal	1.333.387	1.773.318
Por operações realizadas por terceiros	-	1.191.832
Outros encargos a pagar	1.408.425	2.469.340
	2.741.812	5.434.490
Receitas com rendimento diferido	40.435	116.555
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	1.648.241	16.688.554
Passivos líquidos relativos ao plano de pensões (nota 13)	-	19.672
Outras operações a regularizar	2.752.228	740.646
	4.400.469	17.448.872
	10.303.654	30.353.264

As operações de venda e de compra de títulos, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data do balanço, encontram-se registadas na rubrica Operações sobre valores mobiliários a regularizar.

NOTA 34 CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO, ACÇÕES PRÓPRIAS E RESERVAS

Capital

Em 31 de Dezembro de 2011 o capital do Banco encontra-se representado por 104.000.000 acções, (31 de Dezembro de 2010: 89.088.810 acções), com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscrito e realizado.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

	2011	2010
António da Silva Rodrigues	11,43%	12,13%
Adger – SGPS, S.A.	10,22%	10,79%
WWC World Wide Capital - SPGS, S.A.	10,19%	8,37%
Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues	9,06%	8,62%
Nicholas Leo Racich	4,95%	4,59%
JRI – SGPS, S.A.	4,79%	5,09%
Edimo, Sociedade Internacional de Gestão SGPS, Unipessoal Lda.	4,62%	4,90%
José António de Melo Pinto Ribeiro	3,11%	3,30%
Alfredo Carmo e Herdeiros	1,96%	2,08%
Maria Carlos Ramalhão Fortunato Leça Ramada	1,95%	2,07%
MSF – SGPS, S.A.	1,26%	2,46%
Carlos Pompeu Ramalhão Fortunato	-	5,67%
Outros	36,46%	29,93%
	100,00%	100,00%

Durante o exercício de 2010 o Banco procedeu ao aumento de capital de 87.570.000 euros para 89.088.810 euros mediante a emissão de 1.518.810 acções ordinárias nominativas com valor nominal de 1 euro cada, para fazer face ao exercício de opções de subscrição de acções.

No decorrer do exercício de 2011 o Banco procedeu ao aumento do seu capital social de 89.088.810 euros para 104.000.000 euros mediante a emissão de 14.911.190 acções ordinárias nominativas com valor nominal de 1 euro cada, com o seguinte detalhe:

- em Maio de 2011 procedeu ao aumento do capital social de 89.088.810 euros para 97.997.691 euros, por incorporação de reservas, mediante a emissão de 8.908.881 novas acções, com o valor nominal de um euro cada uma;
- em Junho de 2011 procedeu ao aumento do capital social de 97.997.691 euros para 104.000.000 euros, por novas entradas em dinheiro, para fazer face ao exercício de opções de subscrição de acções, mediante a emissão de 6.002.309 novas acções, com o valor nominal de um euro cada uma.

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2011, os prémios de emissão no montante de 1.362.281 euros referem-se a prémios pagos pelos accionistas nos aumentos de capital realizados (31 de Dezembro de 2010: 9.343.753 euros). A variação é devida:

- ao aumento de capital por incorporação de reservas resultantes de prémios de emissão, realizado em Maio de 2011, no montante de 8.908.881 euros;
- aos prémios de emissão pagos pelos accionistas no aumento de capital realizado em Junho de 2011, no montante de 927.408 euros.

Acções próprias

O movimento ocorrido nas acções próprias é como segue:

	2011		2010	
	Nº de acções	Valor	Nº de acções	Valor
Acções próprias				
Saldo no início do ano	1.575	2.326	1.575	2.326
Movimento	157	-	-	-
Saldo no final do ano	1.732	2.326	1.575	2.326
Empréstimos para aquisição acções próprias				
Saldo no início do ano	1.266.726	1.580.761	365.175	430.935
Movimento	(174.737)	(260.022)	901.551	1.149.826
Saldo no final do ano	1.091.989	1.320.739	1.266.726	1.580.761
Saldo final	1.093.721	1.323.065	1.268.301	1.583.087

Em 31 de Dezembro de 2011, os Empréstimos para aquisição de acções próprias incluem crédito concedido a membros do Conselho de Administração no montante de 546.056 euros decorrente da política de pessoal, ao abrigo do nº 4 do art. 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (31 de Dezembro de 2010: 530.290 euros) e crédito concedido ao pessoal chave da gestão com funções directivas, no montante de 394.486 euros (31 de Dezembro de 2010: 608.644 euros).

Reserva legal

De acordo com o disposto no art. 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/91, de 31 de Dezembro e alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 25 de Setembro, as Sociedades do Grupo devem destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

Reserva de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda deduzidas da imparidade reconhecida em resultados. O valor desta rubrica é apresentado líquido de impostos diferidos e impostos correntes.

A reserva de justo valor para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é analisada da seguinte forma:

	2011	2010
Custo dos activos financeiros disponíveis para venda (nota 19) ⁽¹⁾	634.639.977	753.325.025
Perdas por imparidade (nota 19)	(17.715.919)	(6.124.243)
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda (nota 19)	503.683.281	694.294.929
Perdas potenciais reconhecidas na reserva de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	(113.240.777)	(52.905.853)
Perdas potenciais reconhecidas na reserva de justo valor de crédito titulado	(8.382.016)	-
Reserva de justo valor de associadas	(175.873)	155.283
Impostos diferidos	34.503.526	14.327.879
Impostos correntes	15.793	405.879
	(87.279.347)	(38.016.812)

⁽¹⁾ custo amortizado para títulos de dívida e custo de aquisição no que se refere às acções.

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos, para os exercícios de 2011 e 2010 é analisado da seguinte forma:

	2011	2010
Saldo em 1 de Janeiro	(38.016.812)	(2.917.071)
Varição de justo valor	(68.716.940)	(49.195.027)
Reserva de justo valor de associadas	(331.156)	111.590
Impostos correntes reconhecidos no exercício em reservas	(390.086)	(527.518)
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	20.175.647	14.511.214
	(49.262.535)	(35.099.741)
Saldo em 31 de Dezembro	(87.279.347)	(38.016.812)

NOTA 35 CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Activos dados em garantia	445.189.990	529.134.091
Garantias e avals	857.644	725.325
	446.047.634	529.859.416
Garantias recebidas		
Garantias pessoais		
Garantias e avals	5.330.461	7.145.142
Outras	766.390	943.589
Garantias reais		
Títulos	28.679.279	57.060.465
Créditos	6.042.836	7.835.089
Valores imobiliários	12.023.554	11.560.511
	52.842.520	84.544.796
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Operações a prazo	20.000.000	32.604.755
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores	674.614	1.145.403
Compromissos revogáveis		
Facilidades de descoberto em conta	44.825.206	87.559.181
	65.499.820	121.309.339
Responsabilidades por prestação de serviços		
Por depósito e guarda de valores	553.466.508	872.114.681
Por valores administrados pela instituição	32.055.671	50.162.585
Por cobrança de valores	-	5.229
	585.522.179	922.282.495

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica Activos dados em garantia inclui:

- títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 6.879.087 euros (31 de Dezembro de 2010: 6.279.700 euros);
- títulos dados em garantia ao Sistema de Indemnização ao Investidor no montante de 437.000 euros (31 de Dezembro de 2010: 1.020.000 euros);
- títulos dados em garantia ao Sistema Europeu de Bancos Centrais no montante de 422.892.855 euros (31 de Dezembro de 2010: 519.950.291 euros);
- outros títulos dados em garantia 14.981.048 euros (31 de Dezembro de 2010: 1.884.100 euros).

NOTA 36 TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Nos exercícios findos em 2011 e 2010, o montante global dos activos, passivos, proveitos e custos relativos a transacções efectuadas com entidades relacionadas foram os seguintes:

	2011		2010	
	Passivo	Custos	Passivo	Custos
Partes relacionadas				
ONETIER PARTNERS, SCR, S.A.	825.705	31.562	801.239	10.799
LEADCAPITAL - Fundo Capital de Risco BiG Capital	30.898	-	16.636	266

NOTA 37 JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o justo valor dos activos e passivos financeiros é apresentado da seguinte forma:

	Justo Valor					Justo Valor
	Valores de cotação de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Outros ao Custo Amortizado	Total Valor de Balanço	
31 de Dezembro de 2011						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	10.323.223	10.323.223	10.323.223
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	42.026.648	42.026.648	42.026.648
Activos financeiros detidos para negociação	12.166.652	1.169.633	-	-	13.336.285	13.336.285
Activos financeiros disponíveis para venda	503.038.861	644.090	330	-	503.683.281	503.683.281
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	27.087.173	27.087.173	27.087.173
Crédito a clientes ^{a)}	-	-	-	159.330.790	159.330.790	159.330.790
Activos financeiros	515.205.513	1.813.723	330	238.767.834	755.787.400	755.787.400
Recursos de bancos centrais	-	-	-	238.322.892	238.322.892	238.322.892
Passivos financeiros detidos para negociação	16.037.926	2.554.046	-	-	18.591.972	18.591.972
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	48.895.643	48.895.643	48.895.643
Recursos de clientes	-	-	-	440.567.939	440.567.939	440.567.939
	16.037.926	2.554.046	-	727.786.474	746.378.446	746.378.446
31 de Dezembro de 2010						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	4.165.238	4.165.238	4.165.238
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	82.728.580	82.728.580	82.728.580
Activos financeiros detidos para negociação	8.071.400	818.752	-	-	8.890.152	8.890.152
Activos financeiros disponíveis para venda	693.327.375	967.224	330	-	694.294.929	694.294.929
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	69.328	69.328	69.328
Crédito a clientes	-	-	-	42.532.675	42.532.675	42.532.675
Activos financeiros	701.398.775	1.785.976	330	129.495.821	832.680.902	832.680.902
Recursos de bancos centrais	-	-	-	360.164.444	360.164.444	360.164.444
Passivos financeiros detidos para negociação	23.544.493	3.763.251	-	-	27.307.744	27.307.744
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	38.942.742	38.942.742	38.942.742
Recursos de clientes	-	-	-	332.184.633	332.184.633	332.184.633
	23.544.493	3.763.251	-	731.291.819	758.599.563	758.599.563

^{a)} Caso os títulos reclassificados de Activos disponíveis para venda para a categoria de Crédito a clientes fossem avaliados a preços de mercado, existiria um impacto de (10.856.443) euros entre o valor de balanço e o seu justo valor, este impacto porém é calculado com base em preços que podem não reflectir condições normais de mercado conforme indicado na nota 21.

Os Activos e Passivos ao justo valor do Grupo BiG, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para estes activos/passivos negociados em mercados líquidos.

Modelos de valorização com parâmetros/preços observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como inputs nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Durante o exercício de 2011 não foram efectuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos activos e passivos.

De seguida são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito
Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Activos e passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas pelos principais operadores financeiros.

Derivados de negociação

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. No que respeita aos derivados *over the counter* aplicam-se os modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado, nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, bem como as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação divulgada pela *Bloomberg*, nomeadamente as resultantes das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de juro de curto prazo são obtidos no *Euro Money Market*.

Os principais parâmetros utilizados, nos modelos de valorização estão descritos abaixo.

As curvas das taxas de juro das principais moedas, para os anos 2011 e 2010, podem ser analisadas como se segue:

(valores expressos em percentagem)

	2011		2010	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	0,400	0,040	0,225	0,100
1 mês	1,024	0,295	0,782	0,261
3 meses	1,356	0,581	1,006	0,303
6 meses	1,617	0,809	1,227	0,456
9 meses	1,791	0,966	1,372	0,613
1 ano	1,947	1,128	1,507	0,781
3 anos	1,356	0,820	1,891	1,279
5 anos	1,724	1,225	2,491	2,174
7 anos	2,065	1,643	2,928	2,820
10 anos	2,381	2,027	3,324	3,377
15 anos	2,662	2,402	3,640	3,844
20 anos	2,686	2,521	3,699	4,000
25 anos	2,623	2,578	3,617	4,070
30 anos	2,555	2,616	3,497	4,105

As volatilidades a 90 dias dos instrumentos de taxas de juro, calculadas sobre os preços dos instrumentos de dívida pública para os prazos mais líquidos (futuros de obrigações), nos anos 2011 e 2010, podem ser analisadas como se segue:

(valores expressos em percentagem)

	2011		2010	
	EUR	USD	EUR	USD
3 anos	2,83	1,06	2,37	2,70
5 anos	5,23	2,92	4,81	4,46
7 anos	8,20	4,94	5,14	8,10
10 anos	9,88	6,51	7,20	7,49

A evolução das taxas de câmbio das principais moedas, para os anos 2011 e 2010, e respectivas volatilidades históricas utilizadas na valorização dos derivados cambiais, pode ser analisada como se segue:

	2011	2010	Volatilidades		
			3 meses	6 meses	1 ano
EUR/USD	1,29	1,34	12,53	12,54	12,04
EUR/GBP	0,84	0,86	8,70	8,69	8,88
EUR/JPY	100,20	108,65	12,14	12,56	13,07
EUR/CHF	1,22	1,25	16,76	18,29	14,88

A evolução dos principais índices de acções, para os anos 2011 e 2010, e respectivas volatilidades utilizadas na valorização dos derivados sobre acções e índices de acções, pode ser analisada como se segue:

	Cotação			Volatilidade histórica		Volatilidade implícita	
	2011	2010	Variação	1 mês	3 meses	Call	Put
PSI20	5.494,27	7.588,31	(27,60)	23,53	27,79	22,88	22,88
Eurostoxx	2.316,55	2.792,82	(17,05)	32,14	38,50	29,53	29,53
DAX	5.898,35	6.914,19	(14,69)	31,54	38,80	28,37	28,59
S&P	1.257,60	1.257,64	0	24,04	27,70	21,59	21,59
Nasdaq 100	2.277,83	2.217,86	2,70	24,20	26,75	21,73	21,73
Dow Jones Ind.	12.217,60	11.577,51	5,53	22,56	25,28	19,84	19,84

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares. Considerando que a carteira do Grupo é composta essencialmente por créditos de curto prazo e créditos recentemente originados, considera-se o valor de balanço como uma estimativa razoável do justo valor do crédito a clientes.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais praticadas para instrumentos com características similares. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

NOTA 38 GESTÃO DE RISCO DE ACTIVIDADE

Enquadramento

O Banco procura gerir diariamente os riscos inerentes ao negócio bancário, designadamente riscos de mercado, de liquidez, de crédito, operacionais, tecnológicos, de *compliance* e reputacionais. Informação adicional sobre este tema encontra-se disponível no Relatório do Conselho de Administração 2011.

Pelo facto destes riscos estarem, por norma, relacionados, o Banco estruturou um sistema de controlo interno que, mediante procedimentos, políticas e outros instrumentos de controlo, procura gerir todos os riscos de forma abrangente e integrada. Estes procedimentos e políticas são concebidos, genericamente, para garantir um processamento eficaz, a existência de sistemas robustos, a tomada de risco apropriada, o reporte independente e um comportamento responsável, bem como o respeito pela aderência a orientações regulamentares, legais e prudenciais.

Na gestão da sua exposição ao risco, o Banco guia-se pelos seguintes princípios básicos:

- Revisão regular das políticas e procedimentos pela Administração;
- Estabelecimento formal de responsabilidades pela gestão de risco no Banco;
- Processo de vigilância independente das unidades de negócio;
- Políticas e procedimentos destinados a assegurar uma apropriada diversificação das categorias de riscos;
- Manutenção de um sistema apropriado de reporte interno;
- Avaliação e medição disciplinada dos riscos, incluindo medidas estatísticas e qualitativas;
- Formação em identificação de riscos nas diversas unidades de negócio.

Medição de risco

O Banco utiliza uma série de metodologias diferentes para medir e controlar os diferentes tipos de exposição ao risco, que são analisadas em conjunto com informações sobre o risco específico de contraparte ou de país, designadamente:

- *Value at Risk (VaR)*;
- Limites por contraparte, família, classe de activos ou portfolio;
- Limites de concentração;
- *Basis Point Values*;
- Medidas não estatísticas, tais como testes de stress (*Economic Value* e de *Earnings at Risk*) e análises de sensibilidade a parâmetros de risco de produtos derivados (*greeks*);
- *Back testing*.

A gestão do risco é um processo evolutivo e é um dos focos diários da atenção da Administração, especialmente porque uma qualquer metodologia isolada é habitualmente insuficiente para proporcionar uma visão completa das nossas exposições. Enquanto política, procuramos quantificar as potenciais perdas associadas com todos os aspectos do nosso negócio, de modo a termos uma estimativa prévia razoável dos potenciais danos em caso de eventos inesperados. Estes podem ir desde as que são possíveis com base em dados históricos recentes, até aos que consideramos altamente improváveis, mas que ainda assim podem ser estimados com base na assunção de certos cenários extremos.

Uma avaliação de risco de mercado envolve uma revisão, diária, de todas as medidas acima mencionadas. O risco de crédito geralmente concentra o seu foco em exposições nominais e fraccionadas, concentrações por mutuário ou grupo, sector ou geografia e testes de *stress*. A gestão dos riscos de liquidez, taxa de juro e cambial combinam um conjunto de metodologias, entre as quais se incluem *basis point values* e análises de cenário. As exposições a derivados são medidas com análises de sensibilidade de exposições medidas em *basis points*. Uma avaliação dos riscos mais subjectivos aos quais o banco pode estar exposto, tais como o risco reputacional e o risco de correlação, dependem de análises de cenário de modo a atingir estimativas quantitativas.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa a possível perda no valor dos instrumentos financeiros como resultado de alterações nas condições de mercado.

Em termos de mercados financeiros, os riscos chave a gerir estão relacionados com:

- Risco de Liquidez: resultante da gestão da tesouraria e nas diferenças de maturidade dos activos e passivos;
- Risco taxa de juro: resultantes de mudanças no nível, declive e curvatura da curva de taxas de juro, volatilidade de taxas de juro e duração das margens de crédito;

- Risco de preço de valores mobiliários e matérias-primas: resultantes de exposições a mudanças nos preços dos activos subjacentes e volatilidade;
- Risco taxa de câmbio: resultante de exposições a mudanças nos preços à vista, em momento futuro, e volatilidade;
- Risco de derivados: resultante da gestão da nossa exposição a mudanças de preços dos activos subjacentes utilizados para cobrir posições e produtos de Clientes.

VaR

Ao nível das linhas individuais de produtos e carteiras de clientes, medidas estatísticas tais como o *VaR* são combinadas com medidas não estatísticas, incluindo testes de *stress*, *back testing* e *earnings at risk advisories* para assegurar controlos adequados sobre resultados esperados por tipo de risco em todas as condições de mercado. O Banco calcula o *VaR* diário usando para o cálculo da volatilidade um horizonte temporal a um mês (22 dias úteis) e um nível de confiança de 99%. Isto significa que o Banco deveria esperar incorrer em perdas superiores às estimativas do *VaR* apenas uma vez em cada 100 dias de exposição ao mercado, ou aproximadamente 2,5 vezes por ano. Uma vez que o *VaR* é uma abordagem teórica baseada em dados históricos, o modelo tem limitações e pode não produzir sempre previsões exactas sobre o risco de mercado futuro. As mudanças de *VaR* entre períodos de reporte, por exemplo, são genericamente devidas a mudanças nos níveis de exposição, volatilidade e correlação entre valores mobiliários.

O *VaR* para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, encontra-se apresentado conforme segue:

	2011				2010			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	2.503	17.687	96.571	871	1.237	17.901	96.078	1.237
Risco taxa de juro	-	-	-	-	-	-	-	-
Acções	10.150	28.526	111.278	5.157	6.265	34.143	109.308	3.849
Opções	31.912	80.079	305.007	20.838	69.803	110.259	388.107	34.658
Efeito da diversificação	15%	7%			7%	17%		
	37.903	118.064	331.753	33.788	71.724	135.445	511.871	44.081

A gestão de *VaR* para as diferentes carteiras de *trading* manteve-se dentro dos limites estabelecidos para 2011. A reduzida exposição alocada às carteiras de acções, produtos estruturados e FX Cambial na vertente de *trading* teve por base as poucas oportunidades para investimento contra outras classes de activos (obrigações), e também por causa do baixo nível de negócio relacionado com Clientes requerendo técnicas de cobertura (*hedging*).

Testes de Stress

Estes testes são complementares aos limites de *VaR* e são uma ferramenta essencial para gerir o risco de mercado. Ao utilizar o teste de *stress* económico, o Banco procura estimar as perdas potenciais associadas com um determinado instrumento, livro ou carteira, em diferentes cenários. Os testes de *stress* de proveitos em risco proporcionam à Administração uma estimativa da variação potencial no valor de uma dada posição, quer corrente quer contemplado, em resultado de vários cenários utilizados para tomar decisões relativas a assumir, aumentar ou reduzir posições. Numa base diária, desenvolvemos testes nas carteiras detidas pelo Banco assumindo certos eventos históricos de mercado ou outros cenários para simular a nossa exposição e, em certos casos, as exposições dos nossos Clientes a potenciais perdas. Quando os dados históricos não se encontram disponíveis, poderão ser utilizados activos subjacentes de classes de activos idênticas e com um nível elevado de correlação.

Actualmente, o Banco utiliza 16 cenários diferentes para desenvolver os mais de 80 testes de *stress* diários às várias posições de *trading* e investimento. Adicionalmente, numa base semanal, o Banco corre 13 novos cenários, que correspondem a 65 testes de *stress* semanais relativos às posições dos livros de *trading* e investimento. Estes novos cenários são também históricos, no entanto reportam a datas diferentes, mais recentes e cujo impacto é mais significativo. Diariamente é ainda estimado o potencial impacto nas carteiras do banco quando admitimos cenários extremos no mercado de crédito e no mercado de acções, *Armageddon Stress Test* e *Armageddon Stress Test Debt*. Estes testes de *stress* são apresentados e discutidos no Relatório do Conselho de Administração.

Risco de Liquidez

A estratégia do Banco assume como um dos seus pressupostos uma reduzida exposição ao risco de liquidez. Os princípios base desta estratégia são (i) obter disponibilidade de liquidez em momento anterior à aquisição/constituição de qualquer activo, (ii) garantir que grande parte do Balanço do Banco pode ser convertido em liquidez no curto prazo e (iii) assumir uma completa independência face ao mercado interbancário em termos de financiamentos.

A gestão dos recursos imediatos do Banco é desenvolvida de forma a minimizar o risco de um aumento das actividades de crédito que possam implicar um decréscimo na liquidez, isto é, um ritmo de crescimento no crédito superior ao dos recursos.

As exposições por maturidade dos activos e passivos do Balanço do Banco encontram-se assim distribuídos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

2011							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	10.323.223	-	-	-	-	-	10.323.223
Disponibilidades em outras instituições de crédito	42.026.648	-	-	-	-	-	42.026.648
Activos financeiros detidos para negociação	-	2.912.955	510.435	2.854.194	2.164.955	4.893.746	13.336.285
Activos financeiros disponíveis para venda	-	5.716.080	39.031.181	259.613.863	178.267.552	21.054.605	503.683.281
Aplicações em instituições de crédito	-	27.050.455	-	36.718	-	-	27.087.173
Crédito a clientes	-	18.754.130	96.307	22.758.164	117.719.397	2.792	159.330.790
Derivados de Cobertura	-	-	21.544	-	-	-	21.544
	52.349.871	54.433.620	39.659.467	285.262.939	298.151.904	25.951.143	755.808.944
Passivo							
Recursos de bancos centrais	-	49.770.531	-	188.552.361	-	-	238.322.892
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.947.223	95.854	462.358	-	16.086.537	18.591.972
Recursos de outras instituições de crédito	-	48.895.643	-	-	-	-	48.895.643
Recursos de clientes	174.853.871	146.404.865	100.911.570	18.397.633	-	-	440.567.939
Derivados de Cobertura	-	-	-	1.273.754	3.773.136	-	5.046.890
	174.853.871	247.018.262	101.007.424	208.686.106	3.773.136	16.086.537	751.425.336

2010							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.165.238	-	-	-	-	-	4.165.238
Disponibilidades em outras instituições de crédito	82.728.580	-	-	-	-	-	82.728.580
Activos financeiros detidos para negociação	-	479.677	318.023	2.926.038	460.247	4.706.167	8.890.152
Activos financeiros disponíveis para venda	-	8.963.134	15.373.850	326.880.895	315.502.067	27.574.983	694.294.929
Aplicações em instituições de crédito	-	-	9.169	60.159	-	-	69.328
Crédito a clientes	-	32.457.997	40.900	2.263.868	7.769.396	514	42.532.675
Derivados de Cobertura	-	-	-	215.158	560.453	-	775.611
	86.893.818	41.900.808	15.741.942	332.346.118	324.292.163	32.281.664	833.456.513
Passivo							
Recursos de bancos centrais	-	360.164.444	-	-	-	-	360.164.444
Passivos financeiros detidos para negociação	-	430.164	2.307.522	655.385	366.041	23.548.632	27.307.744
Recursos de outras instituições de crédito	5.663.998	33.278.744	-	-	-	-	38.942.742
Recursos de clientes	146.988.651	118.125.264	45.337.976	21.732.742	-	-	332.184.633
Derivados de Cobertura	-	-	-	9.488	1.995.237	-	2.004.725
	152.652.649	511.998.616	47.645.498	22.397.615	2.361.278	23.548.632	760.604.288

Exposição a dívida pública de países da Zona Euro

Em 31 de Dezembro de 2011 a exposição do Grupo a dívida pública de países da Zona Euro apresenta-se como segue:

	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda
Portugal	660.458	111.342.373
Espanha	-	3.701.783
Grécia	-	9.033.535
Irlanda	100.215	28.696.385
	760.673	152.774.076

Todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Grupo pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda e Activos Financeiros Detidos para Negociação é como se segue:

2011						
	Valor nominal	Valor de cotação	Juro corrido	Valor de balanço	Imparidade	Reserva de justo valor
Activos financeiros detidos para negociação						
Portugal						
Maturidade inferior a 1 ano	211.400	208.208	5.785	213.992	-	-
Maturidade superior a 1 ano	644.254	431.829	14.637	446.466	-	-
Irlanda						
Maturidade superior a 1 ano	100.285	96.571	3.644	100.215	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda						
Portugal						
Maturidade inferior a 1 ano	2.400.000	1.799.675	1.037	1.800.713	-	(25.957)
Maturidade superior a 1 ano	173.200.000	106.486.918	3.054.742	109.541.660	-	(39.862.273)
Espanha						
Maturidade superior a 1 ano	4.000.000	3.700.040	1.743	3.701.783	-	(293.586)
Grécia						
Maturidade superior a 1 ano	23.400.000	8.190.000	843.535	9.033.535	12.344.869	-
Irlanda						
Maturidade superior a 1 ano	35.000.000	28.167.000	529.385	28.696.385	-	(5.560.973)
	238.955.939	149.080.241	4.454.508	153.534.749	12.344.869	(45.742.789)

Risco de Taxa de Juro

Enquadrados nos indicadores não estatísticos *Basis Point Values* a sensibilidade ao risco de taxa de juro para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, encontra-se apresentada conforme segue:

	2011				2010			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb
Em 31 de Dezembro	(5.313.544)	5.313.544	(2.546.486)	2.546.486	(11.719.899)	11.719.899	(5.950.503)	5.950.503
Em 30 de Junho	(11.902.496)	11.902.496	(6.142.082)	6.142.082	(10.708.486)	10.708.486	(5.728.129)	5.728.129

Risco de Re-ricing dos Activos

Enquadrados nos indicadores não estatísticos *earnings at risk*, os escalões de *repricing* para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, encontram-se apresentados conforme se segue:

2011						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	10.323.223	10.323.223	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	42.026.648	42.026.648	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	13.336.285	4.893.746	2.912.955	510.435	2.854.194	2.164.955
Activos financeiros disponíveis para venda	503.683.281	21.054.605	5.716.080	39.031.181	259.613.863	178.267.552
Aplicações em instituições de crédito	27.087.173	-	27.050.455	-	36.718	-
Crédito a clientes	159.330.790	2.792	18.754.130	96.307	22.758.164	117.719.397
Derivados de cobertura	21.544	-	21.544	-	-	-
Total	755.808.944	78.301.014	54.455.164	39.637.923	285.262.939	298.151.904
Recursos de bancos centrais	238.322.892	-	49.770.531	-	188.552.361	-
Passivos financeiros detidos para negociação	18.591.972	16.086.537	1.947.223	95.854	462.358	-
Recursos de outras instituições de crédito	48.895.643	-	48.895.643	-	-	-
Recursos de clientes	440.567.939	-	321.258.736	100.911.570	18.397.633	-
Derivados de cobertura	5.046.890	-	-	-	1.273.754	3.773.136
Total	751.425.336	16.086.537	421.872.133	101.007.424	208.686.106	3.773.136
GAP (Activos - Passivos)	4.383.608	62.214.477	(367.416.969)	(61.369.501)	76.576.833	294.378.768

2010						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.165.238	4.165.238	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	82.728.580	82.728.580	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	8.890.152	4.706.167	479.677	318.023	2.926.038	460.247
Activos financeiros disponíveis para venda	694.294.929	27.574.983	8.963.134	15.373.850	326.880.895	315.502.067
Aplicações em instituições de crédito	69.328	-	-	9.169	60.159	-
Crédito a clientes	42.532.675	514	32.457.997	40.900	2.263.868	7.769.396
Derivados de cobertura	775.611	-	-	-	215.158	560.453
Total	833.456.513	119.175.482	41.900.808	15.741.942	332.346.118	324.292.163
Recursos de bancos centrais	360.164.444	-	360.164.444	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	27.307.744	23.548.632	430.164	2.307.522	655.385	366.041
Recursos de outras instituições de crédito	38.942.742	-	38.942.742	-	-	-
Recursos de clientes	332.184.633	-	265.113.915	45.337.976	21.732.742	-
Derivados de cobertura	2.004.725	-	-	-	9.488	1.995.237
Total	760.604.288	23.548.632	664.651.265	47.645.498	22.397.615	2.361.278
GAP (Activos - Passivos)	72.852.225	95.626.850	(622.750.457)	(31.903.556)	309.948.503	321.930.885

Risco Cambial

Os mercados cambiais apresentaram níveis elevados de volatilidade durante o ano de 2011, em linha com o ano anterior, em consequência da incerteza nos vários blocos económicos. Durante o ano, as expectativas relativas a taxas de juro alteraram-se frequentemente nas principais economias, com impacto directo nas taxas de câmbio. A instabilidade verificada nalguma das economias Europeias fez reflectir permanentes oscilações do Euro face a outras moedas, nomeadamente ao Dólar. O Banco BIG não especula em mercados cambiais (*FX*) e a utilização relativamente baixa dos limites de *VaR* reflectem a estratégia do Banco de limitar a exposição a moeda estrangeira fundamentalmente aos negócios de Clientes e fluxos associados.

A repartição do balanço por moeda para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, encontra-se apresentada conforme se segue:

2011						
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Ienes Japoneses	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
Activo por moeda						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	10.311.514	6.160	5.549	-	-	10.323.223
Disponibilidades em outras instituições de crédito	33.397.449	7.918.627	447.584	35.461	227.527	42.026.648
Activos financeiros detidos para negociação	11.113.187	2.213.632	9.466	-	-	13.336.285
Activos financeiros disponíveis para venda	478.531.276	25.152.005	-	-	-	503.683.281
Aplicações em instituições de crédito	36.718	27.050.455	-	-	-	27.087.173
Crédito a clientes	159.330.469	316	5	-	-	159.330.790
Derivados de cobertura	21.544	-	-	-	-	21.544
Activos tangíveis	17.399.614	-	-	-	-	17.399.614
Activos intangíveis	534.862	-	-	-	-	534.862
Investimentos em associadas	4.954.560	-	-	-	-	4.954.560
Activos por impostos correntes	1.740.137	-	-	-	-	1.740.137
Activos por impostos diferidos	34.873.163	-	-	-	-	34.873.163
Outros activos	1.427.517	12.192.223	19.134	30.656	2.671	13.672.201
Total de Activo	753.672.010	74.533.418	481.738	66.117	230.198	828.983.481
Passivo por moeda						
Recursos de bancos centrais	238.322.892	-	-	-	-	238.322.892
Passivos financeiros detidos para negociação	18.522.353	58.249	11.370	-	-	18.591.972
Recursos de outras instituições de crédito	45.400.148	3.495.495	-	-	-	48.895.643
Recursos de clientes	398.255.884	42.264.080	47.813	-	162	440.567.939
Derivados de cobertura	5.046.890	-	-	-	-	5.046.890
Provisões	20.150	-	-	-	-	20.150
Outros passivos	7.893.572	2.239.626	124.425	283	45.748	10.303.654
Total de Passivo	713.461.889	48.057.450	183.608	283	45.910	761.749.140
Activo - Passivo líquido por moeda	40.210.121	26.475.968	298.130	65.834	184.288	67.234.341
2010						
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Ienes Japoneses	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
Activo por moeda						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.127.671	31.918	5.646	-	3	4.165.238
Disponibilidades em outras instituições de crédito	74.861.021	7.091.772	549.362	65.489	160.936	82.728.580
Activos financeiros detidos para negociação	8.459.809	421.157	9.186	-	-	8.890.152
Activos financeiros disponíveis para venda	654.896.389	39.398.540	-	-	-	694.294.929
Aplicações em instituições de crédito	69.328	-	-	-	-	69.328
Crédito a clientes	42.529.467	3.208	-	-	-	42.532.675
Derivados de cobertura	775.611	-	-	-	-	775.611
Activos tangíveis	18.016.730	-	-	-	-	18.016.730
Activos intangíveis	887.422	-	-	-	-	887.422
Investimentos em associadas	5.198.150	-	-	-	-	5.198.150
Activos por impostos diferidos	14.808.803	-	-	-	-	14.808.803
Outros activos	23.015.719	5.185.980	149.960	32.906	10.392	28.394.957
Total de Activo	847.646.120	52.132.575	714.154	98.395	171.331	900.762.575
Passivo por moeda						
Recursos de bancos centrais	360.164.444	-	-	-	-	360.164.444
Passivos financeiros detidos para negociação	26.975.326	321.385	11.033	-	-	27.307.744
Recursos de outras instituições de crédito	35.723.548	3.186.490	-	2	32.702	38.942.742
Recursos de clientes	310.252.233	21.745.960	186.416	-	24	332.184.633
Derivados de cobertura	2.004.725	-	-	-	-	2.004.725
Provisões	170.408	-	-	-	-	170.408
Passivos por impostos correntes	1.493.719	-	-	-	-	1.493.719
Outros passivos	23.792.577	6.504.423	32.963	390	22.911	30.353.264
Total de Passivo	760.576.980	31.758.258	230.412	392	55.637	792.621.679
Activo - Passivo líquido por moeda	87.069.140	20.374.317	483.742	98.003	115.694	108.140.896

Risco de derivados

A quantificação do risco do livro de produtos derivados do Banco depende de várias variáveis relacionadas com o mercado, incluindo o preço de um activo subjacente, volatilidade, taxas de juro e tempo até à maturidade. O Banco quantifica as suas exposições a estas variáveis executando análises de sensibilidade conhecidas como “gregos” que são termos matemáticos definidos abaixo.

De uma maneira geral os níveis de sensibilidade à volatilidade (*Vega*) mantiveram-se sempre dentro de níveis baixos face aos valores registados em anos anteriores. Contudo os maiores níveis de sensibilidade tiveram lugar no primeiro semestre do ano.

Analisando as diferentes sensibilidades da carteira de *trading* do Banco BiG para o ano de 2011, verificamos de uma forma quase consistente o perfil longo nos mercados accionistas. Os valores de delta, foram de uma maneira geral, semelhantes aos registados no ano anterior, havendo uma ligeira diminuição da exposição a acções no segundo semestre do ano. Nos produtos de Taxa Fixa, optou-se por uma estratégia longa em obrigações. A exposição ao risco de taxa de juro registou os maiores valores no início do ano de 2011 em linha com que se havia registado no final do ano de 2010. A partir do mês de Março e até ao final do ano registou-se uma diminuição gradual ao risco de taxa de juro.

2011				
	<i>Rho</i>	<i>Vega</i>	<i>Delta</i>	<i>Theta</i>
Mínimo	(230.712)	(30.791)	7.829	(19.883)
Máximo	(149.198)	54.282	363.871	11.666
Média	(177.002)	(3.630)	228.755	(753)
Desvio padrão	25.933	17.031	52.178	3.552

2010				
	<i>Rho</i>	<i>Vega</i>	<i>Delta</i>	<i>Theta</i>
Mínimo	(253.064)	(51.934)	112.050	(30.762)
Máximo	(105.198)	57.516	500.155	8.958
Média	(204.368)	8.522	343.145	(3.384)
Desvio padrão	39.054	24.514	54.000	4.537

Rho Sensibilidade da taxa de juro

Vega Sensibilidade da volatilidade

Delta Sensibilidade do subjacente

Theta Sensibilidade ao tempo

Limites e Reporte

Os limites à actividade de *trading* são essenciais ao processo, existindo limites aprovados por classe de produto, teor e por operador de mercado e podem ser calculados através de uma combinação de medidas não estatísticas, incluindo *BPVs* (*Basis Point Value*), e medidas estatísticas, tais como o *VaR* (*Value at Risk*), analisadas anteriormente. Diariamente, é preparado um reporte à Administração com todos os indicadores e posições relevantes, com base nas medidas estatísticas e não estatísticas estabelecidas.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito representa o risco de perda em consequência de incumprimento por parte de um devedor ou contraparte.

O Banco está exposto a risco de crédito em várias das suas actividades. Estas incluem necessariamente exposição directa a clientes que contraíam empréstimos, exposição directa a risco de crédito associado a valores mobiliários emitidos por entidades terceiras e detidos para investimento ou como activos de negociação do Banco, e o risco de mercado ou de liquidação associado às actividades de *trading* dos clientes.

O risco de crédito que deriva dos riscos associados à negociação com contrapartes profissionais, assim como com emitentes de títulos cotados é avaliado em conjunto com procedimentos para a gestão do Risco de Mercado, conforme acima descrito no ponto Risco de Mercado.

No âmbito do processo de análise e aprovação, o Banco considera e analisa a sua exposição tanto ao nível das transacções individuais, ao nível da exposição máxima do cliente e, separadamente, ao nível das respectivas carteiras, para assegurar um controlo adequado sobre concentrações de riscos em cada sector ou indústria. Como política, todas as exposições são avaliadas e aprovadas, quer respeitem a operações dentro ou fora de balanço. Consequentemente, as funções de risco de mercado coincidem muitas vezes com as análises de risco de crédito. No decorrer da actividade corrente do Banco, os sistemas integrados de controlo das exposições são um elemento essencial do processo de gestão do risco de crédito.

O processo de gestão do Risco de Crédito tem início no Conselho de Administração, que aprova as políticas e directivas gerais para risco de crédito. O Conselho delega, no *Chief Credit Officer* e noutros membros do Comité de Risco de Crédito e pessoal de apoio, a implementação diária destas políticas e responsabilidades, que incluem:

- Análise e controlo do risco da contraparte;
- Definição de directivas quantitativas e qualitativas para análise de crédito;
- Controlo e acompanhamento da posição do cliente, “família” de riscos e grandes riscos;
- Documentação, sistemas de controlo e preenchimento;
- Gestão e controlo das políticas e sistemas de risco;
- Manutenção de uma matriz de pontuação e aprovação de crédito;
- Integridade do processo de aprovação de crédito;
- Estrita aderência a normas e princípios regulamentares;
- Aplicação de preços apropriados aos riscos tomados.

A exposição ao risco de crédito do BiG pode incluir a concessão de crédito a clientes, investimentos em obrigações de empresas, riscos interbancários de valor total e valor de substituição, riscos de liquidação de determinados títulos, valores a receber ao abrigo de contratos de derivados e de moeda estrangeira, e compromissos assumidos ao abrigo de garantias ou de programas de papel comercial.

A repartição por sectores de actividade para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, encontra-se apresentada conforme se segue:

2011						
	Crédito a Clientes		Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Activos financeiros disponíveis para venda		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Provisão	Valor bruto	Valor bruto	Provisão	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	23.279	297	-	-	-	-
Indústrias extractivas	-	-	325.107	-	-	-
Indústrias transformadoras	32.472	1.713	426.313	4.018.283	-	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	-	2.410.764	28.011.514	5.371.050	-
Construção	219.555	185.229	778.484	2.863.454	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	192.154	2.545	-	3.547.380	-	148.938
Transportes e armazenagem	3.323	50	66.333	10.502.558	-	-
Actividades financeiras e de seguros	130.665.145	-	6.853.885	242.395.269	-	659.769
Actividades imobiliárias	3.913.735	469	-	-	-	-
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	8.975	305	479.263	6.207.700	-	10.000
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	-	-	838.729	222.775.076	12.344.869	-
Actividades de saúde humana e apoio social	115.821	1.737	-	-	-	-
Crédito à habitação	5.365.824	-	-	-	-	-
Crédito a particulares	17.587.569	154.995	583.171	-	-	38.937
Outros	1.552.251	1.973	574.236	1.077.966	-	-
	159.680.103	349.313	13.336.285	521.399.200	17.715.919	857.644

2010

	Crédito a Clientes		Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Activos financeiros disponíveis para venda		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Provisão	Valor bruto	Valor bruto	Provisão	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	27.441	412	-	-	-	-
Indústrias extractivas	-	-	533.338	-	-	-
Indústrias transformadoras	884.755	1.895	603.335	7.944.547	-	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	-	194.003	29.697.440	5.065.586	-
Construção	256.195	13.443	140.762	-	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	198.430	1.978	9.356	3.528.011	-	-
Transportes e armazenagem	12.055	92	1.953.904	11.856.517	-	-
Actividades financeiras e de seguros	73.366	-	3.657.894	432.186.008	1.058.487	654.500
Actividades imobiliárias	5.376.085	650	-	-	-	-
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2.285.982	1.300	761.141	6.003.600	-	70.825
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	-	-	537.325	209.202.879	-	-
Actividades de saúde humana e apoio social	134.750	1.784	-	-	-	-
Crédito à habitação	4.572.178	-	-	-	-	-
Crédito a particulares	28.806.440	158.966	499.094	-	-	-
Outros	86.247	729	-	-	-	-
	42.713.924	181.249	8.890.152	700.419.002	6.124.073	725.325

Risco Operacional

O risco operacional inerente ao negócio do Banco pode surgir em resultado de procedimentos ou sistemas inadequados, riscos humanos ou eventos exteriores.

O Banco, dada a natureza do seu negócio, tem exposição a perdas potenciais ou risco reputacional, como resultado de erros humanos, avarias de sistemas, falhas de processamento, interrupções de actividade inesperadas ou falhas por parte de terceiros em termos de fornecimentos ou execução de serviços.

Para monitorizar os riscos e o efectivo cumprimento dos procedimentos em todo o Banco, existe uma estrutura de controlo que supervisiona a adequação dos procedimentos, sistemas e recursos humanos com o intuito de assegurar o normal desenvolvimento da actividade em quaisquer circunstâncias.

O objectivo da estrutura mencionada é assegurar a aderência do Banco aos procedimentos e limites estabelecidos, de forma a que o custo inerente aos erros operacionais possa ser mantido em níveis controlados, face ao capital do Banco e à sua estratégia. A par desta estrutura, é cultivada no Banco uma cultura de detecção e mitigação de risco, que incentiva uma resolução proactiva de problemas baseada na identificação antecipada dos mesmos.

O Banco tem em curso um projecto de reformulação do Sistema de Medição e Gestão do Risco Operacional, em linha com as indicações do Acordo de Basileia, e com o objectivo de criar as condições necessárias para uma eventual implementação de métodos de medição avançados, uma vez que actualmente, o Banco calcula os requisitos de capital para a cobertura do risco operacional com base no método do Indicador Básico.

Gestão de capital e rácio de solvabilidade

Os fundos próprios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, encontram-se apresentados conforme se segue:

		2011	2010
A - Fundos Próprios			
Capital ordinário realizado, prémios de emissão e acções próprias		103.897.961	96.849.476
Resultados e reservas formadas por resultados não distribuídos		47.968.877	28.848.342
Contribuições para fundos de pensões ainda não relevadas como custo		(1.928.940)	(2.280.296)
Diferenças de reavaliação de outros activos disponíveis para venda		(3.070.552)	260.093
Activos intangíveis		(534.862)	(887.422)
Fundos Próprios para determinação do Rácio Core Tier I	(A1)	146.332.484	122.790.193
Fundos Próprios de Base (Tier I)	(A2)	146.332.484	122.790.193
Fundos Próprios Complementares (Tier II)	(A3)	177.925	387.174
Fundos Próprios Elegíveis	(A4)	146.510.409	123.177.367
B - Activos de Risco Equivalentes			
Calculados de Acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos da carteira bancária)		363.302.438	254.595.300
Calculados de Acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos da carteira de negociação)		9.237.275	13.325.975
Calculados de Acordo com o Aviso 9/2007 (Risco Operacional)		77.609.038	71.613.613
Total de Activos de Risco Equivalentes	(B)	450.148.750	339.534.888
C - Rácios de Capital			
Rácio Core Tier 1	(A1/B)	32,5%	36,2%
Rácio Tier 1	(A2/B)	32,5%	36,2%
Rácio de Solvabilidade	(A4/B)	32,5%	36,3%

O movimento de fundos próprios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, encontra-se apresentado conforme se segue:

	2011	2010
Saldo no início do exercício	123.177.367	106.451.029
Capital ordinário realizado, prémios de emissão e acções próprias	7.048.485	826.344
Resultados e reservas formadas por resultados não distribuídos	19.120.535	5.597.786
Contribuições para fundos de pensões ainda não relevadas como custo	351.356	351.356
Diferenças de reavaliação de outros activos disponíveis para venda	(3.330.645)	455.780
Activos intangíveis	352.560	(283.246)
Deduções aos fundos próprios de base	-	9.391.144
Fundos Próprios Complementares	(209.249)	387.174
Saldo no fim do exercício	146.510.409	123.177.367

Outros Riscos e a sua medição

Risco Reputacional

Em termos de risco de reputação, entendido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de uma percepção negativa da imagem pública da instituição, fundamentada ou não, junto dos diferentes *stakeholders*, órgãos de imprensa ou pela opinião pública em geral, o BiG idealizou testes de *stress* onde admite que a existência de notícias bastante negativas relativas ao Banco, com consequências ao nível do levantamento, parcial ou integral, dos depósitos por parte dos clientes no mesmo dia ou no prazo de uma semana, tendo em atenção aos juros que possam advir destes levantamentos.

Risco de Correlação

Os diferentes tipos de risco, liquidez, reputação crédito, contraparte, mercado, taxa de juro, mercado, etc, encontram-se correlacionados entre si. Essa correlação é sem dúvida mais notória nalguns pares de riscos não tendo particular relevância em outros pares de riscos.

- **Risco de Liquidez versus Risco de Reputação:**
O declínio da reputação de uma instituição financeira pode conduzir à falta de confiança dos clientes e dos investidores em geral. Tal situação pode conduzir ao risco de liquidez por parte da instituição no que diz respeito às suas responsabilidades imediatas.
- **Risco de Liquidez versus Risco de Reputação versus Risco de Mercado:**
No ponto anterior são analisados os riscos de reputação versus risco de liquidez. Neste caso, assumimos que existe uma variação anormal dos diferentes instrumentos financeiros no mercado.
- **Risco de Liquidez versus Risco de Reputação versus Risco de Crédito:**
Neste caso o Banco admite, à semelhança do ponto anterior, cenários onde estejam presentes risco de reputação e risco de liquidez. Adicionalmente consideramos um cenário de probabilidade de default dos activos, bem como o impacto das movimentações dos spreads na avaliação dos mesmos.

Risco de Liquidez versus Risco de Reputação versus Risco de Mercado:

(Queda de 50% no índice *Dax* e 33% no índice *SPX*)

Os resultados dos cenários abaixo (cenários 1, 2 e 3) dizem respeito a 31 de Dezembro de 2011, cujo impacto é descrito de seguida:

Cenário 1 - 33% dos clientes pretendem fazer o levantamento dos DO's no prazo de uma semana

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 79.436.208 euros.

Responsabilidades: 56.258.828 euros.

Neste cenário, não seria necessário vender activos, contudo, dadas as condições de mercado, no âmbito deste cenário o Banco teria uma perda potencial de 28.413.705 euros.

Cenário 2 - 50% dos clientes pretendem fazer o levantamento dos DO's no prazo de uma semana

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 79.436.208 euros.

Responsabilidades: 84.388.241 euros.

Seria necessário vender activos num montante total de 4.952.033 euros. Nestas condições teóricas de mercado, o Banco teria uma perda máxima realizada de 28.413.705 euros.

Cenário 3 - 50% dos clientes pretendem fazer o levantamento dos DO's e DP's no prazo de um mês

Liquidez disponível no prazo de um mês: 79.436.208 euros.

Responsabilidades: 210.376.512 euros.

Seria necessário vender activos, num montante total de 130.940.304 euros. Neste cenário, tendo em conta condições de mercado, o Banco teria uma perda máxima realizada de 28.413.705 euros.

Risco de Liquidez versus Risco de Reputação versus Risco de Crédito:

(*Armagedon Stress Test Debt*)

Os resultados dos cenários abaixo (cenários 1, 2 e 3) dizem respeito a 31 de Dezembro de 2011, cujo impacto é descrito de seguida:

Cenário 1 - 33% dos clientes pretendem fazer o levantamento dos DO's no prazo de uma semana

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 79.436.208 euros.

Responsabilidades: 56.258.828 euros.

Não seria necessário vender activos, contudo, dadas as condições de mercado, no âmbito deste cenário o Banco teria uma perda potencial de 38.285.775 euros.

Cenário 2 - 50% dos clientes pretendem fazer o levantamento dos DO's no prazo de uma semana

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 79.436.208 euros.

Responsabilidades: 84.388.241 euros.

Seria necessário vender activos, num montante total de 4.952.033 euros. Dadas as condições de mercado, no âmbito deste cenário o Banco teria uma perda máxima realizada de 38.285.775 euros.

Cenário 3 - 50% dos clientes pretendem fazer o levantamento dos DO's e DP's no prazo de um mês

Liquidez disponível no prazo de um mês: 79.436.208 euros.

Responsabilidades: 210.376.512 euros.

Seria necessário vender activos, num montante total de 130.940.304 euros. Neste cenário, o Banco teria uma perda máxima realizada de 38.285.775 euros.

NOTA 39 NORMAS RECENTEMENTE EMITIDAS

39.1. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas adoptadas pelo Grupo

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2011, o Grupo adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011:

IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros

O IASB, emitiu em Outubro de 2010, o IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2010, o IASB publicou o *Annual Improvement Project*, o qual efectuou 11 alterações em 7 normas. A data de efectividade das alterações, possibilidade de adopção antecipada e requisitos de aplicação na transição são definidos em cada norma. A maioria das alterações são de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011.

A adopção destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

39.2. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas e que ainda não entraram em vigor, não adoptadas pelo Grupo

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. O Grupo irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O IASB, emitiu em Novembro de 2009, o IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma sofreu algumas alterações em Outubro de 2010 e ainda não foi adoptada pela União Europeia. Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição do IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros passam a ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, contenham apenas características básicas de dívida, e a entidade, no modelo de gestão do negócio, detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas os respectivos fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados do exercício. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital, para os quais, as variações de justo valor e as mais ou menos valias realizadas são reconhecidas em reservas. Os ganhos e perdas assim reconhecidos não poderão ser reciclados por resultados do exercício. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam assim tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;
- Todos os instrumentos de capital terão de ser mensurados ao justo valor, deixando de existir a possibilidade estabelecida pela IAS 39 de manter estes títulos ao seu custo de aquisição em situações em que este não possa ser mensurado com fiabilidade;

- As alterações de justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria justo valor através de resultados (fair value option) serão reconhecidas directamente Outro rendimento integral (*Other comprehensive income*). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em Outro rendimento integral não serão posteriormente transferidos para resultados.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas

O IASB, emitiu em Maio de 2011, o IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma introduz um novo enfoque na determinação de quais os investimentos que devem ser consolidados (método integral), substituindo a IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a SIC 12 – Consolidação de SPE. Desta forma, apresenta uma nova definição de controlo e requisitos para a sua aplicação. Um investidor detém controlo sobre uma participada quando está exposto, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu controlo sobre a participada.

Dois principais objectivos foram incluídos nesta norma:

- Introdução de um único modelo de consolidação para todo o tipo de entidades, assegurando-se que uma entidade consolida todo as entidades que controla;
- Introdução de requisitos de divulgação mais extensos, nomeadamente sobre os investimentos que a entidade não consolida.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 11 - Acordos conjuntos

O IASB, emitiu em Maio de 2011, o IFRS 11 - Acordos conjuntos, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma substitui a anterior norma IAS 31, mantendo a mesma definição de um acordo conjunto. Contudo, foram introduzidas duas novas categorias de acordos conjuntos: 1) *Joint operations*; e 2) *Joint ventures*.

As principais alterações introduzidas por esta norma foram:

- A estrutura dos acordos conjuntos deixou de ser o factor crítico para determinação do modelo contabilístico a seguir. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica, do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias;
- Introdução da obrigatoriedade de aplicação da equivalência patrimonial a uma *joint venture*, eliminando assim a opção de consolidação pelo método proporcional.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades

O IASB, emitiu em Maio de 2011, o IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Divulgações mais detalhadas sobre o envolvimento com entidades que consolidam (subsidiárias) e aquelas que não consolidam, nomeadamente:

- A natureza e os riscos associados aos interesses noutras entidades, e
- Os efeitos desses interesses ao nível da situação financeira, resultados das operações e fluxos de caixa na entidade que reporta.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 13 - Mensuração do justo valor

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 13 – Mensuração do justo valor, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor assim como novos requisitos de informação.

Da adopção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Grupo.

IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais

O *IASB*, emitiu em Maio de 2011, a *IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais* com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma *IAS 27 (2011)* não introduz alterações sobre os requisitos de aplicação da *IAS 27* no âmbito das demonstrações financeiras individuais, apenas clarifica: 1) que uma entidade que prepara demonstrações financeiras individuais terá que seguir todas as normas relevantes das *IFRS*, e 2) necessidades de requisitos de divulgação.

Da adopção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Grupo.

IAS 28 - Investimentos em associadas e *Joint ventures*

O *IASB*, emitiu em Maio de 2011, a *IAS 28 - Investimentos em associadas e *Joint ventures** com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma veio substituir a *IAS 28 (2003)* e descreve o tratamento contabilístico a adoptar pelo investidor dos investimentos em associadas e em *joint ventures*, definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, quer para associadas quer para *joint ventures*.

A *IFRS 11* determina qual o tipo de acordo conjunto que uma entidade está envolvida, e uma vez determinado que existe um interesse numa *joint venture*, uma entidade aplica o método da equivalência patrimonial nas contas consolidadas de acordo com a *IAS 28* (revista em 2011), excepto de foram aplicadas as excepções previstas nessa norma.

A *IFRS 12* descreve quais os requisitos de divulgação de informação.

Da adopção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Grupo.

IFRS 7 (Alterada) - Divulgações - *Offsetting* de activos e passivos financeiros

O *IASB*, emitiu em Maio de 2011, uma alteração ao *IFRS 7 - Divulgações - *Offsetting** de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma alterou os requisitos de divulgação de informação de modo a que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito ou potencial efeito da apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros na situação financeira de uma entidade.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma alterada.

IAS 32 (Alterada) - *Offsetting* de activos e passivos financeiros

O *IASB*, emitiu em Maio de 2011, uma alteração *IAS 32 - *Offsetting** de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração veio substituir o parágrafo AG38 da *IAS 32* pelos novos parágrafos AG38A-AG38F, relativamente às condições requeridos para se efectuar a apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros, na situação financeira de uma entidade:

- o critério de que uma entidade tem o direito legal de efectuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos, e
- o critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os activos e liquidar os passivos em simultâneo.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

NOTA 40 EVENTOS SUBSEQUENTES

O Grupo participou voluntariamente na *exchange offer* que o governo Grego implementou em Março de 2012. Nesse âmbito a posição em obrigações soberanas da Grécia, registada por um valor contabilístico líquido de 8.190.000 àquela data, foi trocada por um conjunto de obrigações com os seguintes valores nominais: 4.536.965 euros em obrigações de curto prazo AAA do EFSF - Fundo Europeu de Estabilização Financeira, 7.371.000 euros em novas obrigações soberanas da Grécia de longo prazo e 7.371.000 euros em *Warrants* sobre o crescimento do PIB na Grécia.

O Grupo registou em 2011 uma imparidade na dívida pública Grega de 12.344.869 euros, conforme referido na nota 19. De acordo com a política seguida pelo Grupo, as novas obrigações resultantes da *exchange offer* foram contabilizadas ao valor de mercado em Activos financeiros disponíveis para venda.

ORGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente

José António de Melo Pinto Ribeiro

Secretário

João Manuel de Jesus Rufino

Conselho de Administração

Presidente e CEO

Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues

Vice-Presidente e COO

Nicholas Leo Racich

Administradores

Mário João Abreu Galhardo Bolota

Diogo Batista Russo Pereira da Cunha

Paulo José Caramelo de Figueiredo

Ricardo Dias Carneiro e Gomes de Pinho

Conselho Fiscal

José Fernando Catarino Galamba de Oliveira

Pedro Rogério Barata de Ouro Lameira

Alcino Cardoso

Diogo Pereira Duarte

Revisor Oficial de Contas Efectivo

KPMG & Associados, SROC, S.A., representado por

Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida

Revisor Oficial de Contas Suplente

Ana Cristina Soares Valente Dourado

CONTACTOS ÚTEIS

Serviços Online

Serviços Online	707 244 707	www.big.pt
Serviço de Apoio ao Cliente	213 305 327	apoio@bancobig.pt

Clientes – Geral

Institucionais e Empresas	Mário Bolota	213 305 305	mario.bolota@bancobig.pt
Retalho Especializado	Diogo Cunha	213 305 306	diogo.cunha@bancobig.pt

Áreas de Negócio

Mercados

Acções	Ricardo Pinho	213 305 309	ricardo.pinho@bancobig.pt
Mercado Cambial	João Vaz Velho	213 305 344	joao.velho@bancobig.pt
Opções/Produtos Estruturados	Fernando Quadros	213 305 334	fernando.quadros@bancobig.pt

Opções/Produtos Estruturados	Sérgio Magalhães	213 305 304	sergio.magalhaes@bancobig.pt
------------------------------	------------------	-------------	------------------------------

Clientes Institucionais e Empresas	Diogo Costa	213 305 384	diogo.costa@bancobig.pt
------------------------------------	-------------	-------------	-------------------------

	Cláudio Sousa	226 156 700	claudio.sousa@bancobig.pt
--	---------------	-------------	---------------------------

Clientes High Net Worth	Pedro Cardoso	213 305 553	pedro.cardoso@bancobig.pt
-------------------------	---------------	-------------	---------------------------

	Rui Bolsa	213 305 517	ruibolsa@bancobig.pt
--	-----------	-------------	----------------------

Clientes Afluentes	Tiago Eusébio	213 305 392	tiago.eusebio@bancobig.pt
--------------------	---------------	-------------	---------------------------

	Paula Gil	213 305 577	paula.gil@bancobig.pt
--	-----------	-------------	-----------------------

	Gonçalo Moreira	226 156 700	goncalo.moreira@bancobig.pt
--	-----------------	-------------	-----------------------------

Corretagem	Ricardo Seabra	213 305 382	ricardo.seabra@bancobig.pt
------------	----------------	-------------	----------------------------

Gestão de Activos	Rui Broega	213 305 343	ruibroega@bancobig.pt
-------------------	------------	-------------	-----------------------

Corporate Finance	Ana Rita Gil	213 305 318	ana.gil@bancobig.pt
-------------------	--------------	-------------	---------------------

Research	João Lampeira	213 305 542	joao.lampeira@bancobig.pt
----------	---------------	-------------	---------------------------

Crédito Especializado	Miguel Mira	213 305 513	miguel.mira@bancobig.pt
-----------------------	-------------	-------------	-------------------------

Áreas de Suporte

IT

Sistemas de BackOffice	Paulo Figueiredo	213 305 311	paulo.figueiredo@bancobig.pt
------------------------	------------------	-------------	------------------------------

Desenvolvimento	Carla Rosa	213 305 322	carla.rosa@bancobig.pt
-----------------	------------	-------------	------------------------

	Vitor Luís	213 305 359	viktor.luis@bancobig.pt
--	------------	-------------	-------------------------

Operações	Paulo Campos	213 305 333	paulo.campos@bancobig.pt
-----------	--------------	-------------	--------------------------

Contabilidade	Dora Moreira	213 305 518	dora.moreira@bancobig.pt
---------------	--------------	-------------	--------------------------

Controlo Interno	Francisco Passaradas	213 305 366	francisco.passaradas@bancobig.pt
------------------	----------------------	-------------	----------------------------------

Auditoria	Luís Penaguiaão	213 305 502	luis.penaguiao@bancobig.pt
-----------	-----------------	-------------	----------------------------

Recursos Humanos	Paula Moreira	213 305 385	paula.moreira@bancobig.pt
------------------	---------------	-------------	---------------------------

Marketing	Alexandre Martins	213 305 555	alexandre.martins@bancobig.pt
-----------	-------------------	-------------	-------------------------------

Risco	Lúcia Ventura	213 305 312	lucia.ventura@bancobig.pt
-------	---------------	-------------	---------------------------

	Teresa Raimundo	213 305 314	teresa.raimundo@bancobig.pt
--	-----------------	-------------	-----------------------------

	José Fialho	213 305 551	jose.fialho@bancobig.pt
--	-------------	-------------	-------------------------

Sede

Av. 24 de Julho, n.º 74 -76, 1200-869 Lisboa 213 305 300



BANCO DE INVESTIMENTO GLOBAL S.A.
www.BiG.pt